<u>FAZ SABER</u> a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, por lance não inferior ao valor da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:** Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 60% da avaliação.

Autos nº. 0000935-31.2010.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) ESTADO DO PARANÁ (CPF/CNPJ 76.416.940/0001-28)

End. Exequente Av.Santos Dumont, 1187- Londrina/PR - CEP 86010-450 (mov.

1.1 fls. 03)

Adv. Exeguente MARCOS MASSASHI HORITA (OAB/PR 48.119)

Executado (a) (01) PROCESSIL EQUIPAMENTOS AGROINDUSTRIAIS LTDA

(CPF/CNPJ 80.506.074/0001-33)

End. Executado(a) (01) Av. Antônio Capelo, 299, Pq. Ind. Cacique, Londrina/PR CEP:

86.072-390 (mov. 1.1 fls. 03)

Adv. Executado Frederico Moreira Camargo (OAB/PR 27.242) e Thiago

Venturini Ferreira (OAB/PR 57.477) (mov. 60.3 fl. 210)

Depositário Fiel (1) Maria Praxedes M. Chimentão

End. da Guarda (01) Av. Antônio Capelo, 299, Pq. Ind. Cacique, Londrina/PR CEP:

86.072-390 (mov. 1.2fls.39)

Penhora realizada 02/04/2019 (mov. 59.1 fl. 202)

Débito Primitivo R\$ 6.503,81 - 29/05/2019 (mov. 66.2 fl. 219)

Débito Atualizado R\$ 6.907.99 - 25/11/2019

de 30cv, pressão estática de 200 mm/ca, vazão de 800 m3/min., 1750 RPM, novo.

Avaliação Primitiva R\$ 7.000,00 - 02/04/2019 (mov. 59.1 fl. 202)

Avaliação Atualizada R\$ 7.118,99 - 30/11/2019

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es) PROCESSIL EQUIPAMENTOS AGROINDUSTRIAIS LTDA(CPF/CNPJ 80.506.074/0001-33) e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

OBSERVAÇÕES:

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 04 de dezembro de 2019.

<u>FAZ SABER</u> a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, por lance não inferior ao valor da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:** Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0003931-94.2013.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)
End. Exequente Av. Duque de Caxias, 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II,

Londrina/PR CEP: 86.015-901

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) ANTÔNIO PAULO PELLOSO (CPF/CNPJ 329.391.169-20)
End. Executado(a) (01) Av. Inglaterra , 229, Jardim Igapó , Londrina/PR CEP: 86.046-

430

Depositário Fiel (1) Antônio Paulo Pelloso

End. da Guarda (01) Rua Alagoas, 680, Loja Edf. Cial Ripocenter, Centro,

Londrina/PR CEP: 86020-900

Penhora realizada 28/10/2015 (mov. 33.1 fls. 68)

Débito Primitivo R\$ 5.663,67 - 12/06/2014 (mov. 25.1 fls. 52)

Débito Atualizado R\$ 12.418,52 - 23/11/2019

Avaliação Primitiva R\$ 285.654,82 - 15/03/2016 (mov. 39.1 fls. 77)

Avaliação Atualizada R\$ 327.805,22 - 23/11/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

PROPRIETARIOS: RODOLFO GARCIA MONTOSA E CIBELE RIBAROLLI PEREIRA MONTOSA; MARCELO FILOCO ZANINI E JULIANA RIBAROLLI PEREIRA DA SILVA; FERDINANDO MILANEZ E IVONE FOMES MILANEZ; SILAS BARBOSA DIAS E JANEIDE PALHADO DIAS; NICOLAU PEPELIASCOV E PERSILIANA DE ASSIS PEPELIASCOV; IRMA MARIA LOPES; KENI MAEDA E SATORU MAEDA; RAFAEL TAVARES MESQUITA E LUCIANA RIBEIRO REIS DE MESQUITA; ELZA MARIA FERREIRA BRITO E LUIZ CARLOS SOUZA BRITO; PAULO DE TARSO KOBULKA E LINDA MARIA LOBO KOBYLKA; JOAO BATISTA MANOEL; ROMEU BARRETO ALMEIDAE IZABEL LOURENÇONI ALMEIDA; MARCIO LUIZ DE MELO E PATRICIA

BENETTI CRAVO; JOSE CARLOS DOS SANTOS E MARLENE RIBEIRO DOS SANTOS; ASSOCIAÇÃO DOS HOMENS DE NEGOCIO DO EVANGELHO PLENO - ADHONEP; ENGEVIDROS - ENGENHARIA E COMERCIO DE VIDROS LTDA; MARLISE AGUIAR RIBEIRO; FABIO MARCELO SILVA CASSIANO E CINTIA COLLI CASSIANO

R.8/25.876 - PENHORA - autos nº 682/2005 - 9ª Vara Cível de Londrina/Pr. Exequente: BANCO BRADESC S/A. Executados: ANTONIO PAULO PELLOSO e sua mulher ELISVANDA SOUTIER DE ALMEIDA PELLOSO e PELLOSO & AL,EIDA LTDA. e outros. R.19/25.876 - PENHORA - autos nº 0003931-94.2013.8.16.0014 de Execução Fiscal da 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina/Pr. Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA e DEMAIS PRORIETÁRIOS. Executados: ANTONIO PAULO PELLOSO.

AV.21/25.876 - AVERBAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE AÇÃO - Autos 0055342-06.2048.8.16.0014 - 7ª Vara Cível de Londrina - Proprietários: ENGEVIDROS -ENGENHARIA E COMÉRCIO DE VIDROS LTDA e OUTROS

AV.23/25.876 - COMPRA E VENDA Transmitente: MARLISE AGUIAR RIBEIRO - Adquirente: MARCIO LUIZ DE MELO e PATRICIA BENETTI CRAVO

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es) ANTÔNIO PAULO PELLOSO (CPF/CNPJ 329.391.169-20) e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico <u>www.nakakogueleiloes.com.br</u>, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.

- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 02 de dezembro de 2019.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

<u>FAZ SABER</u> a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, por lance não inferior ao valor da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:** Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0004131-97.1996.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)
End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 1.2fls. 50)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) EDUNIZETE LUIZ VESPERO (CPF/CNPJ 238.026.189-04) End. Executado(a) (01) Rua Bento Munhoz da Rocha Neto, 237, Guanabara,

Londrina/PR CEP: 86050-010 (mov. 1.2fls. 50)

Adv. Executado Heloisa Brandalise Vespero (OAB/PR 78632) (mov.31.1 fl.262)

Depositário Fiel (1) Edunizete Luiz Vespero

End. da Guarda (01) Rua Bento Munhoz da Rocha, 237, Londrina/PR CEP: 86050-

010 (mov. 20.1 fl. 242)

Depositário Fiel (2) Edunizete Luiz Vespero

End. da Guarda (02) Rua Bento Munhoz da Rocha, s/n, Londrina/PR CEP: 86050-

010 (mov. 20.1 fl. 242)

Penhora realizada 02/06/1998 (mov. 1.2 fl. 43 e fl. 80)

Débito Primitivo R\$ 108.312,59 - 01/12/2017 **Débito Atualizado** R\$ 146.308,74 - 23/11/2019

Qualificação do(s) Bem(ns):

Data de terras sob nº 13 da quadra nº 13, com 643,75 m², situada no Parque Guanabara, Londrina, com as seguintes divisas e confrontações: "Frente para a Rua Buenos Aires, medindo 12,50 metros; de um lado com a data 12, medindo 51,50 metros; de outro lado com a data 14, medindo 51,50 metros; fundos com a data 04, medindo 12,50 metros". Matrícula nº 34.873 do 1º CRI de Londrina. Venda "Ad Corpus".

Data nº 14 (quatorze), da quadra nº 13 (treze), com 618,00 m2, localizado a Rua Bento Munhoz da Rocha, s/n. (ao lado do n 237), Parque Guanabara, em Londrina, com as seguintes divisas: Pela frente, numa extensão de 12,00 metros, com Rua Castro Alves; de um lado, com a data nº 13, numa extensão de 51,50 metros; pelos fundos, com a data nº 05, com 12,00 metros e de outro lado, com a remanescente do lote nº 63, numa extensão de 51,50 metros. Matrícula nº 12.210 do 1º CRI de Londrina/PR. Venda "Ad Corpus".

BENFEITORIAS DOS BENS (01 E 02)......R\$ 881.930,82

1) Uma residência de alto padrão construída nos lotes nº 13 e nº 14, da quadra nº 13, com área construída de 380,00 m²,contendo uma casa principal, dividida em dois pavimentos, com frente para o Lago Igapó II, dispondo de uma sala de visitas, uma sala de TV e uma sala de jantar, tudo em piso de madeira; um escritório com piso de madeira; hall com piso

em granito; lavabo; uma sala de estar com piso de madeira; escadarias de madeira; três suítes com piso de madeira, todas com armários, banheiros privativos com hidromassagem e sacada com vista para o Lago Igapó II; um dormitório simples; uma cozinha e uma copa; e um banheiro social com pisos cerâmico. Somado a isso, a residência contém cobertura de telha romana, com a parte interna de laje e forro de madeira, dispondo, além disso, de quatro vagas de garagem. Venda "Ad Corpus"

Que avalio no valor médio de R\$450.000,00 (Quatrocentos e cinquenta mil reais);

2) Uma casa de alvenaria de tijolos nos fundos, com área construída de 120,00 m², contendo dois dormitórios com piso de madeira, uma cozinha com piso cerâmico, uma sala com piso de madeira, uma lavanderia com piso cerâmico e um banheiro social com piso cerâmico, além de cobertura de telhas cerâmicas. Venda "Ad Corpus"

Que avalio no valor médio de R\$ 130.000,00 (Cento e trinta mil reais);

3) Área de lazer contendo: uma piscina de aproximadamente 84,00 m²; uma piscina pequena para crianças, medindo 12,00 m²; um salão com churrasqueira, com aproximadamente 100,00 m², madeira de lei, piso cerâmico, com teto de madeira e laje, dispondo de cobertura de telhas romanas, piso em pedra e jardim. Além disso, possui o quintal todo murado, com portões metálicos, motor eletrônico e cerca elétrica. Venda "Ad Corpus".

Avaliação Atualizada R\$ 2.732.713.53 - 23/11/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.4/12.210 – VENDA E COMPRA – Adquirente: Edunizete Luiz Vespero e s/m Maria Aparecida Brandalize Vespero – Transmitentes: Marcos de Toledo Tito e s/m Edna de Lourdes Machado Tito.

R.5/12.210 – HIPOTECA. Escritura Pública 2º Tabelionato Iocal. CREDOR: DU PONT do Brasil S.A. Devedor: DILIA – Distribuidora Londrina de Insumos Agropecuários Ltda. e Intervenientes Hipotecantes: EDUZINETE LUIZ VESPERO e MARIA APARECIDA BRANDALIZEVESPERO.

R.7/12.210 – PENHORA. Autos nº 49/95 da 4ª Vara Cível de Londrina. Exeqüente: TAKEDA S/A IND. E COM. Executado: EDUNIZETE LUIZ VESPERO.

R.8/12.210 – PENHORA. Autos nº 3030/93 (Carta Precatória nº 147/93) da 10ª Vara Cível de Londrina. Exeqüente: IHARABRAS S/A IND. QUÍMICAS. Executado: EDUNIZETE LUIZ VESPERO E MARIA APARECIDA BRANDALIZE VESPERO.

R.9/12.210 – ARRESTO. Autos nº 0004131-97.1996.8.16.0014 da 2ª Vara de Execução Fiscal de Londrina. Autor: MUNICÍPIO DE LONDRINA. Réu: EDUNIZETE LUIZ VESPERO.

R.10/12.210 - ARRESTO. Autos nº 168/98 da 5ª Vara Cível de Londrina. Autor: MUNICÍPIO DE LONDRINA. Réu: EDUNIZETE LUIZ VESPERO.

Av.11/12.210 – ARRESTO CONVERTIDO EM PENHORA- Autos nº º 0004131-97.1996.8.16.0014 da 2ª Vara de Execução Fiscal de Londrina. Arresto registrado sob nº 9/12.210.

R.12/12.210 – PENHORA. Autos nº 2004.70.01.005604 (Carta Precatória) da 1ª Vara Federal de Londrina. Exeqüente: FAZENDA NACIONAL. Executado: AGRODIVISA CIAL AGRÍCOLA LTDA E EDUNIZETE LUIZ VESPERO.

R.13/12.210 – PENHORA. Autos nº 0077923-59.2011.8.16.0014 da 1ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina. Exeqüente: MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executado: EDUNIZETE LUIZ VESPERO.

R.2/34.873 - COMPRA E VENDA – Adquirente: Edunizete Luiz Vespero e s/m Maria Aparecida Brandalize Vespero – Transmitentes: Dulcinéia Zicarelli Rodrigues e s/m Amilton Rodrigues.

R.3/34.873 – HIPOTECA – Escritura Pública do 2º Tabelionato local – . CREDORA: DU PONT DO BRASIL S.A. Devedora: DILIA Distribuidora Londrina de Insumos Agropecuários Ltda. e Intervenientes -Hipotecantes: EDUZINETE LUIZ VESPERO e MARIA APARECIDA BRANDALIZEVESPERO.

R.4/34.873- PENHORA – Autos 49/95 da 4ª Vara Cível de Londrina. Exequente: TAKENATA S/A Industria e Comércio; Executado EDUNIZETE LUIZ VESPERO.

R.5/34.873 – PENHORA – Autos 3030/93 – (Carta Precatória 147/93) 10ª Vara Cível de Londrina. Exeqüente: IHARABRAS S/A Ind. Química; Executado EDUNIZETE LUIZ VESPERO E MARIA APARECIDA BRANDALIZEVESPERO.

R.6/34.873 – ARRESTO – Autos 0004131-97.1996.8.16.0014 da 2ª Vara de Execução Fiscal de Londrina. Exeqüente: MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executado: EDUNIZETE LUIZ VESPERO.

R.7/34.873 – Penhora – Autos 111/97 da 10^a Vara Cível de Londrina. Exeqüente: MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executado: EDUNIZETE LUIZ VESPERO.

R.9/34.873 –PENHORA – Autos 181/98 (00008482-45.1998.8.16.0014) da 1ª Vara Execuções FiscaisI de Londrina. - Exeqüente: MUNICÍPIO DE LONDRINA; Executado EDUNIZETE LUIZ VESPERO.

R.10/34.873 – PENHORA – Autos 222/20(0009925-60.2000.8.16.0014) da 1ª Vara Execuções FiscaisI de Londrina. Exeqüente: MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executado: EDUNIZETE LUIZ VESPERO.

R.11/34.873— PENHORA — Autos 2004.70.01.005.604-6 (carta precatória) da 1ª Vara Federal de Londrina — Exeqüente: FAZENDA NACIONAL; Executado AGRODIVISA CIAL. AGRÍCOLA LTDA E EDUNIZETE LUIZ VESPERO.

R.12/34.873 – ARRESTO -Autos 0077926-14.2011.8.16.0014 da 1ª Vara Execuções FiscaisI de Londrina. Exeqüente: MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executado: EDUNIZETE LUIZ VESPERO

AV.13/34.873 – ARRESTO CONVERTIDO EM PENHORA -Autos 0077926-14.2011.16.0014 da 1ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina.

R.14/34.873 – PENHORA – Autos 2460370.2006.8.16.0014 – 1ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina, Exeqüente: MUNICIPIO DE LONDRINA – Executado: EDUNIZETE LUIZ VESPERO.

R-15.34.873- PENHORA- Autos 33264-67.2008.8.16.0014 da 1ª Vara de Exec. Fiscais de Londrina. Exeqüente: MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executado: EDUNIZETE LUIZ VESPERO.

R-16.34.873- PENHORA- Autos 29584-11.2007.8.16.0014.0003 da 1ª Vara de Exec. Fiscais de Londrina. Exeqüente: MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executado: EDUNIZETE LUIZ VESPERO.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es) EDUNIZETE LUIZ VESPERO (CPF/CNPJ 238.026.189-04) e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico <u>www.nakakogueleiloes.com.br</u>, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 04 de Dezembro de 2019.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:** Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0005179-95.2013.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)
End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 mov. 1.1 fls. 03

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) ERNESTO DE PAULA MATEUS (CPF/CNPJ 495.086.529-

34)

End. Executado(a) (01) Rua Jacarezinho , 540, PRQ DAS INDÚSTRIAS, Londrina/PR

CEP: 86043010 mov. 1.1 fls. 03

Depositário Fiel (1) ERNESTO DE PAULA MATEUS

End. da Guarda (01) Rua Jacarezinho, 540, Prq das Indústrias, Londrina/PR CEP:

86043-010

Penhora realizada 17/01/2017 (mov. 62.1 fl. 108)

Débito Primitivo R\$ 442,80 - 05/07/2018 (mov. 79.2 fl. 136/137)

Débito Atualizado R\$ 537,44 - 22/11/2019

Avaliação Primitiva R\$ 185.000,00 - 17/01/2017 (mov. 62.1 fls. 109)

Avaliação Atualizada R\$ 203.377,79 - 22/11/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

45.639 – PROPRIETÁRIOS: MARIO FEIJÓ, NERINA DE MORAIS FEIJÓ, ARTUR FEIJÓ DE JESUS, ALZIRA DE MOURA FEIJÓ, ANTONIO FEIJÓ, LUIZA GIACOMINI FEIJÓ, JOÃO LEONIDAS FEIJÓ, APARECIDA LEUSA FEIJÓ

R.1/45.639 – PENHORA – Autos 0030111-89+2009.8.16.0014 – 1ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina – Proprietários: MARIO FEIJÓ, NERINA DE MORAIS FEIJÓ, ARTUR FEIJÓ DE JESUS, ALZIRA DE MOURA FEIJÓ, ANTONIO FEIJÓ, LUIZA GIACOMINI FEIJÓ, JOÃO LEONIDAS FEIJÓ, APARECIDA LEUSA FEIJÓ – Executado: ERNESTO DE PAULA MATEUS – Exequente: MUNICIPIO DE LONDRINA.

R.2/45.639 – PENHORA: Autos 0028921.62.2007.8.16.0014 -1ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina – Executado: ERNESTO DE PAULA MATEUS – Exequente: MUNICIPIO DE LONDRINA. Proprietários: MARIO FEIJÓ, NERINA DE MORAIS FEIJÓ, ARTUR FEIJÓ DE JESUS, ALZIRA DE MOURA FEIJÓ, ANTONIO FEIJÓ, LUIZA GIACOMINI FEIJÓ, JOÃO LEONIDAS FEIJÓ, APARECIDA LEUSA FEIJÓ R.3/45.639 – PENHORA: Autos 0023603-69.2005.8.16.0014 -1ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina – Executado: ERNESTO DE PAULA MATEUS – Exequente: MUNICIPIO DE LONDRINA. Proprietários: MARIO FEIJÓ, NERINA DE MORAIS FEIJÓ, ARTUR FEIJÓ DE JESUS, ALZIRA DE MOURA FEIJÓ, ANTONIO FEIJÓ, LUIZA GIACOMINI FEIJÓ, JOÃO LEONIDAS FEIJÓ, APARECIDA LEUSA FEIJÓ R.4/45.639 – PENHORA: Autos 0005179-95.2013.8.16.0014 -2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina – Executado: ERNESTO DE PAULA MATEUS – Exequente: MUNICIPIO DE LONDRINA. Proprietários: MARIO FEIJÓ, NERINA DE MORAIS FEIJÓ, ARTUR FEIJÓ DE JESUS, ALZIRA DE MOURA FEIJÓ, ANTONIO FEIJÓ, LUIZA GIACOMINI FEIJÓ DE JESUS, ALZIRA DE MOURA FEIJÓ, ANTONIO FEIJÓ, LUIZA GIACOMINI FEIJÓ, JOÃO LEONIDAS FEIJÓ, APARECIDA LEUSA FEIJÓ

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es) ERNESTO DE PAULA MATEUS (CPF/CNPJ 495.086.529-34) e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico <u>www.nakakogueleiloes.com.br</u>, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;

- (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
- A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
- O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão.
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 04 de Dezembro de 2019.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, por lance não inferior ao valor da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:** Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0007995-16.2014.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)
End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 33.2, fls. 62)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) ATAIDE SOARES TRINDADE (CPF/CNPJ 709.491.749-04)
End. Executado(a) (01) Rua Oswaldo Pigozzo, 336, Jd. Arapongas-, Londrina/PR CEP: 86.083-654 (mov. 33.2, fls. 62)

Depositário Fiel (1) Ataíde Soares Trindade

End. da Guarda (01) Rua Joaquim Xavier de Lima , 51, Jardim Vale Verde ,

Londrina/PR CEP: 86040-600 (mov. 33.1 fls. 60)

Penhora realizada 07/07/2016 (mov. 33.1 fls. 60)

Débito Primitivo R\$ 687,76 - 16/04/2015 (mov. 25.1 fls. 44)

Débito Atualizado R\$ 1.339,19 - 22/11/2019

Avaliação Primitiva R\$ 155.000,00 - 07/07/2016 (mov. 33.1 fls. 60)

Avaliação Atualizada R\$ 172.865,00 - 22/11/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R-4-24.376- PENHORA- Autos 0007995-16.2014.8.16.0014 da 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina. Exeqüente: MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executado: ATAIDE SOARES TRINDADE.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s)

bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es) ATAIDE SOARES TRINDADE (CPF/CNPJ 709.491.749-04) e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico <u>www.nakakogueleiloes.com.br</u>, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.

- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 04 de Dezembro de 2019.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:** Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0008184-33.2010.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) **NOEL ELIAS DA SILVA (CPF/CNPJ 361.114.819-91)**

End. Executado(a) (01) Rua Café Sumatra, nº 245, Residencial Tocantins,

Londrina/PR CEP: 86.081-230

Depositário Fiel (1) DEPOSITÁRIO PÚBLICO DE LONDRINA

End. da Guarda (01) Rua Café Sumatra , nº 245, Residencial Tocantins ,

Londrina/PR CEP: 86.081-230

Penhora realizada 14/12/2017 (mov. 26.2 fls. 86)

Débito Primitivo R\$ 4.139,27 - 02/06/2017 (mov. 17.2 fls. 68/69)

Débito Atualizado R\$ 5.875,70 - 22/11/2019

Avaliação Primitiva R\$ 246.000,00 - 23/08/2018 (mov. 53.1 fls. 131/132)

Avaliação Atualizada R\$ 256.929,55 - 22/11/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.1/96.226 – PENHORA – extraído do Processo nº 0008184-33.2010.8.16.0014 de Execução Fiscal da 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina/Pr. Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executado: NOEL ELIAS DA SILVA. Proprietários: FRANCISCO MIRANDA CRUZ e sua mulher ELZA ABUSSAFI MIRANDA.

R.2/96.226 – PENHORA – extraído do Processo nº 0006565-63.2013.8.16.0014 de Execução Fiscal da 1ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina/Pr. Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executado: NOEL ELIAS DA SILVA. Proprietários: FRANCISCO MIRANDA CRUZ e sua mulher ELZA ABUSSAFI MIRANDA.

R.3/96.226 – PENHORA – extraído do Processo nº 0037005-37.2016.8.16.0014 - 1ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina/Pr. Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executado: NOEL ELIAS DA SILVA. Proprietários: FRANCISCO MIRANDA CRUZ e sua mulher ELZA ABUSSAFI MIRANDA.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es) NOEL ELIAS DA SILVA (CPF/CNPJ 361.114.819-91) e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico <u>www.nakakogueleiloes.com.br</u>, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e

- baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 04 de Dezembro de 2019.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE
LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

<u>FAZ SABER</u> a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, por lance não inferior ao valor da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:** Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0008510-51.2014.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias no 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 mov.43.1 fls.87

Adv. Exequente Denise Teixeira Rebello (OAB/PR 13.891) Ludmeire Camacho (OAB/PR 27.735) Rômulo Henrique Perim Alvarenga(OAB/PR(43.334) Juliana Estrope Beleze (OAB/PR 37.045) (mov. 135.2 fl. 376)

Executado (a) (01) ADEMILSON FERNANDES DA SILVA (CPF/CNPJ 600.362.141-91)

000.302.141-91)

End. Executado(a) (01) Rua Santo Anastácio, 4908, Conjunto Residencial Guarani III,

Umuarama/PR CEP: 87509-000 mov.43.1 fls.87

Depositário Fiel (1) DEPOSITÁRIO PÚBLICO DE LONDRINA

End. da Guarda (01) Rua Antonio Martins , 329, Conjunto Hab. Profa Hilda

Mandarino, Londrina/PR CEP: 86078-750

Penhora realizada 15/02/2016 (mov. 26.1 fls. 56)

Débito Primitivo R\$ 1.073,39 - 16/01/2018 (mov. 87.2 fls. 213)

Débito Atualizado R\$ 1.422,20 - 22/11/2019

Avaliação Primitiva R\$ 91.000,00 - 16/02/2016 (mov. 26.1 fls. 57)

Avaliação Atualizada R\$ 105.071,08 - 22/11/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

AV.1/48.084 - Ônus Anterior: HIPOTECA. Registrada sob nº 2/35.842 RG com Re/Ratificações a favor da Caixa Econômica Federal sendo devedora COHAB-LD. HIPOTECA. Registrada sob nº 3/35.842 RG com Re/Ratificações a favor da Caixa Econômica Federal sendo devedora COHAB-LD.

R.3/48.084 – PENHORA – Exequente Município de Londrina – Executado: Ademilson Fernandes da Silva- Proprietária – COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA – COHAB-LD. Autos 000510-51.2014.8.16.0014- 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina/PR.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es) ADEMILSON FERNANDES DA SILVA (CPF/CNPJ 600.362.141-91) e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos

anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.

- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 04 de Dezembro de 2019.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:** Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0009856-28.2000.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 1.1 fls. 03)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01)

ANA CARLOTA DE ALMEIDA (CPF/CNPJ 003.685.129-91)

End. Executado(a) (01)

Rua Pará , 1122, 1º And. Sala 14, Centro, Londrina/PR CEP:

86.010-400 (mov. 1.1 fls. 03)

Adv. Executado Patrícia Cristiane Brites de Almeida (OAB/PR 39.842) (fl. 01).

Depositário Fiel (1) Depositário Público de Londrina

End. da Guarda (01) Rua Flávio Luz, s/n, Gleba Ribeirão Cambé, Londrina/PR CEP:

86.047-020 (mov. 1.2fls. 71)

Penhora realizada 20/12/2005(mov. 1.2fls. 71)

Débito Primitivo R\$ 67.266,35 - 28/11/2017 (mov. 45.2, fls. 229/230)

Débito Atualizado R\$ 91.636,74 - 22/11/2019

Avaliação Primitiva R\$ 4.410.000,00 - 19/02/2018 (mov. 59.1 fls. 249)

Avaliação Atualizada R\$ 4.793.963,73 - 22/11/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.5/5.729 - COMPRA E VENDA - ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA DATADA DE 30/06/82 - TRANSMITENTES; JOSÉ MARIA MORAIS DE REZENDE E SUA MULHER MARIA LUCIA MARTINEZ DE REZENDE - ADQUIRENTE; ANA CARLOTA DE ALMEIDA.

- R.13/5726 HIPOTECA CREDOR BRANCO ITAÚ S/A NA QUALIDADE DE SUC. DO UNIÃO DE BANCOS BRASILERIOS S/A DEVEDORA: ANA CARLOTA DE ALMEIDA.
- R.22/5.729 PENHORA Autos 0008689-73.2000-8.16.0014 1ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina Exequente: Município de Londrina Executado: Ana Carlota de Almeida
- R.24/5.729 PENHORA Autos 0028787-98.2008-8.16.0014 1ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina Exequente: Município de Londrina Executado: Ana Carlota de Almeida.
- R.25/5.729 PENHORA Autos 0004438-60.2010.8.16.0014 1ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina Exequente: Município de Londrina Executado: Ana Carlota de Almeida
- R.26/5.729 PENHORA Autos 0031098-62.2008.8.16.0014 1ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina Exequente: Município de Londrina Executado: Ana Carlota de Almeida
- R.27/5.729 PENHORA Autos: 0071648-60.2012.8.16.0014, Carta Precatória, 6ª Vara Cível de Londrina PR Exequente: Jaime Mariano Gonçalves, Executado: Ana Carlota de Almeida.
- R.28/5.729 PENHORA Autos 0033195-35.2008.8.16.0014 1ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina Exequente: Município de Londrina Executado: Ana Carlota de Almeida
- R.29/5.729 PENHORA Autos 0026042-82.2007.8.16.0014 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina Exequente: Município de Londrina Executado: Ana Carlota de Almeida
- R.30/5.729 PENHORA Autos 0082648-57.2012.8.16.0014 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina Exequente: Município de Londrina Executado: Ana Carlota de Almeida
- R.31/5.729 PENHORA Autos 0057954-24.2012.8.16.0014 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina Exequente: Município de Londrina Executado: Ana Carlota de Almeida
- R.32/5.729 PENHORA Autos 00008509-08.2010.8.16.0014 1ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina Exequente: Município de Londrina Executado: Ana Carlota de Almeida
- R.33/5.729 PENHORA Autos 0019417-66.2006.8.16.0014 1ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina Exequente: Município de Londrina Executado: Ana Carlota de Almeida
- R.34/5.729 PENHORA Autos 0008751-93.2012.8.16.0014 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina Exequente: Município de Londrina Executado: Ana Carlota de Almeida
- AV.35/5.729 REDUÇÃO DE PENHORA Autos: 0071648-60.2012.8.16.0014 Carta Precatória, 6ª Vara Cível de Londrina PR, constante no R.27/5.729.
- R.36/5.729 PENHORA Autos 0086828-87.2010.8.16.0014 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina Exequente: Município de Londrina Executado: Ana Carlota de Almeida
- R.37/5.729 PENHORA Autos 0031036-56.2007.8.16.0014 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina Exequente: Município de Londrina Executado: Ana Carlota de Almeida.
- R.39/5.729 PENHORA Autos 0026271-08.2008.8.16.0014 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina Exequente: Município de Londrina Executado: Ana Carlota de Almeida.

R.40/5.729 – PENHORA – Autos 0006553-39.2019.8.16.0014 – 6ª Vara Cível de Londrina – Exequente: Douglas Leonardo Costa Maia – Executado: Ana Carlota de Almeida.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es) ANA CARLOTA DE ALMEIDA (CPF/CNPJ 003.685.129-91) e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se

- aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 04 de Dezembro de 2019.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, por lance não inferior ao valor da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:** Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0010798-94.1999.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias, 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 15.1 fls.174)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) ANA CARLOTA DE ALMEIDA (CPF/CNPJ 003.685.129-91)
End. Executado(a) (01) Rua Pará, 1122, Sala 14, Centro – Londrina/PR CEP 86.010-

400 (mov. 15.1 fls.174)

Adv. Executado Patrícia Cristiane Brites de Almeida (OAB/PR 39.842) (mov.

15.2, fls. 175)

Depositário Fiel (1) ANA CARLOTA DE ALMEIDA

End. da Guarda (01) Rua Prefeito Antônio Fernandes. Sobrinho, 84, Centro, Quadra

38, Lote 10– Londrina/PR CEP 86.010-080 (mov. 27.1, fls.200) Penhora realizada 28/10/2015 (mov. 16.1fls. 178)

Débito Primitivo R\$ 17.961,29 - 04/11/2016 (mov. 60.1 fl. 265)

Débito Atualizado R\$ 19.895,54 - 29/11/2019

Avaliação Primitiva R\$ 1.569.155,50 - 07/04/2016 (mov.27.1 fls. 202)

Avaliação Atualizada R\$ 1.794.623,39 - 29/11/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.4/13.869 — PENHORA — Autos 0010798-94.1999.8.16.0014- 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina — Exequente: MUNICIPIO DE LONDRINA — Executada: ANA CARLOTA DE ALMEIDA — Proprietário: RICARDO PRESCINOTTI

R.5/13.869 — PENHORA — Autos 0056763-02.2016.8.16.0014 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina — Exequente: MUNICIPIO DE LONDRINA — Executada: ANA CARLOTA DE ALMEIDA — Proprietário: RICARDO PRESCINOTTI

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es) ANA CARLOTA DE ALMEIDA(CPF/CNPJ 003.685.129-91) e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se

- aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 04 de Dezembro de 2019.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

<u>FAZ SABER</u> a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:** Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0011212-92.1999.8.16.0014 - Execução Fiscal

0006316-15.2013.8.16.0014 0004391-52.2011.8.16.0014

Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) JOSÉ CARLOS NOLF DAMIANI (CPF/CNPJ 005.434.119-

15)

End. Executado(a) (01) Rua Lodovico Geronazzo, 1.945, Boa Vista, Curitiba/PR CEP:

82.560-040

Adv. Executado Fernanda de Souza Rocha (OAB/PR. 18.577) e Marcelo de

Souza Rocha (OAB/PR. 68.713) (mov. 40.2 fls. 239)

Depositário Fiel (1) DEPOSITÁRIO PÚBLICO DE LONDRINA

End. da Guarda (01) Rua: Rosa Golim Milhorini, SN, Quadra: 281 - Remanescente da subdivisão do lote da Gleba Jacutinga, Parque Recreativo Fonteque, Londrina/PR

Penhora realizada 09/12/2003 (mov. 1.2 fls.63)

 Débito Primitivo
 R\$ 6.022,79 - 18/09/2014 (mov. 1.3 fls. 179)

 Débito Primitivo
 R\$ 7.176,17 - 06/06/2016 (mov. 91.2 fl.186) (6316)

 Débito Primitivo
 R\$ 8,218,44 - 13/08/2015 (mov.32.2 fl 74) (4391)

Débito Atualizado R\$ 24.319,64 - 27/11/2019

outro marco; daí volve a esquerda e segue confrontando com terras das mesmas chácaras

31 e 32, na distancia aproximada de 91m e com rumo de 11º33´NW, até outro marco cravado a margem direita da Água Itaúna e daí segue por esta água acima, até encontrar o marco inicial fechando assim o perímetro. Matricula nº 3.282 de 2º Cartório de Registro de Imóveis de Londrina/Pr. Venda "Ad Corpus".

Avaliação Primitiva R\$ 336.000,00 - 21/05/2015 (mov. 58.1 fls. 107/108)

Avaliação Atualizada R\$ 419.662,45 - 27/11/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.3/3.282 – ARRESTO – passado nos autos nº 0011212-92.1999.8.16.0014 de Execução Fiscal da 2ª Execuções Fiscais de Londrina/Pr. Executado: JOSÉ CARLOS NOLF DAMIANI. Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA.

R.3/3.282/A – AVERBAÇÃO – termo de conversão do arresto em penhora, devidamente arquivado neste oficio sob nº 4.717, expedido dos autos sob nº 0011212-92.1999.8.16.0014 de Execução Fiscal da 2ª Execuções Fiscais de Londrina/Pr. Fica averbada a CONVERSÃO DO ARRESTO.

R.5/3.282 — ARRESTO — extraído do Processo nº 0035493-19.2016.8.16.0014 de Execução Fiscal da 1ª Execuções Fiscais de Londrina/Pr. Executado: JOSÉ CARLOS NOLF DAMIANI. Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es) JOSÉ CARLOS NOLF DAMIANI (CPF/CNPJ 005.434.119-15) e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.

A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.

- O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 04 de Dezembro de 2019.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

<u>FAZ SABER</u> a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, por lance não inferior ao valor da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:** Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0012283-27.2002.8.16.0014 - Execução Fiscal

0029751-13.2016.8.16.0014

Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 1.1 fl. 03)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) **ANGELO FERIANI (CPF/CNPJ 276.753.519-91)**

End. Executado(a) (01) Av. Lindóia, 134, Jardim Coroados, Londrina/PR CEP: 86.062-

540 (mov. 1.1 fl. 03)

Adv. Executado Sérgio Ney Ferreira Neves (OAB/PR. 14.017) (mov. 61.2 fl.

168)

Depositário Fiel (1) ANGELO FERIANI

End. da Guarda (01) Rua Lindóia, 134, Jardim Coroados, Londrina/PR CEP:

86.062-540 (mov. 6.1 fl. 73)

Penhora realizada 01/07/2015 (mov. 6.1 fl. 73)

Débito Primitivo R\$ 3.059,18 - 20/07/2017 (mov. 75.2 fl. 191) (0012283) Débito Primitivo R\$ 4.196,33 - 07/09/2016 (mov. 19.1 fl. 35) (0029751)

Débito Atualizado R\$ 10.747.41 - 27/11/2019

Avaliação Primitiva R\$ 240.000,00 - 16/09/2015 (mov. 15.1 fls. 88/89)

Avaliação Atualizada R\$ 292.793,38 - 27/11/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.4/12557 – ARRESTO – Autos nº 26059-21.2007.8.16.0014 - 1ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina/Pr. EXECUTADO: ANGELO FERIANI. EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE LONDRINA.

R.5/12557 – PENHORA – Autos nº 0025828-28.2006.8.16.0014 - 1ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina/Pr. EXECUTADO: ANGELO FERIANI. EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE LONDRINA.

R.6/12557 – PENHORA – Autos nº 0006680-84.2013.8.16.0014 - 1ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina/Pr. EXECUTADO: ANGELO FERIANI. EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE LONDRINA.

R.7/12557 – PENHORA – Autos nº 0028380-97.2005.8.16.0014 - 1ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina/Pr. EXECUTADO: ANGELO FERIANI. EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE LONDRINA.

R.8/12557 – PENHORA – Autos nº 0003934-54.2010.8.16.0014 - 1ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina/Pr. EXECUTADO: ANGELO FERIANI. EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE LONDRINA.

R.9/12557 - PENHORA - Autos nº 26059-21.2007.8.16.0014 - 1ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina/Pr. EXECUTADO: ANGELO FERIANI. EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE LONDRINA

R.10/12557 - PENHORA - Autos nº 0039831-65.2018.8.16.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina - EXECUTADO: ANGELO FERIANI. EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE LONDRINA

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es) ANGELO FERIANI (CPF/CNPJ 276.753.519-91) e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico <u>www.nakakogueleiloes.com.br</u>, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;

- (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
- A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
- O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão.
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 04 de Dezembro de 2019

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020às 09:30, que se realizará na **Local:** Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50%. da avaliação.

Autos nº. 0013253-12.2011.8.16.0014 - Execução Fiscal

0060996-76.2015.8.16.0014

Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)
End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) SENNA CONSTRUÇÕES LTDA. (CPF/CNPJ

77.515.351/0001-60)

End. Executado(a) (01) Rua Piauí nº 598, Centro- Londrina/PR - CEP 86010-909

Adv. Executado Priscila Odete da Silva Machado (OAB/PR. 41.547) e

Elisangela Florêncio de Farias (OAB/PR. 35.378) (mov. 1.2 fls. 10 11)

Executado (a) (02) **ACIR AFONSO VIEIRA (CPF/CNPJ 370.496.159-00)**

End. Executado(a) (02) Rua Edivaldo F. de Lima , 270, Tropical - B , Londrina/PR CEP:

86.087-646 (mov. 52.1 fls. 131)

Depositário Fiel (1) Depositário Público da Comarca

End. da Guarda (01) Rua Maria Doniak, 240, Pacaembu, Londrina/PR CEP: 89079-

080 (mov. 52.1 fls. 131)

Penhora realizada 02/02/2017 (mov. 52.1 fls. 131)

Débito Primitivo R\$ 454,95 - 06/11/2018 (mov. 49.1 fls. 126)

R\$ 3.594,53 - 20/03/2017 (mov. 29.4 fls. 62) (60996)

Débito Atualizado R\$ 5.714,14 - 14/11/2019

R\$ 98.000,00 - 02/08/2019 (mov. 57.2 fls. 141)

R\$ 98.324,35 - 14/11/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.1/94.376 – PENHORA – Autos 0060996-76.2015.8.16.0014 de Execução Fiscal da 2ª Vara de Execuções Fiscais desta Comarca.. Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executados: SENA CONSTRUÇÕES LTDA e ACIR AFONSO VIEIRA.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es) SENNA CONSTRUÇÕES LTDA. (CPF/CNPJ 77.515.351/0001-60), ACIR AFONSO VIEIRA (CPF/CNPJ 370.496.159-00) e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.

- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 04 de Dezembro de 2019.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que seque:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50%. da avaliação.

Autos nº. 0014535-22.2010.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70) Exequente (01) End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 1.1 fl. 04)

Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão Adv. Exequente

(OAB/PR 32.602)

ESPÓLIO DE ANTÔNIO PAULON rep. Por APARECIDA Executado (a) (01)

PAULON SIMON (CPF/CNPJ 210.727.799-00)

Rua Da União, 92, Londrina/PR CEP: 86.077-050 (mov. 1.1 fl. End. Executado(a) (01)

04)

Depositário Fiel (1) DEPOSITÁRIO PÚBLICO DE LONDRINA

End. da Guarda (01) Rua Da União, 92, Londrina/PR CEP: 86.077-050 (mov. 1.1 fl.

Penhora realizada 20/03/2017 (mov. 11.1 fl. 50)

R\$ 883,87 - 24/02/2015 (mov. 1.2 fl. 35) Débito Primitivo

R\$ 1.776,94 - 27/11/2019 **Débito Atualizado**

Lote de terras sob nº 07 da quadra 03, com 283,35 metros quadrados, situado no CONJUNTO HABITACIONAL "RUY VIRMOND CARNASCIALLI – SETOR I", nesta cidade, da subdivisão de uma área com 100.750,00m², remanescente do lote nº 28, da Gleba Jacutinga, Neste Município e Comarca. Dentro das seguintes divisas e confrontações: Frente para a Rua da União, a Leste, com 10,10 metros: Lado direito para o lote 08, ao SUL, com 28,24 metros; Lado esquerdo para o lote 06, ao NORTE, com 28,26 metros: Fundos para os lotes 18 e 19, a Oeste, com 9,96 metros. Benfeitoria: uma residência em alvenaria com 158m² metros quadrados de construção averbada, em bom estado de conservação.

Matrícula nº 45.094 do 2º CRI de Londrina/PR. - Venda "Ad Corpus".

Avaliação Primitiva R\$ 250.000,00 - 07/11/2017 (mov. 20.2 fl. 68)

R\$ 275.598,04 - 27/11/2019 Avaliação Atualizada

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.1/45.094 – HIPOTECA – Devedora – COHAB – LD – COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA - Credora CAIXA ECONÔMICA FEDERAL na qual. De susc. Do B.N.H.

R. 3/45.094 – PENHORA – Autos 0014535-22.2010.8.16.0014 – 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina – Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA – Executado: ESPÓLIO DE ANTÔNIO PAULON – Proprietária: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es) ESPÓLIO DE ANTÔNIO PAULON rep. Por APARECIDA PAULON SIMON (CPF/CNPJ 210.727.799-00) e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908,

parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.

- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 04 de Dezembro de 2019.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:** Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50%. da avaliação.

Autos nº. 0016838-82.2005.8.16.0014 - Execução Fiscal

0025708-82.2006.8.16.0014

Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 1.1 fl. 05)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) **ADELINO GOMES (CPF/CNPJ 150.990.089-68)**

End. Executado(a) (01) Rua Sérvula Assunção, 91, Londrina/PR CEP: 86.036-350

(mov. 1.1 fl. 05)

Depositário Fiel (1) DEPOSITÁRIO PÚBLICO

End. da Guarda (01) Rua Sérvula Assunção, 91, Londrina/PR CEP: 86.036-350

Penhora realizada 09/06/2017 (mov. 18.1 fl. 89)

Débito Primitivo R\$ 4.643,54 - 09/08/2013 (mov. 1.2 fl. 40)

Débito Primitivo R\$ 1.733,13 - 23/12/2010 (mov. 1.2 fl. 28) (0025708)

Débito Atualizado R\$17.315,21 - 27/11/2019

Avaliação Primitiva R\$ 310.689,05 - 07/11/2017 (mov. 31.1 fl. 107)

Avaliação Atualizada R\$ 342.501,17 - 27/11/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.3/116.526 - COMPRA E VENDA - Transmitente: VITTORIO GORACCI e LETÍCIA CAMPOS GORACCI - Adquirente: ADELINO GOMES e IVONE VELASCO GOMES. R.4/11.526 - DOAÇÃO: Transmitente ADELINO GOMES e IVONE VELASCO GOMES. Adquirente: BRUNO VELASCO GOMES, menor, filho de ADELINO GOMES e IVONE

VELASCO GOMES - DOAÇÃO COM RESERVA DE UFSUFRUTO VITALICIO C/CLAUSULAS RESTRITIVAS.

R.5/11.526 – USUFRUTO - USUFRUTUÁRIA: IVONE VELASCO GOMES – DEVEDOR: BRUNO VASCO GOMES menor impúbere, no ato repres. Por seu pai e tutor nato, ADELINO GOMES.

AV.4-A/11.526 - DONATÁRIO: BRUNO VASCO GOMES menor impúbere, no ato repres. Por seu pai e tutor nato, ADELINO GOMES. Título: INCOMUNICABILIDADE E IMPENHORABILIDADE.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es) ADELINO GOMES(CPF/CNPJ 150.990.089-68) e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos

anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.

- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 04 de Dezembro de 2019.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

<u>FAZ SABER</u> a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:** Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0017699-19.2015.8.16.0014 - Execução Fiscal

0020034-06.2018.8.16.0014

Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)
End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP, 86,015-901

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) HAFIL EMPREENDIMENTOS LTDA (CPF/CNPJ

77.525.806/0001-28)

End. Executado(a) (01) Rua Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, 1280,

Mossungue, Curitiba//PR CEP: 81.200-100

Depositário Fiel (1) Depositário Público da Comarca

End. da Guarda (01) Rua Nisa Maria L. do Carmo, (+ ou -) 61, Jardim Maria Celina,

Londrina/PR CEP: 86.081.566 (mov. 1.1 fl.06)

Penhora realizada 10/02/2017(mov. 28.1fls. 56)

Débito Primitivo R\$ 4.063,99 - 12/09/2016 (mov. 16.2. 33)

R\$ 3.872,90 - 22/03/2018 (mov. 1.1. fl. 3) (0020034)

Débito Atualizado R\$ 11.233,57 - 27/11/2019

Avaliação Primitiva R\$ 80.000,00 - 15/12/2017(mov. 48.1 fls. 87/88)

Avaliação Atualizada R\$ 87.649,53 - 27/11/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.3/57.905 – PENHORA - Autos nº 0076760-44.2011.8.16.0014 - 1ª Vara de Execuções Fiscais desta Comarca. EXECUTADA: HAFIL EMPREENDIMENTOS LTDA.EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE LONDRINA.

R.4/57.905 - PENHORA - Processo nº 0017699-19.2015.8.16.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais desta Comarca. EXECUTADA: HAFIL EMPREENDIMENTOS LTDA. EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE LONDRINA.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)HAFIL EMPREENDIMENTOS LTDA(CPF/CNPJ 77.525.806/0001-28), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico <u>www.nakakogueleiloes.com.br</u>, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de

melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.

- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 04 de Dezembro de 2019.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

<u>FAZ SABER</u> a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, por lance não inferior ao valor da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:** Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50%. da avaliação.

Autos nº. 0020871-81.2006.8.16.0014 - Execução Fiscal

0005848-56.2010.8.16.0014 0033127-75.2014.8.16.0014

Vara **2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR**

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov.43.1 fls. 88)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) LOTEADORA MONREAL S/C LTDA. (CPF/CNPJ

01.761.184/0001-75)

End. Executado(a) (01) Rua Piauí, 598, Terreo, Centro, Londrina/PR CEP: 86.010-420

(mov.43.1 fls. 88)

Adv. Executado Carlos Rafael Menegazo (OAB/PR. 48.017) e Bárbara Karine

de Oliveira (OAB/PR. 78.720) (mov.72.2 fls. 159)

Depositário Fiel (1) Depositário Público de Londrina

End. da Guarda (01) Rua Jorge A. de Oliveira, 192, Vila Romana, Londrina/PR

CEP: 86031-809 (mov. 27.1 fls. 62)

Penhora realizada 16/09/2016 (mov. 27.1 fls. 62)

Débito Primitivo R\$ 1.670,07 - 01/10/2019(mov. 103.2 fls. 247) (20871)

R\$ 4.664,98 - 19/09/2018 (mov. 76.2 fls. 170) (05048) R\$ 3.699,68 - 19/09/2018 (mov. 76.3 fls. 171) (33127)

7.0399,00 - 19/09/2010 (1110V. 76.3 lis. 171) (3312)

Débito Atualizado R\$ 11.528,91 - 13/03/2019

Avaliação Primitiva R\$ 120.000,00 - 16/09/2016 (mov. 27.1 fls. 62)

Avaliação Atualizada R\$ 133.166,74 - 13/03/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.1-16.885 – PENHORA, Prenot. Sob nº 40.698 – extraído dos Autos nº 0020871-81.2006.8.16.0014 de Execução Fiscal da 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina/PR. FAVOR: MUICÍPIO DE LODRINA. MOVIDA CONTRA: LOTEADORA MONREAL S/C LTDA.

R.2-16.885 – PENHORA, Prenot. Sob nº 40.702 – extraído dos Autos nº 0059297-55.2012.8.16.0014 de Execução Fiscal da 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina/PR. FAVOR: MUICÍPIO DE LODRINA. MOVIDA CONTRA: LOTEADORA MONREAL S/C LTDA.

R.3-16.885 – PENHORA, Prenot. Sob nº 41.410 – extraído dos Autos nº 0023982-39.2007.8.16.0014 de Execução Fiscal da 1ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina/PR. FAVOR: MUICÍPIO DE LODRINA. MOVIDA CONTRA: LOTEADORA MONREAL S/C LTDA.

R.4-16.885 – PENHORA, Prenot. Sob nº 41.872 – extraído dos Autos nº 0005848-56.2010.8.16.0014 de Execução Fiscal da 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina/PR. FAVOR: MUICÍPIO DE LODRINA. MOVIDA CONTRA: LOTEADORA MONREAL S/C LTDA.

R.5-16.885 – PENHORA, Prenot. Sob nº 41.873 – extraído dos Autos nº 0033127-75.2014.8.16.0014 de Execução Fiscal da 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina/PR. FAVOR: MUICÍPIO DE LODRINA. MOVIDA CONTRA: LOTEADORA MONREAL S/C LTDA.

R.6-16.885 – PENHORA, Prenot. Sob nº 45.519 – extraído dos Autos nº 0031795-05.2016.8.16.0014 de Execução Fiscal da 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina/PR. FAVOR: MUICÍPIO DE LODRINA. MOVIDA CONTRA: LOTEADORA MONREAL S/C LTDA.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es) LOTEADORA MONREAL S/C LTDA.(CPF/CNPJ 01.761.184/0001-75) e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:

- (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
- (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
- A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
- O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 04 de Dezembro de 2019.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0023210-03.2012.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)
End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 23.1 fls. 41)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) OSWALDO APARECIDO DE OLIVEIRA (CPF/CNPJ

024.450.839-90)

End. Executado(a) (01) Rua Graciano Batista Lima, s/n, Q 02 Lote 12, Jardim Florada,

Londrina/PR CEP: 86.117-000 (mov. 23.1 fls. 41) Depositário Fiel (1) Depositário Púbico

End. da Guarda (01) Rua Graciano Batista Lima, s/n, lote 12, guadra 02, Distrito de

São Luiz, Londrina/PR (mov. 54.2fls. 101)

Penhora realizada 20/07/2015(mov. 54.2fls. 101)

Débito Primitivo R\$ 3.358,66 - 06/09/2013 (mov. 32.2fls. 60/61)

Débito Atualizado R\$ 8.192,51 - 30/11/2019

Avaliação Primitiva R\$ 110.000,00 - 20/07/2015 (mov. 54.2 fls. 101)

Avaliação Atualizada R\$ 134.081,09 - 30/11/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.1/101.777 –PENHORA - Autos nº 0023210-03.2012.8.16.0014, de Execução Fiscal da 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina/PR. EXEQUENTE: Município de Londrina. EXECUTADO: Oswaldo Aparecido de Oliveira.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s)

bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es) OSWALDO APARECIDO DE OLIVEIRA(CPF/CNPJ 024.450.839-90) e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico <u>www.nakakogueleiloes.com.br</u>, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.

- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 04 de Dezembro de 2019.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, por lance não inferior ao valor da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:** Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0027060-75.2006.8.16.0014 - Execução Fiscal

0014505-79.2013.8.16.0014

Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 11.1 fls. 72)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) **LUIS GONÇALVES** (CPF/CNPJ 199.086.529-15)

End. Executado(a) (01) Rua Afonso Silvério , 29, Resid. Prof. Marieta, Londrina/PR

CEP: 86.082-756 (mov. 11.1 fls. 72)

Depositário Fiel (1) Luís Gonçalves

End. da Guarda (01) Rua Afonso Silvério , 29, Resid. Prof. Marieta , Londrina/PR

CEP: 86.082-756 (mov. 8.1fls. 66)

Penhora realizada 20/05/2016 (mov. 8.1 fl. 66) (0027060) Penhora realizada 17/05/2014 (mov. 26.1 fl. 64) (0014505)

Débito Primitivo R\$ 994,17 - 02/02/2015 (mov. 1.2 fl. 52) (0027060) Débito Primitivo R\$ 2.356,36 - 06/01/2015 (mov. 38.2 fls. 85/87) (0014505)

Débito Atualizado R\$ 6.855,16 - 26/11/2019

02 quartos. Matricula nº 92.868 do 2º CRI de Londrina/PR. Venda "Ad Corpus".

Qualificação do(s) Bem (02)R\$ 7.985,25

Veiculo marca/modelo GM/MONZA CLASSIC SE, ano 1988 e modelo 1988, placa HQF

7238, renavam nº 0013.168021-8, chassi nº 9BGJL69YJJB034689, cor prata.

Avaliação Primitiva R\$ 140.000,00 - 30/05/2016 (mov. 8.1 fls. 67) (0027060)

R\$ 6.000,00 - 17/05/2014 (mov. 26.1 fl. 65) (0014505)

Avaliação Atualizada R\$ 165.905.85 - 26/11/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.1/92.868 – PENHORA – Autos 0027060-75.200.8.16.0014 – 2ª Vara de Execuções Fiscais – Exequente: Município de Londrina – Executado: Luis Gonçalves – Proprietário: Londricasa Construtora e Incorporadora e Adm. de Imóveis Ltda R.2/92.868 – PENHORA - Autos 0084994-10.2014.8.16.0014 – 1ª Vara de Execuções Fiscias de Londrina – Exequente: MUNICIPIO DE LONDRINA – Executado: LUIS GONÇALVES – Proprietária: LONDRICASA CONSTRUTORA E INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA

DÉBITOS DETRAM - R\$ 406,56 - ATÉ 27/11/2019 SITUAÇÃO - NADA CONSTA

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es) LUIS GONÇALVES (CPF/CNPJ 199.086.529-15) e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico <u>www.nakakogueleiloes.com.br</u>, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e

- baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 04 de Dezembro de 2019.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE
LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50%. da avaliação.

Autos nº. 0027503-26.2006.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70) Exequente (01) End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 420 (mov. 1.1 fls. 03)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) MONREAL S/C (CPF/CNPJ LOTEADORA LTDA.

01.761.184/0001-75)

End. Executado(a) (01) Rua Piauí nº 598- Londrina/PR, CEP, 86.010-420 420 (mov.

1.1 fls. 03)

Adv. Executado Carlos Rafael Menegazo (OAB/PR. 48.017) e Bárbara Karine

de Oliveira (OAB/PR. 78.720) (mv. 33.2 fl. 130)

Depositário Público da Comarca Depositário Fiel (1)

Rua Regina Longhi Pirola, 368, Vila Romana , Londrina/PR End. da Guarda (01)

CEP: 86031-819 mov. 51.1 fls. 161)

Penhora realizada 12/03/2018 (mov. 22.1 fls. 111)

Débito Primitivo R\$ 151,30 - 03/07/2019 (mov. 69.2 fls. 188)

Débito Atualizado R\$ 157,37 - 20/11/2019

Qualificação do(s) Bem (01)R\$ 95.690,85 Lote de terras nº 15 (quinze), da quadra nº 15 (quinze), situada no JARDIM VILA ROMANA, nesta cidade, medindo a área de 250,00 metros quadrados, desta cidade e Comarca de Londrina, com as seguintes divisas e confrontações: Ao Norte: com a Rua "J", medindo 10,00 metros: A Leste: com o lote nº 16, medindo 25,00 metros; Ao Sul: com o lote nº 23, medindo 10,00 metros; A Oeste: com o lote nº 14, medindo 25,00 metros. Matrícula nº 18.835 do 4° CRI de Londrina/PR. Venda "Ad Corpus".

R\$ 91.354,28 - 12/07/2018 (mov. 34.1 fls. 137) Avaliação Primitiva

Avaliação Atualizada R\$ 95.690,85 - 18/11/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.1/18.835 - PENHORA - autos nº 0027503-26.2006.8.16.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina - Exeguente: MUNICÍPIO DE LONDRINA - Executado: LOTEADORA MONREAL S/C LTDA.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es) LOTEADORA MONREAL S/C LTDA (CPF/CNPJ 01.761.184/0001-75) e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico <u>www.nakakogueleiloes.com.br</u>, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.

- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 04 de Dezembro de 2019.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

<u>FAZ SABER</u> a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, por lance não inferior ao valor da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:** Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0028185-10.2008.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)
End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) J.R. LOTEADORA E INCORPORADORA S/C LTDA.

(CPF/CNPJ 80.927.80/0001-00)

End. Executado(a) (01) Rua Pref. Hugo Cabral nº 1.206, Centro – Londrina/PR. CEP.

86.020-061

Adv. Executado Carlos Rafael Menegazo (OAB/PR. 48.017) e Eduardo de

França Ribeiro (OAB/PR. 51.471)

Depositário Fiel (1) Depositário Público da Comarca

End. da Guarda (01) Rua Emílio G. Toribio , 741, Jardim Paracatu , – Londrina/PR

(mov. 12.1 fls. 57)

Penhora realizada 21/03/2017 (mov. 12.1 fls. 57)

Débito Primitivo R\$ 3.280,66 - 09/08/2013 (mov. 1.2 fls. 28)

Débito Atualizado R\$ 8.074,10 - 19/11/2019

Avaliação Primitiva R\$ 165.000,00 - 02/07/2018 (mov. 42.1 fls. 99/100)

Avaliação Atualizada R\$ 173.323,12 - 19/11/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

AV.1/93.029 - ONUS ANTERIOR - Autos 5015115-82.2014.404.7001 - 7ª Vara Federal de Londrina - Fica averbada existência de ônus anterior - INDISPONIBILIDADE DE BENS AVERBADA SOB NÚMERO 7/57.906

R.2/93.029 — PENHORA — autos 0060416-51.2012.8.16.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina - Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA .- Executada. J.R. LOTEADORA E INCORPORADORA S/S LTDA.

R.3/93.029 – PENHORA – autos 0028185-10.2008.8.16.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina - Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA – Executada: J.R. LOTEADORA E INCORPORADORA S/S LTDA.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)m J.R. LOTEADORA E INCORPORADORA S/C LTDA.(CPF/CNPJ 80.927.80/0001-00) e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico <u>www.nakakogueleiloes.com.br</u>, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.

- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 04 de Dezembro de 2019.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

<u>FAZ SABER</u> a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:** Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0030246-04.2009.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)
End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov.11.1 fl. 56)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) NOVA OLINDA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (CPF/CNPJ 78.034.071/0001-00)

End. Executado(a) (01) Rua Figueira, 580, sala 03, Jardim Santa Rita I, Londrina/PR

CEP: 86072-160 (mov.11.1 fl. 56)

Adv. Executado Danielle Alvarez Silva (OAB/PR 57.906) (mov. 11.2 e 53.1 fls.

62 e 207)

Depositário Fiel (1) Depositário Público da Comarca

End. da Guarda (01) R. Tangânica, 2614, Ouro Verde, Londrina/PR CEP: 86073-170

(mov. 61.5 fls. 224)

Penhora realizada 20/02/2017 (mov. 34.1 fls. 154)

Débito Primitivo R\$ 3.306,81 - 27/08/2014 (mov. 1.2 fls. 33)

Débito Atualizado R\$ 7.171,44 - 18/11/2019

Avaliação Primitiva R\$ 150.000,00 - 30/05/2019 (mov. 61.5 fls. 224)

Avaliação Atualizada R\$ 151.063,23 - 18/11/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.1/89.489 – PENHORA – autos nº 0072806-87.2011.8.16.0014 - 1ª Vara de Execuções Fiscais desta Comarca. Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executados: NOVA OLINDA EMPREENDIMENTOS MOBILIÁRIOS LTDA.

R.2/89.489 – PENHORA – Processo nº 0036161-87.2016.8.16.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais desta Comarca. Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executados: NOVA OLINDA EMPREENDIMENTOS MOBILIÁRIOS LTDA e ANGELA MARIA SCHIAVON.

R.3/89.489 – PENHORA – Processo nº 0030246-04.2009.8.16.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais desta Comarca. Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executados: NOVA OLINDA EMPREENDIMENTOS MOBILIÁRIOS LTDA.

R.5/89.489 - PENHORA - Processo nº 0021908-46.2006.8.16.0014 - 1ª Vara de Execuções Fiscais desta Comarca. Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executados: NOVA OLINDA EMPREENDIMENTOS MOBILIÁRIOS LTDA. e DAVID FERNANDO DA SILVA CARDOSO.

R.7/89.489 – PENHORA – Processo nº 0042396-02.2018.8.16.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais desta Comarca. Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executados: NOVA OLINDA EMPREENDIMENTOS MOBILIÁRIOS LTDA e ANGELA MARIA SCHIAVON.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es) NOVA OLINDA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (CPF/CNPJ 78.034.071/0001-00) e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.

A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.

- O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 04 de Dezembro de 2019.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

<u>FAZ SABER</u> a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, por lance não inferior ao valor da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:** Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0030459-63.2016.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 1.1fls. 03)

Adv. Exequente Ronaldo Gusmão (OAB/PR 32.602) (fl. 01)

Executado (a) (01) COOPERATIVA HAB. BANDEIRANTES DE LONDRINA-

COHABAN (CPF/CNPJ 76.329.549/0001-96)

End. Executado(a) (01) Rua Leontina da C. Gayonn, 100, Conj. Hab. Ernani Moura,

Londrina/PR CEP: 86.037-140 (mov. 1.1fls. 03)

Depositário Fiel (1) Depositário Público da Comarca

End. da Guarda (01) Rua Leontina da C. Gayon , 100, Ap. 102, Bloco A-09,

Residencial Santo Dumont, Londrina/PR CEP: 86.037-140 (mov. 1.1fls. 03)

Penhora realizada 14/02/2017(mov. 28.1fls. 58)

Débito Primitivo R\$ 1.643,31 - 06/09/2016 (mov. 19.1fls. 41)

Débito Atualizado R\$ 2.508.16 - 13/11/2019

Avaliação Primitiva R\$ 90.000,00 - 01/12/2017(mov. 48.1 fls. 97)

Avaliação Atualizada R\$ 98.828,08 - 13/11/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

AV 1/49212 - HIPOTECA -registrada sob. o n. 6/4.092 RG e Av.6/4.092^a RG. a Favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA.

R. 2/49.212 – PENHORA: Exequente: Municipio de Londrina – Eecutada: COOPERATIVA HABITACIONAL BANDEIRANTES DE LONDRINA – COHABAN – Autos 0030459-63.2016.8.16.0014.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es) COOPERATIVA HAB. BANDEIRANTES DE LONDRINA-COHABAN(CPF/CNPJ 76.329.549/0001-96) e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se

- aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 04 de Dezembro de 2019

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

<u>FAZ SABER</u> a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, por lance não inferior ao valor da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:** Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0033967-95.2008.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901

Adv. Exeguente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) NOVA OLINDA EMPREENDIMENTOS IMOBIIÁRIOS LTDA

(CPF/CNPJ 78.034.071/0001-00)

End. Executado(a) (01) Rua Figueira, nº 580, Sala 03, Santa Rita I, Londrina/PR

CEP: 86.072-160

Adv. Executado Danielle Alvarez Silva (OAB/PR. 57.906) (mov. 14.2 e 64.1 fls.

53 e 210)

Depositário Fiel (1) DEPOSITÁRIO PÚBLICO DE LONDRINA

End. da Guarda (01) Rua Matilde Benício Pinto, nº 152, Nova Olinda, Londrina/PR

CEP: 86073-360

Penhora realizada 28/03/2017 (mov. 49.1 fls. 188)

Débito Primitivo R\$ 2.900,47 - 01/04/2016 (mov. 25.2 fls. 89).

Débito Atualizado R\$ 4.738,64 - 13/11/2019

Avaliação Primitiva R\$ 165.000,00 - 25/06/2018 (mov. 67.1 fls. 214/215)

Avaliação Atualizada R\$ 173.843,90 - 13/11/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

Av.1/94,709 – ÖNUS ANTERIOR – averbada existência de ônus anteior, que onera o imóvel constante de matriculas: HIPOTECA: registrada sob nº 1/23.592 RG a favor do MUNICIPIO DE LONDRINA

R.2/94.709 – PENHORA – extraído do Processo nº 0033967-95.2008.8.16.0014 de Execução Fiscal da 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina/Pr. Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executada: NOVA OLINDA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

R.3/94.709 - PENHORA - Autos 0022945-45.2005.8.16.0014 - 1ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina - Eequente: MUNICIPIO DE LONDRINA - Executada: NOVA OLINDA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es) NOVA OLINDA EMPREENDIMENTOS IMOBIIÁRIOS LTDA(CPF/CNPJ 78.034.071/0001-00) e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico <u>www.nakakogueleiloes.com.br</u>, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.

- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 04 de Dezembro de 2019.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:**Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50%. da avaliação.

Autos nº. 0036161-87.2016.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)
End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 58.2 fls. 100)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01)

ANGELA MARIA SCHIAVON (CPF/CNPJ 661.392.449-00)

End. Executado(a) (01)

Rua Abel Soares Siqueira, 21, Jardim Santa Rita , Londrina/PR

CEP: 86.072-180 (mov. 58.2 fls. 100)

Adv. Executado Luiz Carlos Delfino (OAB/PR. 54.214) (mov. 58.2 fls. 100)

Executado (a) (02) NOVA OLINDA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (CPF/CNPJ 78.034.071/0001-00)

End. Executado(a) (02) Rua Figueira, 580, Sala 03, Jardim Santa Rita , Londrina/PR

CEP: 86072-160 (mov. 79.04 fl. 145)

Adv. Executado Danielle Alvarez Silva (OAB/PR 57.906) e José Luiz Pascual

Filho (OAB/PR. 18.017) (mov. 79.4 fls. 145)

Depositário Fiel (1) Depositário Público da Comarca

End. da Guarda (01) Rua Tangânica, 2614, Jardim Nova Olinda, Londrina/PR (mov.

46.1 fls. 79)

Penhora realizada 13/02/2017 (mov. 21.1 fls.38)

Débito Primitivo R\$ 1.051,92 - 12/05/2016 (mov. 1.1 fls. 03)

Débito Atualizado R\$ 1.691,50 - 18/11/2019

Avaliação Primitiva R\$ 150.000,00 - 18/12/2017 (mov. 46.1 fls. 79/80)

Avaliação Atualizada R\$ 164.263,57 - 18/11/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.1/89.489 — PENHORA — Autos 0072806-87.2011.8.16.0014 -1^a Vara de Execuções Fiscais de Londrina - Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA - Executados: NOVA OLINDA EMPREENDIMENTOS MOBILIÁRIOS LTDA.

R.2/89.489 — PENHORA — Auto 0036161-87.2016.8.16.0014 -2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina - Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA - Executados: NOVA OLINDA EMPREENDIMENTOS MOBILIÁRIOS LTDA e ANGELA MARIA SCHIAVON.

R.3/89.489 — PENHORA — Autos 0030246-04.2009.8.16.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina - Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA - Executados: NOVA OLINDA EMPREENDIMENTOS MOBILIÁRIOS LTDA.

R.5/89.489 — PENHORA — Autos 0021908-46.2006.8.16.0014 -1ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina - Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA - Executados: NOVA OLINDA EMPREENDIMENTOS MOBILIÁRIOS LTDA e DEIVID FERNANDO DA SILVA CARDOSO.

R.7/89.489 — PENHORA — Autos 0042396-02.2018.8.16.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina - Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA - Executados: NOVA OLINDA EMPREENDIMENTOS MOBILIÁRIOS LTDA e ANGELA MARIA SCHIAVON.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es) ANGELA MARIA SCHIAVON (CPF/CNPJ 661.392.449-00), NOVA OLINDA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (CPF/CNPJ 78.034.071/0001-00) e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico <u>www.nakakogueleiloes.com.br</u>, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.

A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.

- O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 04 de Dezembro de 2019.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE
LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL
LE0014EF002 54 59.DOC

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, por lance não inferior ao valor da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:** Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50%. da avaliação.

Autos nº. 0038323-26.2014.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901

Adv. Exequente Ronaldo Gusmão (OAB/PR 32.602) (fl. 01)

Executado (a) (01) ROYAL LOTEADORA E INCORPORADORA S/S LTDA.

(CPF/CNPJ 01.186.978/0001-52)

End. Executado(a) (01) Rua Hugo Cabral nº 1.206, – Londrina/PR. CEP. 86.020-240 Adv. Executado Bárbara Karine de Oliveira (OAB/PR. 78.720) e Carlos Rafael

Menegazo (OAB/PR. 48.017)

Depositário Fiel (1) Depositário Público da Comarca

End. da Guarda (01) Rua Álvaro Camello de Aguiar , 183, Jardim Planalto,

Londrina/PR CEP: 86.084-265 (mov. 51.1fls. 102)

Penhora realizada 27/04/2017(mov. 51.1fls. 102)

Débito Primitivo R\$ 2.604,39 - 21/09/2016 (mov. 42.1fls. 85)

Débito Atualizado R\$ 3.979,71 - 13/11/2019

Avaliação Primitiva R\$ 115.000,00 - 01/12/2017 (mov. 71.1 fls. 131/132)

Avaliação Atualizada R\$ 126.280,32 - 13/11/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.2/94.787 – PENHORA: Exequente: Município de Londrina – Executada: Royal Loteadora e Incorporadora Ltda – outra propriedade Sena Construções Ltda – Autos 0038323-26.2014.8.16.0014 – 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s)

bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es) ROYAL LOTEADORA E INCORPORADORA S/S LTDA.(CPF/CNPJ 01.186.978/0001-52) e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico <u>www.nakakogueleiloes.com.br</u>, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.

- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:** Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0038483-51.2014.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) **MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)** End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA - COHAB-LD

(CPF/CNPJ 78.616.760/0001-15)

End. Executado(a) (01) Rua Pernambuco, 1002, Londrina/PR CEP: 86.020-120

Adv. Executado Denise Teixeira Rebello (OAB/PR. 13.891) e Rômulo Henrique

Perim Alvarenga (OAB/PR 43.334)

Depositário Fiel (1) DEPOSITÁRIO PÚBLICO DE LONDRINA

End. da Guarda (01) Rua Manoel Cardoso , nº 306, Residencial Horizonte ,

Londrina/PR CEP: 86082870

Penhora realizada 29/05/2017 (mov. 33.1 fls. 118)

Débito Primitivo R\$ 480,88 - 04/06/2014 (mov. 1.1 fls. 3)

Débito Atualizado R\$ 1.053,47 - 13/11/2019

Avaliação Primitiva R\$ 75.000,00 - 26/06/2018 (mov. 50.1 fls. 172)

Avaliação Atualizada R\$ 78.981,91 - 13/11/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

Av.1/61.958 – ONUS ANTERIOR – fica averbada a existência de ônus anterior que onera o imóvel retro descrito: HIPOTECA. Registrada sob nº 5/58.557 RG, em 11.07.2002 e averbado no ônus anterior sob nº 1/61.919 RG, ambos deste Ofício, a favor da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Av.1/61.958/A – ADITIVO – Devedor: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA – COHAB-LD. Credor: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. – FINALIDADE: Retificar e Ratificar a Hipoteca averbada neste Ofício em ônus anterior sob nº 1/61958 RG.

R.3/61.958 – PENHORA – extraído do Processo nº 0038483-51.2014.8.16.0014 de Execução Fiscal da 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina/Pr. Executada: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA – COHAB-LD. Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es) COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA – COHAB-LD(CPF/CNPJ 78.616.760/0001-15) e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico <u>www.nakakogueleiloes.com.br</u>, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se

- aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, por lance não inferior ao valor da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:** Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0038940-83.2014.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias, 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 1.1 fls. 03)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) LÁZARO MORENO (CPF/CNPJ 327.096.849-34)

End. Executado(a) (01) Rua Vergílio Perin , 659, Cj. Hab. Eng. Aquiles Stenghel,

Londrina/PR CEP: 86.086-070 (mov. 1.1 fls. 03)

Depositário Fiel (1) Depositário Público de Londrina

End. da Guarda (01) Rua Vergílio Perin, 659, Cj. Hab. Eng. Aquiles Stenghel,

Londrina/PR CEP: 86070-070 (mov. 40.1fls. 69)

Penhora realizada 29/05/2017 (mov. 40.1fls. 69)

Débito Primitivo R\$ 984,95 - 05/10/2016 (mov. 29.2fls. 49)

Débito Atualizado R\$ 1.496,95 - 29/11/2019

Avaliação Primitiva R\$ 160.000,00 - 23/08/2018 (mov. 92.1 fls. 161/162)

Avaliação Atualizada R\$ 167.108,65 - 29/11/2019

AV1/20.115 - ÔNUS ANTERIOR - HIPOTECA REGISTRADA SOB O N. 3/5618/A - A FAVOR DDO BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO

R.3/20.115 – PENHORA – passado nos autos nº 24038-09.2006.8.16.014 de Execução Fiscal. da 1ª Vara de Execuções Fiscais desta Comarca. Exequente MUNICÍPIO DE LONDRINA, Executado: LÁZARO MORENO. Proprietário: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA – COHAB-LD.

R.4/20.115 – PENHORA – Extraído do Processo nº 0038940-83.2014.8.16.014 de Execução Fiscal, Assunto Principal: Divida Ativa da 2ª Vara de Execuções Fiscais desta Comarca. Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA, Executado: LÁZARO MORENO. Proprietário: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA – COHAB-LD.

R.5/20.115 - PENHORA - Autos 0075217-30.2016.8.16.0014 - Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA, Executado: ESPÓLIO DE LÁZARO MORENO. Proprietário: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA - COHAB-LD

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es) LÁZARO MORENO (CPF/CNPJ 327.096.849-34) e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se

- aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:** Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0040186-27.2008.8.16.0014 - Execução Fiscal

0027277-69.2016.8.16.0014

Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) C. DAHER EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CPF/CNPJ 79.993.259/0001-30)

End. Executado(a) (01) Av. Higienópolis nº 1080, Centro – Londrina/PR. CEP. 86.020-

040

Adv. Executado Bruno Montenegro Sacani (OAB/PR. 29.563)

Executado (a) (02) ANTENOR JESUS DOS SANTOS (CPF/CNPJ

350.082.379.34)

End. Executado(a) (02) Rua Arthur Magro, 29, Jardim Tarobá, Londrina/PR CEP:

86042-340 (mov. 38.1 fl. 108) (27277)

Depositário Fiel (1) Depositário Público da Comarca

End. da Guarda (01) Rua Arthur Magro, 29, Jardim Tarobá, Londrina/PR CEP:

86042-340 (mov. 57.1 fls. 115)

Penhora realizada 23/05/2017 (mov. 57.1 fls. 115)

Débito Primitivo R\$ 2.185,97 - 25/08/2017 (mov.69.1 fl. 139)

R\$ 648,70 - 25/09/2017 (mov. 49.2 fls. 124) (27277)

Débito Atualizado R\$ 3.972,66 - 19/11/2019

Avaliação Primitiva R\$ 290.000,00 - 07/08/2019 (mov. 89.2 fls. 177)

Avaliação Atualizada R\$ 291.051,42 - 20/11/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.1/110.982 — PENHORA — autos 0040186-27.2008.8.16.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina - Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA.- Executado: C DAHER EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

R.2/110.982 – PENHORA – autos 0024848-03.2014.8.16.0014 - 1ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina - Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA.- Executado: C DAHER EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Ε Fica(m) o(s) devedor(es) C. DAHER **EMPREENDIMENTOS** PARTICIPAÇÕES LTDA(CPF/CNPJ 79.993.259/0001-30), ANTENOR **JESUS** DOS SANTOS (CPF/CNPJ 350.082.379.34) e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico <u>www.nakakogueleiloes.com.br</u>, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se

- aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:** Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50%. da avaliação.

Autos nº. 0040927-67.2008.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901

Adv. Exequente Gisele Cristiane Campanari Miliorini (OAB/PR 52.875)

Leonardo Marin Garcia (OAB/PR 70.212) (mov. 13.1 fl. 63)

Executado (a) (01) SENNA CONSTRUÇÕES LTDA. (CPF/CNPJ

77.515.351/0001-60)

End. Executado(a) (01) Rua Piauí nº 598, Centro-Londrina/PR - CEP 86010-909

Adv. Executado Elisangela Florêncio de Farias (OAB/PR. 35.738) (mov. 1.2 fls.

17)

Depositário Fiel (1) Depositário Público da Comarca

End. da Guarda (01) Rua Antonio ALves Rezende, 368, Jardim Tropical,

Londrina/PR CEP: 86087-640 (mov. 40.1 fls. 120)

Penhora realizada 29/01/2018 (mov. 22.1 fl. 90)

Débito Primitivo R\$ 2.964,06 - 08/02/2017 (mov. 13.2 fls. 64/73)

Débito Atualizado R\$ 4.304,34 - 14/11/2019

Avaliação Primitiva R\$ 83.741,42 - 02/07/2018 (mov. 35.1 fl. 112)

Avaliação Atualizada R\$ 87.965.60 - 14/11/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.1/96.291 – Prenotação nº 277.598 – PENHORA – Autos 0040927-67.2008.8.16.0014 -2ª Vara de Execuções Fiscais desta Comarca. Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executada: SENA CONSTRUÇÕES LTDA.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s)

bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es) SENNA CONSTRUÇÕES LTDA. (CPF/CNPJ 77.515.351/0001-60) e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico <u>www.nakakogueleiloes.com.br</u>, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.

- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, por lance não inferior ao valor da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:** Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0055994-33.2012.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)
End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 1.1 fls. 03)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) IEDA MARIA DE JESUS SILVEIRA (CPF/CNPJ 004.572.279-

07)

End. Executado(a) (01) Rua Sofia Kloc , 333, Moradias Tibagi , Londrina/PR CEP:

86.073-000 (mov. 1.1 fls. 03)

Depositário Fiel (1) leda Maria de Jesus Silveira (CPF 004.572.279-07)

End. da Guarda (01) Rua Sofia Kloc, 333, Moradias Tibagi, Londrina/PR CEP:

86.073-000 (mov. 53.1 fls. 100)

Penhora realizada 02/05/2016 (mov. 53.1 fls. 100)

Débito Primitivo R\$ 13.010,17 - 09/09/2017 (mov. 88.1 FL.187)

Débito Atualizado R\$ 18.086,81 - 25/11/2019

Avaliação Primitiva R\$ 130.000,00 - 06/05/2016 (mov. 53.1 fls. 101)

Avaliação Atualizada R\$ 147.836,85 - 25/11/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.3/60.371 - PENHORA - Autos 0055994-33.2012.8.16.0014 - 2ª VARA DE EXECUÇÕES FISCAIS DE LONDRINA - Exequente: MUNICIPIO DE LONDRINA - Executada: IEDA MARIA DE JESUS SILVEIRA - Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA - Proprietária: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es) IEDA MARIA DE JESUS SILVEIRA(CPF/CNPJ 004.572.279-07) e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico <u>www.nakakogueleiloes.com.br</u>, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;

- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

<u>FAZ SABER</u> a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:** Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0060695-03.2013.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 38.1 fls. 71)

Adv. Exequente Luciano Godoi Martins (OAB/PR 29.526)

Executado (a) (01) IMOBILIÁRIA MANAOS S/C LTDA (CPF/CNPJ

77.325.082/0001-79)

End. Executado(a) (01) Av. Higianópolis, 210, sala 202, Centro, Londrina/PR CEP:

86.020-080 (mov. 38.1 fls. 71)

Adv. Executado Mércio de Macedo Galvão(OAB/PR 11.504) Milton Coutinho de Macedo Galvão (OAB/PR 13.528) Maria Fernanda Oliveira de Moura Galvão(OAB/PR

43.866) (mov. 123.1 fl. 290)

Depositário Fiel (1) Depositário Público de Londrina

End. da Guarda (01) Rua Sebastião Roberto , 64, Jardim Columbia Parte C,

Londrina/PR CEP: 86057-130 (mov. 56.1 fls. 98)

Penhora realizada 25/02/2016(mov. 25.1fls. 48)

Débito Primitivo R\$ 544,92 - 25/07/2016 (mov.43.2fls.80)

Débito Atualizado R\$ 847,68 - 13/11/2019

Data de terras sob nº 28, da quadra nº 08, situada no loteamento denominado Jardim Columbia C. rua Sebastião Roberto 64, com área de 360 m², com suas divisas e confrontações: Frente para a rua K, na distância de 12,00 m, lateral esquerda com a data 29 na distância de 30,00 m, fundo com a data 26 na distância de 12,00 m, lateral direita com a data 27 na distância de 30,00 m matricula nº 80.857 do 1º - CRI de Londrina. Venda "Ad Corpus".

Avaliação Primitiva R\$ 80.000,00 - 28/09/2016 (mov. 29.2 fls. 55)

Avaliação Atualizada R\$ 88.758,30 - 13/11/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.1/80.857 - PENHORA - Autos 11781/2010 - 6 Vara Cível da Comarca de Londrina/PR - Exeguente: MUNICIPIO DE LONDRINA - Executada: MAGALI CLIVATI

R.2/80.857 - AÇÃO CAUTELAR - Autos 0015352-81.2013.8.16.0014 - 8ª Vara Cível da Comarca de Londrina/PR - Requerente: TELMA SUMIE MASUKO - Requerida: IMOBILIÁRIA MANAOS S/C LTDA

R.3/80.857 - PENHORA - Autos 11781-10.2010.8.16.0014 - 1^a Vara de Execuções Fiscais de Londrina - Exequente: MUNICIPIO DE LONDRINA - Executada: IMOBILIÁRIA MANAOS S/C LTDA

R.4/80.857 - PENHORA - Autos 26838-10.2006.8.16.0014 - 1ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina - Exequente: MUNICIPIO DE LONDRINA - Executada: IMOBILIÁRIA MANAOS S/C LTDA

R.5/80.857 - PENHORA - Autos 0060695-03.2013.8.16.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina - Exequente: MUNICIPIO DE LONDRINA - Executada: IMOBILIÁRIA MANAOS S/C LTDA

R.6/80.857 - PENHORA - Autos 0011781-10.2010.8.16.0014 - 1ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina - Exequente: MUNICIPIO DE LONDRINA - Executada: IMOBILIÁRIA MANAOS S/C LTDA

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es) IMOBILIÁRIA MANAOS S/C LTDA(CPF/CNPJ 77.325.082/0001-79), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908,

parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.

- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 04 de Dezembro de 2019.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

<u>FAZ SABER</u> a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que seque:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local :**Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0061394-23.2015.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) GRAÚNA CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA. (CPF/CNPJ

00.543.936/0001-69)

End. Executado(a) (01) Av. Juscelino Kubistsheck nº 2.223, Sala 01, Centro-

Londrina/PR.

Adv. Executado Alifrancy Pussy Farias Accors (OAB/PR 36.455),i Raquel

Mercedes Motta (OAB/PR 30.487) e Glauciane Leonel Alves (OAB/PR 57.943)

Depositário Fiel (1) Depositário Público da Comarca

End. da Guarda (01) Av. José Del Ciel, 425, Jardim Imagawa, Londrina/PR CEP:

86.080-780 (mov. 42.2fls. 79)

Penhora realizada 10/02/2017 (mov. 27.1fls. 51)

Débito Primitivo R\$ 5.222,69 - 14/09/2016 (mov. 18.1 fl. 33)

Débito Atualizado R\$ 7.973,96 - 21/11/2019

Avaliação Primitiva R\$ 110.000,00 - 22/05/2018 (mov. 42.2 fls. 79)

Avaliação Atualizada R\$ 117.633,08 - 14/11/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.6/56.761 – Prenotação nº 265.987 – PENHORA. Extraído do Processo nº 0061394-23.2015.8.16.0014 de Execução Fiscal da 2ª Vara de Execuções Fiscais desta Comarca. EXECUTADO: GRAUNA CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA.: MUNICÍPIO DE LONDRINA. R.7/56.761 – Prenotação nº 272.874 – PENHORA. Extraído do Processo nº 0010931-82.2012.8.16.0014 de Execução Fiscal da 1ª Vara de Execuções Fiscais desta Comarca. EXECUTADO: GRAUNA CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA.: MUNICÍPIO DE LONDRINA.

R.8/56.761 - PENHORA - Autos 0041403-95.2014.8.16.0014 - 1º Vara de Execuções Fiscais de Londrina - Exequente: MUNICIPIO DE LONDRINA - Executada: GRAUNA CONTRUÇÕES CIVIS LTDA

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es) GRAÚNA CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA.(CPF/CNPJ 00.543.936/0001-69) e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se

- aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE
LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

<u>FAZ SABER</u> a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, por lance não inferior ao valor da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:** Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0079495-16.2012.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 100.1fls. 196)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) JOSÉ ROBERTO VEZOZZO (CPF/CNPJ 002.111.509-59)
End. Executado(a) (01) Rua Casemiro de Abreu, 370, Jardim Shangri-la A

Londrina/PR CEP: 86.07-630 (mov. 100.1fls. 196)

Adv. Executado Braulino Bueno Pereira (OBA/PR. 11.365) (mov. 39.2 fls. 76)

Depositário Fiel (1) José Roberto Vezozzo

End. da Guarda (01) Rua Pio XII, 481, Apto. 801, Centro, Londrina/PR CEP:

86.020-380 (mov. 90.1fls. 176)

Penhora realizada 14/10/2015 mov. 90.1fls. 176

Débito Primitivo R\$ 64.725,06 - 17/12/2018 (mov.203.2 fl.415/417)

Débito Atualizado R\$ 74.529,97 - 26/11/2019

Avaliação Primitiva R\$ 840.000,00 - 28/11/2016 (mov. 134.1 fls. 261)

Avaliação Atualizada R\$ 930.012,96 - 26/11/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.3/33.861 – Prenot nº 317.022 – PENHORA – extraída dos autos nº 0044886-46.2008.8.16.0014 de Cobrança pelo Rito Sumário (Cumprimento de Sentença) da 2ª Vara Cível da Comarca de Londrina/Pr. EXECUTADO: ROBERTO PEDALINO. EXEQUENTE: CONDOMÍNIO EDIFÍCIO JABUR.

R.4/33.861 - Prenot nº 322.058 - PENHORA - extraída dos autos nº 0079495-16.2012.8.16.0014 de Execução Fiscal da 2ª Vara de Execuções Fiscais da Comarca de

Londrina/Pr. EXECUTADO: JOSÉ ROBERTO VEZOZZO. EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE LONDRINA.

R.5/33.861 – Prenot nº 328.261 – PENHORA – extraída dos autos nº 13375-06/2003 de Cumprimento de Sentença da 9ª Vara Cível da Comarca de Londrina/Pr. EXECUTADO: ROBERTO PEDALINO e FÁTIMA APARECIDAMAISTRO MACHADO PEDALINO. EXEQUENTE: MARIA LÚCIA BERTAN RIBEIRO e JOÃO ANTONIO FRANCO RIBEIRO. R.6/33.861 - PENHORA - Autos 0028113-42.2016.8.16.0014 - 1ª Vara de Execuções Fiscais de Lpndrina - Exequente: MUNICIPIO DE LONDRINA - Executado: JOSÉ ROBERTO VEZOZZO

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es) JOSÉ ROBERTO VEZOZZO (CPF/CNPJ 002.111.509-59) e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.

- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

<u>FAZ SABER</u> a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:** Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50%. da avaliação.

Autos nº. 0090426-44.2013.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) JOSÉ DUARTE DA SILVA ARTUR (CPF/CNPJ 529.421.479-

20)

End. Executado(a) (01) Rua Francisco de Oliveira, 385, Conj. Hab. José Giordano,

Londrina/PR CEP: 86.082-530

Depositário Fiel (1) DEPOSITÁRIO PÚBLICO DE LONDRINA

End. da Guarda (01) Rua Francisco de Oliveira, 385, Conj. Hab. José Giordano,

Londrina/PR CEP: 86.082-530

Penhora realizada 17/02/2017 (mov. 60.1 fls. 99)

Débito Primitivo R\$ 1.023,07 - 26/08/2016 mov. 51.1 fls. 82

Débito Atualizado R\$ 1.574,34 - 25/11/2019

Avaliação Primitiva R\$ 105.000,00 - 01/06/2018 (mov. 75.1 fls. 126)

Avaliação Atualizada R\$ 111.913,78 - 25/11/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.1/94.479 – PENHORA – extraído do Processo nº 0090426-44.2013.8.16.0014 de Execução Fiscal da 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina/Pr. Executado: JOSÉ DUARTE DA SILVA ARTUR. Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA. Proprietária: COMPANHIA DE HABITAÇAO DO PARANÁ – COHAB-LD.

R.2/94.479 – PENHORA – extraído do Processo nº 0010086-74.2017.8.16.0014 de Execução Fiscal da 1ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina/Pr. Executado: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ – COHAPAR e JOSÉ DUARTE DA SILVA ARTUR. Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)JOSÉ DUARTE DA SILVA ARTUR (CPF/CNPJ 529.421.479-20), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico <u>www.nakakogueleiloes.com.br</u>, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.

- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local:Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, por lance não inferior ao valor da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:**Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0002934-19.2010.8.16.0014 - Execução Fiscal

0028771-66.2016.8.16.0014

Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 mov. 36.1fls. 93

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) ILIDIO RODRIGUES PINTO (CPF/CNPJ 043.584.229-34)
End. Executado(a) (01) Rua Santiago , 720, JD. Bela Suiça, Londrina/PR CEP: 86.050-

170 mov. 36.1fls. 93

Depositário Fiel (1) DEPOSITÁRIO PÚBLICO DE LONDRINA

End. da Guarda (01) Av. João Ribeiro de Barros , 171, Jardim Santos Dumont , nº 171, – Londrina/PR(mov. 15.2fls. 60), LONDRINA/PR CEP: 86039-640 (mov. 15.2fls. 60)

Penhora realizada 10/07/2017 (mov. 15.2fls. 60)

Débito Primitivo R\$ 13.513,04 - 08/10/2014 (mov. 1.2fls. 34) Débito Primitivo R\$ 7.324,41 - 02/09/2016 (mov. 15.12 fls.28)

Débito Atualizado R\$ 29.307,20 - 19/12/2019

Avaliação Primitiva R\$ 550.000,00 - 02/05/2018(mov. 28.1 fls. 80/81)

Avaliação Atualizada R\$ 596.200,67 - 19/12/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.5/13.716 – HIPOTECA: Contrato por Instrumento Particular de Compra e Venda, Mutuo com Obrigações e Hipoteca. CREDOR: BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A. DEVEDORES: ILIDIO RODRIGUES PINTO e sua mulher NEUSA MARIA MACHADO PINTO.

R.6/13.716 – PENHORA – extraída dos autos nº 0009024-74.2001.8.16.0014 da 7ª Vara Cível de Londrina/Pr. CREDOR: BANCO BANESTADO S.A. DEVEDORES: ILIDIO RODRIGUES PINTO e sua mulher NEUSA MARIA MACHADO.

Av.8/13.716 – INDISPONIBILIDADE DE BENS. – extraída dos autos nº 2005.70.01.0030328-1/PR. da Vara Federal de Execuções Fiscais de Londrina/Pr. correspondente a parte ideal pertencente ao ILIDIO RODRIGUES PINTO E PLANOS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

R.9/13.716 – PENHORA. Extraído dos Autos nº 0007153-70.2013.8.16.0014 da 1ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina/Pr. EXECUTADOS: ILIDIO RODRIGUES PINTO e sua mulher NEUSA MARIA MACHADO. EXEQUENTE: MUNICIPIO DE LONDRINA.

R.10/13.716 – PENHORA. Extraído dos Autos nº 33178-96.2008.8.16.0014 de Execução Fiscal da 1ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina/Pr. EXECUTADO: ILIDIO RODRIGUES PINTO. EXEQUENTE: MUNICIPIO DE LONDRINA.

R.11/13.716 — PENHORA. Extraído dos Autos nº 0028771-66.2016.8.16.0014 de Execução Fiscal da 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina/Pr. EXECUTADO: ILIDIO RODRIGUES PINTO. EXEQUENTE: MUNICIPIO DE LONDRINA.

R.12/13.716 — PENHORA. Extraído dos Autos nº 0002934-19.2010.8.16.0014 de Execução Fiscal da 1ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina/Pr. EXECUTADOS: ILIDIO RODRIGUES PINTO e sua mulher NEUSA MARIA MACHADO PINTO.. EXEQUENTE: MUNICIPIO DE LONDRINA

AV.13/13.716 - INDISPONIBILIDADE DE BENS- Proprietários: NEUSA MARIA MACHADO PINTO e ELIDIO RODRIGUES PINTO- Autos 000368693320098160056 da 1ª V.Fazenda Pública de Cambé -

AV.14/13.716 - INDISPONIBILIDADE DE BENS- Requeridos: : NEUSA MARIA MACHADO PINTO e ELIDIO RODRIGUES PINTO- Autos 000363807620118160014 da 6ª Vara Cível de Londrina

R.15/13.716 – PENHORA. Extraído dos Autos nº 0027106-64.2006.8.16.0014 da 1ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina/Pr. EXECUTADO: ILIDIO RODRIGUES PINTO. EXEQUENTE: MUNICIPIO DE LONDRINA.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)ILIDIO RODRIGUES PINTO (CPF/CNPJ 043.584.229-34), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

OBSERVAÇÕES:

1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.

- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão.
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0003983-90.2013.8.16.0014 - Execução Fiscal 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR Vara

MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70) Exequente (01) Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -End. Exequente

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 1.1 fl. 03)

Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão Adv. Exequente

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) ESPÓLIO DE LINO PACKER (REPR. POR JOVELINA C. PACKER) (CPF/CNPJ 120.052.669-49)

End. Executado(a) (01) Rua Para, 767, Apto. 1.201, Centro , Londrina/PR CEP:

86.010-400 (mov. 1.1 fl. 03)

Depositário Fiel (1) Depositário Público da Comarca

End. da Guarda (01) Rua Para, 767, Apto. 1.201, Centro , Londrina/PR CEP:

86.010-400 (mov. 40.1 fl. 76)

Penhora realizada 16/07/2016 (mov. 40.1 fl. 76)

Débito Primitivo R\$ 6.031,08 - 08/10/2014 (mov. 1.1 fl. 3)

Débito Atualizado R\$ 13.080,25 - 02/01/2020

Unidade Autônoma constituída pelo APARTAMENTO nº 1.201 (Um mil, duzentos e um), situado no 12º (décimo segundo) andar ou 14º (décimo quarto) pavimento do EDIFÍCIO OLGA, sito a Rua Para nº 767, esquina com Avenida Rio de Janeiro, construído na data de terra sob nº 17 (dezessete), da quadra nº 42 (quarenta e dois), nesta cidade, e UMA VAGA NA GARAGEM, contendo uma sala, uma copa-cozinha, três dormitórios, um lavabo, um banheiro, um WC de empregada, um quarto de empregada, uma área de serviço, um terraço, um corredor, e uma dispensa, nas seguintes confrontações: Ao Norte, com a Rua Para; ao Sul, com área para iluminação, junto a data nº 16, hall dos elevadores, e escadarias do edifício; a Leste, com o apartamento nº 1.202 e hall dos elevadores e escadarias do Edifício: e finalmente, a Oeste, com a Avenida Rio de Janeiro, com área de construção privativa real de 145,60 metros quadrados e com a área de construção de uso comum real de 37,74154 metros quadrados, com a área ideal na garagem de 21,135 metros quadrados, perfazendo a área de construção global de 204,47654 metros quadrados e cabendo a essa unidade autônoma a fração ideal do terreno de 22,772 metros quadrados, equivalente a 3,91774% na área total do terreno e a participação de 4,19062% nas coisas de uso comum, inalienáveis e indivisíveis do aludido Edifício. Matricula nº 4.929 do 2º CRI de Londrina/PR. Venda "Ad Corpus".

Avaliação Primitiva R\$ 450.000,00 - 25/08/2016 (mov. 40.1 fl. 77)

Avaliação Atualizada R\$ 503.403.82 - 02/01/2020

ÔNUS DA MATRÍCULA:

AV.1/1.096-A – INDISPONIBILIDADE DE BENS - Autos 000235/1987 – 4ª Vara Cível de Londrina – Proprietário: LINO PACKER

R.2/1.096 - HPOTECA DE 1º GRAU - Devedor: LINO PACKER - Credor: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

R.3/1.096B-B - PENHORA 2º GRAU - Autos 372/86 - 4º Vara Cível de Londrina - Devedor: LINO PACKER e GUERINO OTAVIO TASSI - Credor: AIRTON PEREIRA DA SILVA

R.9/1.096 – PENHORA EM 8º GRAU - Autos 0003508-33.1996.8.16.0014 – 1ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina - Executado: LINO PACKER e JOVELINA CAVALCANTE PACKER - Exequente: MUNICIPIO DE LONDRINA

R.13/1.096 – ARRESTO – Autos nº 550/1999 - 3ª Vara Cível desta Comarca. Exequente. MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executado. LINO PACKER.

R.13/1.096-A – CONVERSÃO DE ARRESTO EM PENHORA – Autos 550/1999 - 3ª Vara Cível desta Comarca. Exequente. MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executado. LINO PACKER.

R.14/1.096 – PENHORA –Autos nº 499/2000 - 4ª Vara Cível desta Comarca. Exequente. MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executado. LINO PACKER.

R.15/1.096 – PENHORA – Autos nº 0013006-80.2001.8.16.0014- 1ª Vara Cível desta Comarca. Exequente. CONDOMÍNIO EDIFICIO OLGA. Executado. LINO PACKER e sua mulher JOVELINA CAVALCANTI PACKER.

R.17/1.096 – PENHORA – Autos nº 000478/2000 – 2ª Vara Cível desta Comarca. Exequente. CONDOMÍNIO EDIFICIO OLGA. Executado. LINO PACKER e sua mulher JOVELINA CAVALCANTI PACKER.

R.19/1.096 – PENHORA – Autos nº 0027623-69.2006.8.16.0014 - 1ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina - Exequente. MUNICÍPIO DE LONDRINA - Executado. LINO PACKER.

R.22/1.096 – PENHORA – autos nº 22487-28.2005.8.16.0014 - 1ª Vara de Execuções Fiscais desta Comarca. Exequente: MUNICIPIO DE LONDRINA. Executado: LINO PACKER.

R.25/1.096 – PENHORA – autos nº 00030750-10.2009.8.16.0014 - 1ª Vara de Execuções Fiscais desta Comarca. Exequente: MUNICIPIO DE LONDRINA. Executado: LINO PACKER.

R.27/1.096 – PENHORA – autos nº 0003983-90.2013.8.16.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais desta Comarca. Exequente: MUNICIPIO DE LONDRINA. Executado: LINO PACKER

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)ESPÓLIO DE LINO PACKER (REPR. POR JOVELINA C. PACKER)(CPF/CNPJ 120.052.669-49), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico <u>www.nakakogueleiloes.com.br</u>, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.

- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão.
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 59.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

<u>FAZ SABER</u> a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:**Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0003992-57.2010.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)
End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 12.1 fl. 83)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) GRANDIS EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA (CPF/CNPJ 03.884.867/0001-45)

End. Executado(a) (01) Av. Theodoro Victorelli , 1295, sala 01, Jardim Morumbi ,

Londrina/PR CEP: 86.035-000 (mov. 12.1 fl. 83)

Depositário Fiel (1) Depositário Público da Comarca

End. da Guarda (01) Rua Zircônio, 75 A, Gleba Lindóia , Santa Inês , Londrina/PR

CEP: 86030-000 (mov. 1.1 fl. 4)

Penhora realizada 30/05/2017 (mov. 12.1 fl. 83)

Débito Primitivo R\$ 7.978,30 - 08/10/2014 (mov. 1.2 fl. 65)

Débito Atualizado R\$ 17.303,40 - 16/12/2019

Uma área de terras medindo 15.459,80 metros quadrados que constitui o remanescente do lote nº 01 (hum) que por sua vez é remanescente da subdivisão parcial do lote nº 20, da Gleba Lindóia, neste Município e Comarca de Londrina, dentro das seguintes divisas e confrontações: Principiando no alinhamento predial nordeste da Avenida Santa Mônica, ponto comum de divisa com Jardim Santa Inês da subdivisão do lote nº 23, da Gleba Lindóia, deste ponto, segue pelo prolongamento da Avenida Santa Mônica, no rumo NE 63º25´, na extensão de 57,10 metros, e ainda pelo referido alinhamento em concordância de curva a esquerda, com desenvolvimento de 34,04 metros e raio de 343,00 metros, onde atinge a divisa do remanescente 3, deste ponto segue por essa divisa, no rumo NW 12º40', na extensão de 163,62 metros; deste ponto segue no rumo 77º32´, na extensão de 88,30 metros, confrontando ainda com o remanescente 3 e datas 1 e 7 da guadra V, do Jardim Itaipu e Rua Grafita, onde atinge a divisa do Jardim Santa Inês; deste ponto segue pela referida divisa no rumo SE 12º40 na extensão de 186,39 metros, onde atinge o ponto inicial, fechando assim uma área de 15.459,80 metros quadrados. Lote de terras com frente para a Rua Zircônio, Rua Grafita e Rua Pingo D'Água, além da Avenida Santa Mônica, todas pavimentadas, exceto pela última a qual possui parte sem pavimentação. Além disso, possui frente para a Favela do Marabá e lateral leste para fundo de vale e pedreira abandonada. O lote de terras em foco não possui as benfeitorias descritas na matrícula, as quais foram demolidas. Observação: Fator de desvalorização, área com grande fundo de vale, próximo a favelas, e atualmente ocupado por invasores, bem como o mercado imobiliário encontra-se em retração com grande numero de ofertas imobiliárias. Outrossim, o referido lote já avaliado nos autos 12261-71.1999.8.16.0014Matricula nº 4.929 do 4º CRI de Londrina/PR. Venda "Ad Corpus".

Avaliação Primitiva R\$ 950.000,00 - 15/08/2018 (mov. 42.1 fls. 138/140)

Avaliação Atualizada R\$ 999.978,97 - 16/12/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.1/4.929 - ARRESTO - Autos 0003944-89.1996.8.16.0014- 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina - a favor do MUNICIPIO DE LONDRINA - Movida contra ISOLINA SILVEIRA KEMMER e OUTROS.

R.2/4.929 - ARRESTO - Autos 0003714-47.1996.8.16.0014 - 1ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina - a favor do MUNICIPIO DE LONDRINA - Movida contra ISOLINA SILVEIRA KEMMER e OUTROS.

Av.3/4.929 - CITAÇÃO - Autos 0012261-71.1999.8.16.0014 - 6ª Vara Civel de Londrina - Movida por ISOLINA SILVEIRA KEMMER, EDNA KEMMER VIANNA, MARLY KEMMER CHIMENTÃO, ADELAIDE FANY KEMMER TSUJIGUCHI, IVANY KEMMER ZERBIN, ZORAIDE KEMMER SILVA, MAKUSA KEMMER CHIMENTÃO, SILEN KEMMER PEREIRA, ELENITA KEMMER CARNEIRO, RENATA KEMMER PINHEIRO e REINALDO KEMMER JUNIOR - Contra CLAUDIONOR RODRIGUES

R.4/4.929 - PENHORA- Autos 0003714-47.1996.8.16.0014 - 1ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina - a favor do MUNICIPIO DE LONDRINA - Movida contra ISOLINA SILVEIRA KEMMER e OUTROS.

R.5/4.929 - ARRESTO - Autos 0012261-71.1999.8.16.0014 - 6^a Vara Cível de Londrina - Movida por ISOLINA SILVEIRA KEMMER. EDNA KEMMER VIANNA, MARLY KEMMER CHIMENTÃO, ADELAIDE FANY KEMMER TSUJIGUCHI, IVANY KEMMER ZERBIN, ZORAIDE KEMMER SILVA, MAKUSA KEMMER CHIMENTÃO, SILEN KEMMER PEREIRA, ELENITA KEMMER CARNEIRO, RENATA KEMMER PINHEIRO e REINALDO KEMMER JUNIOR - Contra CLAUDIONOR RODRIGUES

R.14/4.929 – PENHORA – Autos nº 0003992-57.2010.8.16.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais desta Comarca. Exequente. MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executado. GRANDIS EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA.

R.15/4.929 – PENHORA – Autos nº 00031753-53.2016.8.16.0014 - 1ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina/PR.. Exequente. MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executado. GRANDIS EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)GRANDIS EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA(CPF/CNPJ 03.884.867/0001-45), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico <u>www.nakakogueleiloes.com.br</u>, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;

- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 59.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:**Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0004991-10.2010.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) GRAÚNA CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA. (CPF/CNPJ

00.543.936/0001-69)

End. Executado(a) (01) Av. Juscelino Kubistsheck, 2.223, Sala 01, Centro-

Londrina/PR.

Adv. Executado Raquel Mercedes Motta Xavier (OAB/PR 30.487 e Sandro

Barioni de Mattos (mov. 1.3 fl. 91)

Depositário Fiel (1) DEPOSITÁRIO PÚBLICO DE LONDRINA

End. da Guarda (01) Rua Café Caturra, s/n, Jardim Everest , Londrina/PR CEP:

86081-260 (mov. 6.1fl. 111)

Penhora realizada 20/08/2018(mov. 27.1 fls. 145)

Débito Primitivo R\$ 3.379,69 - 01/09/2015 (mov. 6.1 fl. 111/115)

Débito Atualizado R\$ 6.286,69 - 18/12/2019

 metros", Matrícula nº 98.167 do— 2º CRI de Londrina. Benfeitoria: Não Consta - Venda "Ad Corpus".

Avaliação Primitiva R\$ 71.276,90 - 20/02/2019 (mov. 40.1 fL. 168)

Avaliação Atualizada R\$ 73.893,47 - 18/12/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

98.167 - PROPRIETÁRIAS: GRAÚNA CONSTRUÇÕES CIVIS EIRELLI e SENA CONSTRUÇÕES LTDA.

R.2/98.167 – PENHORA – Autos 0004991-10.2010.8.16.0014 – 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR. Exequente: Município de Londrina. Executada: Grauna Construções Civis Eirelli.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)GRAÚNA CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA.(CPF/CNPJ 00.543.936/0001-69), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.

- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário. Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 20 de janeiro de 2020.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 59.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local:Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, por lance não inferior ao valor da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local:Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda

a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 60% da avaliação.

| Autos nº. | 0006558-33.1997.8.16.0014 - Execução Fiscal 0006011-90.1997.8.16.0014 0008456-47.1998.8.16.0014 0009679-98.1999.8.16.0014 0009678-16.1999.8.16.0014 0010317-34.1999.8.16.0014 0011531-26.2000.8.16.0014 0027882-83.2014.8.16.0014 |
|--|--|
| Vara | 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR |
| Exequente (01) | ESTADO DO PARANÁ (CPF/CNPJ 76.416.940/0001-28) |
| End. Exequente | Av. Santos Dumont, 1187- Londrina/PR - CEP 86010-450 (mov. |
| 1.2 fl. 54) | MADOOC MACCACHILLODITA (OAD/DD 40 440) |
| Adv. Exequente | MARCOS MASSASHI HORITA (OAB/PR 48.119) MAKROQUIMICA PRODUTOS QUIMICOS LTDA. |
| Executado (a) (01) | |
| (CPF/CNPJ 77.688.257/000 End. Executado(a) (01) | Rod. Celso Garcia Cid, Km 366,6, PR 445, Londrina/PR CEP: |
| 86.010-200 (mov. 1.2 fl. 54) | Nou. Ceiso Gaicia Ciu, Niii 300,0, FN 443, Loiluillia/FN CLF. |
| Adv. Executado | Sérgio Antônio Meda (OAB/PR. 6.320) e Catia Yuri Takahara |
| Iranaga (OAB/PR 22.284) (r | |
| Depositário Fiel (1) | Richard True Hovgesen |
| End. da Guarda (01) | Rod. Celso Garcia Cid, km. 366,6, PR 445, Londrina/PR (mov. |
| 1.2 fl. 84) | |
| Penhora realizada | 09/04/2019 (mov.39.2 fl. 169) (6558) |
| Débito Primitivo | R\$ 14.911,78 - 05/11/2017 (mov. 19.1 fl.137) (6558) |
| Débito Primitivo | R\$ 177.319,86 - 03/04/2017 (mov. 11.1 fls. 198/199) (06011) |
| Débito Primitivo | R\$ 653.353,62 - 09/03/2009 (mov. 1.7 fl. 543) (8456) |
| Débito Primitivo | R\$ 63.901,62 - 20/03/2007 (mov. 1.2 fls. 125/128) (9679) |
| Débito Primitivo | R\$ 630.746,53 - 26/03/1999 (mov. 1.2 fls. 149/152) (9678) |
| Débito Primitivo | R\$ 420.255,98 - 13/01/2017 (mov. 11.1 fls. 353) (10317) |
| Débito Primitivo | R\$ 32.100,82 - 13/09/2016 (mov. 1.3 fls. 152/153) (11531) |
| Débito Primitivo | R\$ 49.454,51 - 09/11/2005 (mov. 34.1 fl. 67) (27882) |
| Débito Atualizado | R\$ 12.683.428,98 - 02/01/2020 |
| Qualificação do(s) Bem (1) | R\$ 6.644,83 |
| 01 (uma) Máquina para lav conservação. | agem industrial de roupas e tecidos em bom estado de uso e |
| Avaliação Primitiva | R\$ 6.500,00 - 09/04/2019 (mov. 39.2 fl. 169) (6558) |
| Avaliação Atualizada | R\$ 6.644,83 - 02/01/2020 |

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)MAKROQUIMICA PRODUTOS QUIMICOS LTDA. (CPF/CNPJ 77.688.257/0003-74), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

OBSERVAÇÕES:

- Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico <u>www.nakakogueleiloes.com.br</u>, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 20 de janeiro de 2020.

LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 59.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

<u>FAZ SABER</u> a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local:Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, por lance não inferior ao valor da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:**Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0008680-48.1999.8.16.0014 - Execução Fiscal

0030633-87.2007.8.16.0014

Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 1.3 fl. 82)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) **HELIO MIGUEL (CPF/CNPJ 086.295.609-91)**

End. Executado(a) (01) Rua Tinguis, 632, Vila Casoni, Londrina/PR CEP: 86.026-200

(mov. 1.3 fl. 82)

Adv. Executado Abelardo Vieira de Macedo (OAB/PR 6.323) (mov. 1.3 fls. 82)

Depositário Fiel (1) Analice M. Miguel

End. da Guarda (01) Rua Santa Rita, 22, V. Fraternidade, Londrina/PR CEP: 86027-

450 (mov. 1.2fls. 42)

Penhora realizada 24/04/2002 (mov. 1.2 fl. 42)

Débito Primitivo R\$ 2.178,65 - 21/10/2019 (mov. 116.2 fl. 418/419) Débito Primitivo R\$ 2.178,06 - 21/10/2019 (mov.116.3 fl.420/421)

Débito Atualizado R\$ 4.479,65 - 07/01/2020

Benfeitorias Lote de alvenaria de tijolos, medindo a área de 60,00 m2, O lote de terras em foco dispõe de uma benfeitoria de alvenaria de tijolos, medindo a área de 60,00 m², (conforme matrícula consta averbação de uma residência de 42,00m2) murada com grades, com portão e garagem, cobertura de telhas Romana, dispondo de uma casa popular com piso cimentado e terreno plano. (conforme matricula consta a averbação de uma residência de 42,00 m2) Matricula nº 14.111 do 2º CRI de Londrina/PR. Venda "Ad Corpus".

Avaliação Atualizada R\$ 168.000,00 - 30/01/2018 (mov. 55.1 fls. 265/266) Avaliação Primitiva

R\$ 184.139,46 - 07/01/2020

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.3/14.111 - HIPOTECA: - Contrato particular de mútuo com garantia hipotecária, assinado nesta cidasde. DEVEDORA: HÉLIO MIGUEL e sua mulher ANALICE MARTINS MIGUEL. CREDORA: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA-COHAB-LD. Av.3/14.111 – CAUÇÃO – Coforme cláusula 27^a do contrato a credora COHAB-LT com

anuência dos credores cauciona a favor das CAIXA ECONOMICA FEDERAL seus direitos creditórios decorrentes do descrito contrato.DEVEDORA: HÉLIO MIGUEL e sua mulher ANALICE MARTINS MIGUEL. CREDORA: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA-COHAB-LD

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)HELIO MIGUEL (CPF/CNPJ 086.295.609-91), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;

- (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
- A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
- O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão.
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 59.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local:Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, por lance não inferior ao valor da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:**Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0008793-02.1999.8.16.0014 - Execução Fiscal

0020098-70.2005.8.16.0014 0023603-88.2013.8.16.0014 0040934-59.2008.8.16.0014

Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)
End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 1.2 fls. 51)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) LORIVAL APARECIDO DOS SANTOS (CPF/CNPJ

363.889.129-15)

End. Executado(a) (01) Rua Dr. Elias César, 140, Jdim Caiçaras , Londrina/PR CEP:

86015-640 (mov. 1.2 fls. 51)

Adv. Executado Denner Pierro Lourenço OAB/PR 46.019 (mov. 1.2 fls. 82)

Depositário Fiel (1) ALICE ANDRADE DOS SANTOS

End. da Guarda (01) Rua Ida Postalli Victorelli , nº 446, Conjunto Habitacional

Annibal Siqueira, Londrina/PR CEP: 86.045-680

Penhora realizada 14/02/2006 (mov. 1.2 fls. 51)

 Débito Primitivo
 R\$ 10.132,12 - 22/03/2019 (mov.92.2 fl.313 (08793)

 Débito Primitivo
 R\$ 4.732,96 - 22/03/2019 (mov.92.3 fl.315 (20098)

 Débito Primitivo
 R\$ 1.167,40 - 22/03/2019 (mov.92.4 fl.316 (23603)

 Débito Primitivo
 R\$ 3.482,35 - 22/03/2019 (mov.92.5 fl.317 (40934)

Débito Atualizado R\$ 21.788,71 - 07/01/2020

Avaliação Primitiva R\$ 170.000,00 - 11/04/2016 (mov. 37.1 fls .116/118) (0020098)

Avaliação Atualizada R\$ 195.647,98 - 07/01/2020

Matricula nº 16541 do 1º CRI de Londrina/PR. Venda "Ad Corpus"

ÔNUS DA MATRÍCULA:

Av.16.541/A – Fica averbado o ônus existente na data da matricula do imóvel a saber:Hipoteca – Registro 3/12.096 - Cartório 1º R.I- Hipoteca – Registro 4/10.582 – 1º R.I.

R.3/16.541 – PENHORA – EXEQUENTE – Município de Londrina EXECUTADO – Lourival Aparecido dos Santos, autos nº 0008793-02.1999.8.16.0014, da 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina - PR.

R.4/16.541 – PENHORA – EXEQUENTE – Município de Londrina, EXECUTADO – Lourival Aparecido dos Santos – Autos nº 0041644-40.2012.8.16.0014, da 1ª Vara Execuções Fiscais da Comarca de Londrina/PR.

R.5/16.541 – PENHORA – EXEQUENTE – Município de Londrina; EXECUTADO – Lourival Aparecido dos Santos –,autos nº 0020098-70.2005.8.16.0014, da 2ª Vara Execuções Fiscais de Londrina/PR.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)LORIVAL APARECIDO DOS SANTOS (CPF/CNPJ 363.889.129-15), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação:
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por

- venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 59.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, por lance não inferior ao valor da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:**Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0008814-41.2000.8.16.0014 - Execução Fiscal

0023303-10.2005.8.16.0014 0023580-89.2006.8.16.0014 0028667-89.2007.8.16.0014 0007113-88.2013.8.16.0014

Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) Município de Londrina (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

Av. Duque de Cavias nº 735. Centro Cívico - Jardim Mazzei II

End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 1.1 fls. 03)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) ANTONIO ALVES TEIXEIRA (CPF/CNPJ 438.352.369-20) End. Executado(a) (01) Rua José Vargas nº 77, Conj. Hab. José Mauricio Barroso–Londrina/PR. (mov. 1.1 fls. 03)

Depositário Fiel (1) Depositário Público de Londrina

End. da Guarda (01) Rua José Vargas nº 77, Conj. Hab. José Mauricio Barroso –

Londrina/PR (mov. 29.1 fl. 133)

Penhora realizada 18/10/2017(mov. 29.1fls. 133)

 Débito Primitivo
 R\$ 1.471,66 - 24/10/2019 (mov. 77.3fls. 279/283)

 Débito Primitivo
 R\$ 958,46 - 22/11/2016 (mov. 25.1 f.l 80) (23303)

 Débito Primitivo
 R\$ 867,07 - 08/11/2016 (mov. 34.1 fls. 76/77) (23580)

Débito Primitivo R\$ 935,28 - 13/05/2014 (mov. 1.2 fl 41) (28667) Débito Primitivo R\$ 1.363,21 - 16/05/2013 (mov. 13.1 fl 26) (7113)

Débito Atualizado R\$ 9.875,52 - 07/01/2020

Avaliação Primitiva R\$ 160.000,00 - 05/12/2017 (mov. 29.1 fls. 134)

Avaliação Atualizada R\$ 176.801,62 - 07/01/2020

ÔNUS DA MATRÍCULA:

Av.1/42.795 – ONUS ANTERIOR. Hipoteca em 1º Grau registrada sob nº 2/9.578 e 2/9579 RG, sendo devedora COHAB e credor BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO – BNH, referente ao loteamento todo. Hipoteca em 2º Grau registrada sob nº 3/32.172 RG, sendo devedora COHAB e credora CAIXA ECONOMICA FEDERAL

R.3/42.795 — PENHORA. Autos nº 0008814-41.2000.8.16.0014 e Apensos 000711388.2013.8.16.0014, 0028667-89.2007.8.16.0014, 0023580-89.2007.8.16.0014 e 0023303-10.2005.8.16.0014 -2ª Vara de Execuções Fiscais desta Comarca. EXECUTADO: ANTONIO ALVES TEIXEIRA. EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE LONDRINA. PROPRIETÁRIA: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA — COHAB-LD.

R.4/42.795 – PENHORA. Autos nº 0037933-85.2016.8.16.0014 - 1ª Vara de Execuções Fiscais desta Comarca. EXECUTADO: ANTONIO ALVES TEIXEIRA. EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE LONDRINA. PROPRIETÁRIA: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA – COHAB-LD.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)ANTONIO ALVES TEIXEIRA(CPF/CNPJ 438.352.369-20), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

OBSERVAÇÕES:

1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde

que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.

- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 20 de janeiro de 2020.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 59.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

<u>FAZ SABER</u> a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:**Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0011334-37.2001.8.16.0014 - Execução Fiscal

0020032-90.2005.8.16.0014

Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)
End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 1.1 fls. 03)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) EDSON PEREIRA DE OLIVEIRA (CPF/CNPJ 434.538.649-

72)

End. Executado(a) (01) Rua Alinor Elias, 201, Conj. Hab. Giovani Lunardelli ,

Londrina/PR CEP: 86.037-290 (mov. 1.1 fls. 03)

Depositário Fiel (1) Ary Tristão

End. da Guarda (01) Rua Alinor Elias, 201, Con. Hab. Giovani Lunardelli ,

Londrina/PR CEP: 86037-290 (mov. 1.2 fl. 45)

Penhora realizada 06/11/2003 (mov. 1.2 fl. 45)

Débito Primitivo R\$ 1.568,03 - 01/02/2017 (mov. 32.1 fls. 216/218)

Débito Primitivo R\$ 6.543,67 – 09/03/2015 (mov. 1.2 fls. 65 a 72) (20032)

Débito Atualizado R\$ 15.487,48 - 23/12/2019

Avaliação Primitiva R\$ 83.956,00 - 08/10/2015 (mov. 14.1 fl. 186)

Avaliação Atualizada R\$ 102.350,85 - 03/01/2020

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.4/17.337 – PENHORA – Autos nº 0020032-90.2005.8.16.0014 de Execução Fiscal da 2ª Vara de Execuções Fiscais Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina. Exequente. MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executado: EDSON EREIRA DE OLIVEIRA.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)EDSON PEREIRA DE OLIVEIRA (CPF/CNPJ 434.538.649-72), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de

nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico <u>www.nakakogueleiloes.com.br</u>, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 59.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

<u>FAZ SABER</u> a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:**Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0011616-89.2012.8.16.0014 - Execução Fiscal

0041430-78.2014.8.16.0014 0017647-23.2015.8.16.0014

Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)
End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 1.1 fl. 03)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) LOTEADORA TUPY SS LTDA (CPF/CNPJ 77.242.642/0001-

21)

End. Executado(a) (01) Rua Benjamim Constant, 413, Centro , Londrina/PR CEP:

86.010-350 (mov. 1.1 fl. 03)

Adv. Executado Fábio Rino (OAB/SP. 134.716) (mov. 83.2 fl. 158)

Depositário Fiel (1) Depositário Público da Comarca

End. da Guarda (01) Rua São Rafael, 220, Jardim Santo André, Londrina/PR CEP:

86073-110 (mov. 37.1 fl. 65)

Penhora realizada 21/03/2017 (mov. 48.1 fl. 104)

Débito Primitivo R\$ 1.977,36 - 12/12/2012 (mov. 18.2 fl. 37)

Débito Primitivo R\$ 970,89 - 13/06/2014 (mov. 1.1 fl. 03) (41430) Débito Primitivo R\$ 2.830,54 - 26/03/2015 (mov. 1.1 fl. 03) (17647)

Débito Atualizado R\$ 13.146,38 - 02/01/2020

Avaliação Primitiva R\$ 63.000,00 - 14/09/2017 (mov. 37.1 fls. 65/66) (17647)

Avaliação Atualizada R\$ 70.285,50 - 13/12/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.1/94.564 – PENHORA - Processo nº 0017647-23.2015.8.16.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais desta Comarca. Exequente. MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executado. LOTEADORA TUPY S/S LTDA.

R.2/94.564 – PENHORA – Processo nº 0011616-89.2012.8.16.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais desta Comarca. Exequente. MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executado. LOTEADORA TUPY S/S LTDA.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)LOTEADORA TUPY SS LTDA(CPF/CNPJ 77.242.642/0001-21), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico <u>www.nakakogueleiloes.com.br</u>, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;

- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão.
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 59.DOC

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, por lance não inferior ao valor da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:**Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0014366-30.2013.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) Município de Londrina (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 1.1fls. 03).

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA – COHAB-LD (CPF/CNPJ 78.616.760/0001-15)

End. Executado(a) (01) Rua Pernambuco , 1002, Centro, Londrina/PR CEP: 86.020-

121 (mov. 1.1fls. 03).

Adv. Executado Denise Teixeira Rebello (OAB/PR. 13.891) (mov. 32.2 e 32.3

fls. 75 76)

Depositário Fiel (1) Companhia de Habitação de Londrina – Cohab-LD.(mov.

36.1fls. 112)

End. da Guarda (01) Rua dos Garçons, nº 646, Newton Guimarães, Londrina/PR

CEP: 86082-590 (mov. 36.1fls. 112)

Penhora realizada 10/11/2015(mov. 36.1fls. 112)

Débito Primitivo R\$ 2.001,97 - 24/10/2019 (117.2 fl. 117,2)

Débito Atualizado R\$ 2.046,82 - 19/12/2019

Avaliação Primitiva R\$ 90.000,00 - 10/11/2015 (mov. 36.1 fls. 113)

Avaliação Atualizada R\$ 107.611,65 - 19/12/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

Av.1/31.390 – ONUS ANTERIOR: Registro 4/5.625 e averbação 4/5.625/B – Hipoteca e reratificação, sendo devedor COHAB-LD. Interveniente: MUNICÍPIO DE LONDRINA. Credor: BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO.

R.3/31.390 – Prenotação nº 253.410 – PENHORA - passado no Processo nº 0014366-30.2013.8.16.0014 de Execução Fiscal da 2ª Vara de Execuções Fiscais desta Comarca. Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executada: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA – COHAB-LD.

R.4/31.390 – Prenotação nº 275.266 – PENHORA - extraído do Processo nº 0026491-74.2006.8.16.0014 de Execução Fiscal da 2ª Vara de Execuções Fiscais desta Comarca.

Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executada :DJALMA ZENOVELO - Proprietária COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA – COHAB-LD.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA – COHAB-LD(CPF/CNPJ 78.616.760/0001-15), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico <u>www.nakakogueleiloes.com.br</u>, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se

- aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 59.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local:Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, por lance não inferior ao valor da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:**Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0014557-75.2013.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 1.1 fls. 03)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) JEFFERSON APARECIDO SOUZA GERMANO (CPF/CNPJ

041.317.509-02)

End. Executado(a) (01) Rua Arara Azul , 386, Cj. Hab. Jacomo Violin , Londrina/PR

CEP: 86.088-010 (mov. 1.1 fls. 03)

Depositário Fiel (1) Jefferson Aparecido Souza Gerrmano

End. da Guarda (01) Rua Francisco O. Moreno, 45, Londrina/PR CEP: 86.085-660

(mov.1.1fl.04)

Penhora realizada 24/02/2015 (mov. 36.1 fls. 79)

Débito Primitivo R\$ 1.210,22 - 17/10/2016 (mov. 65.1 fls. 121)

Débito Atualizado R\$ 1.864,36 - 18/12/2019

Lote 21, da quadra 30, situado no Conjunto Habitacional Luiz de Sá, medindo área de 200,00 m2, subdivisão do lote 01, este da subdivisão do lote 66 e parte do lote 66-B, da Gleba Jacutinga com as divisas e confrontações: Frente para a rua Francisco Ortega Moreno com 10,00 metros, lado direito para o lote 20 com 20,00 metros, lado esquerdo para o lote 22 com 20,00 metros, fundos para o lote 14 com 10,00 metros, constantes na Matricula n. 40.061 do 2º CRI de Londrina. Venda "Ad Corpus".

Avaliação Primitiva R\$ 150.000,00 - 24/02/2015 (mov. 36.1 fls.

Avaliação Atualizada R\$ 193.929,96 - 18/12/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.4/40.061 - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - Devedores Fiduciantes: JEFFERSON APARECIDO SOUZA GERMANO - Credora Fiduciária: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF - Ônus: Alienação Fiduciária em Garantia pelo qual os devedores transferem a propriedade resolúvel ao credor

R.6/40.061 - PENHORA - Autos 0014557-75.2013.8.1.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina - Executado: JEFFERSON APARECIDO SOUZA GERMANO - Exequente: MUNICIPIO DE LONDRINA - Devedor Fiduciante: JEFFERSON APARECIDO SOUZA GERMANO - Credora Fiduciária: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)JEFFERSON APARECIDO SOUZA GERMANO (CPF/CNPJ 041.317.509-02), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico <u>www.nakakogueleiloes.com.br</u>, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;

- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 59.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:**Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50%. da avaliação.

Autos nº. 0014625-25.2013.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 49.0 fl. 92)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) SEBASTIÃO MACHADO PEREIRA (CPF/CNPJ 364.933.179-

91)

End. Executado(a) (01) Rua Gumercindo Leão , s/n, Esq. com Clotario Port, Vila

Recreio, Londrina/PR CEP: 86030-000 (mov. 49.0 fl. 92)

Adv. Executado Fernando Andrade da Costa Vieira (OAB/PR 73.823) (mov.

77.1 fl. 136)

Depositário Fiel (1) Depositário Público da Comarca

End. da Guarda (01) Avenida Duque de Caxias, 5240, Parque Bom Retiro,

Londrina/PR CEP: 86015-902 (mov. 43.1 fls. 81)

Penhora realizada 30/04/2016 (mov. 43.1 fls. 81)

Débito Primitivo R\$ 16.134,35 - 18/03/2015 (mov. 35.1 fls. 64)

Débito Atualizado R\$ 31.932,89 - 03/12/2019

Avaliação Primitiva R\$ 110.000,00 - 17/05/2016 (mov. 43.1 fls. 82)

Avaliação Atualizada R\$ 124.627,75 - 03/12/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.3/18597 – USUCAPIÃO – Oficio nº 579/85 de 12/11/85 – 5ª Vara Cível de Londrina – Exequente - MUNICÍPIO DE LONDRINA - Executado: SEBASTIÃO MACHADO PEREIRA. R.5/18597 – PENHORA – autos 0014625-25.2013.8.16.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais desta Comarca – Exequente - MUNICÍPIO DE LONDRINA - Executado: SEBASTIÃO MACHADO PEREIRA.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)SEBASTIÃO MACHADO PEREIRA (CPF/CNPJ 364.933.179-91), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico <u>www.nakakogueleiloes.com.br</u>, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.

- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 59.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:**Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0014732-30.2017.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)
End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 22.4 fl 70)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) GEYSA GIMENEZ PALERMO (CPF/CNPJ 324.326.568-14) End. Executado(a) (01) Rua Álvaro Alvares de Abreu e Silva Filho, 153, Jardim

Chapadão, Campo Grande/MS CEP: 13010-110 (mov. 22.4 fl 70)

Adv. Executado Guilherme Junho Espiga (OAB/PR. 43.312) (mov. 22.2 fls. 68)

Depositário Fiel (1) Depositário Público da Comarca

End. da Guarda (01) Rua Uberlândia, s/n, Jardim Champagnat, Londrina/PR CEP:

86062-600 (mov. 47.1 fls. 127)

Penhora realizada 07/12/2018 (mov. 47.1 fls. 127)

R\$ 11.946,99 - 17/04/2019 (mov. 60.2 fls. 155/156) Débito Primitivo

Débito Atualizado R\$ 12.892,73 - 06/12/2019

Qualificação do(s) Bem (01)R\$ 160.568,37 Data nº 12 (doze), da quadra nº 06 (seis), com 312,37 metros quadrados, do JARDIM CHAMPAGNAT, desta cidade, com as seguintes divisas: pela frente, com a Rua L, com 11,70 metros; de um lado com data nº 11, com 25,00 metros; de outro lado, com a data nº 13, com 25,00 metros; e, aos fundos, confrontando com as datas nº. 05 e 06, com 13.29 metros. Matricula nº 13.681 do 1º CRI de Londrina/PR. Venda "Ad Corpus".

Avaliação Primitiva R\$ 160.000,00 - 11/07/2019 (mov. 83.1 fls. 188/190)

Avaliação Atualizada R\$ 160.568,37 - 06/12/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.4/13.681 - SEQUESTRO - Oficio nº 2910/94 extraído dos autos de Seguestro de bens nº 930605659-1, oriundos do Juízo de Direito do 3ª Vara Criminal de Campinas.

R.5/13.681 - ARRESTO - autos nº 0004450-65.1996.8.16.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina/PR.. Executado: GEYSA GIMENEZ PALERMO. Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA/PR.

R.6/13.681 - CONVERSÃO - autos nº 0004450-65.1996.8.16.0014 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina/PR. Arresto registrado sob nº5/13.681, foi convertido em Penhora, mantendo-se todos os demais dados referente ao registro.

R.7/13.681 - PENHORA - autos nº 0014732-30.2017.8.16.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais desta Comarca de Londrina/PR.. Executado: GEYSA GIMENEZ PALERMO. Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA/PR.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)GEYSA GIMENEZ PALERMO (CPF/CNPJ 324.326.568-14), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

OBSERVAÇÕES:

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 20 de janeiro de 2020.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 59.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, por lance não inferior ao valor da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:** Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 60%. da avaliação.

Autos nº. 0019935-46.2012.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) **ESTADO DO PARANÁ (CPF/CNPJ 76.416.940/0001-28)**

End. Exequente Av.Santos Dumont, 1187- Londrina/PR - CEP 86010-450 (mov.

94.3 fl. 247)

Adv. Exequente MARCOS MASSASHI HORITA (OAB/PR 48.119)

Executado (a) (01) ISSA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. EPP (CPF/CNPJ

04.242.153/0001-04)

End. Executado(a) (01) Rua Senador Souza Naves, 1326, Centro, Londrina/PR CEP:

86010-160 (mov. 94.3 fl. 247)

Depositário Fiel (1) Amin Issa

End. da Guarda (01) Rua Borba Gato, 917, Vila Ipiranga, Londrina/PR CEP:

86.010-630 (mov. 47.1 fl 101)

Penhora realizada 25/03/2019 (mov. 125.2 fl. 302)

Débito Primitivo R\$ 8.379,33 - 25/09/2015 (mov. 77.1 fl. 208)

Débito Atualizado R\$ 15.453,90 - 26/12/2019

Modeladora de pães automático, marca Superfecom, cor branca, em bom estado de conservação.

Avaliação Primitiva R\$ 6.500,00 - 25/03/2019 (mov. 125.2 fl. 302

Avaliação Atualizada R\$ 6.671,87 - 03/01/2020

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)ISSA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. EPP (CPF/CNPJ 04.242.153/0001-04), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que

as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

OBSERVAÇÕES:

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 03 de fevereiro de 2020.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 59.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:**Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0020117-76.2005.8.16.0014 - Execução Fiscal

0036580-78.2014.8.16.0014

Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 30.1 fl. 60) (36580)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) EDSON CHANG SYIN LEE (CPF/CNPJ 633.455.289-91)

End. Executado(a) (01) Rua João Scramin, 63, Jdim. Itália , Cambé/PR CEP: 86192-

740 (mov. 30.1 fl. 60) (36580)

Depositário Fiel (1) Depositário Público da Comarca

End. da Guarda (01) Rua Hércules Accorsi , 268, Conj. Hab. Antônio Marçal

Nogueira , Londrina/PR CEP: 86045-270 (mov. 36.1 fl. 115) Penhora realizada 23/05/2017 (mov. 12.1 fl. 76)

Débito Primitivo R\$ 8.304,16 - 09/05/2017 (mov. 10.2 fls. 71/72) Débito Primitivo R\$ 1.067,62 - 29/05/2014 (mov. 1.1 fl. 03) (36580)

Débito Atualizado R\$ 14.405,40 - 17/12/2019

Avaliação Primitiva R\$ 157.320,00 - 24/05/2019 (mov. 36.1 fls. 115/116)

Avaliação Atualizada R\$ 159.621,06 - 17/12/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.2/35.897 – HIPOTECA – Instrumento Particular de Venda e Compra de Terreno e de Mútuo com Garantia Hipotecária, datado desta cidade, m 10.03.1990, devidamente legalizado, arquivado por cópia. Credora: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA – COHAB-LD. Devedor: EDSON CHANG SHYN LEE.

Av.2^a/35.897 – CAUÇÃO – Conforme cláusula 28^a do Contrato Particular de Venda e Compra de Terreno e de Mútuo com Garantia Hipotecária, registrado sob nº 2/35.897 a credora COHAB-LD dá em caução a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL- CEF.

Av.2B/35.897 – RETIFICAÇÃO – Fica retificada a data de celebração do Contrato Particular de Venda e Compra de Terreno e de Mútuo com Garantia Hipotecária registrado sob nº 2/35.897 para 01 de março de 1.990.

R.7/35.897 – PENHORA – Processo nº 0020117-76.2005.8.16.0014 de Execução Fiscal da 2ª Vara de Execuções Fiscais da Comarca de Londrina/PR. Exequente. MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executado. EDSON CHANG SHYN LEE.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)EDSON CHANG SYIN LEE(CPF/CNPJ 633.455.289-91), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.

- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário. Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 20 de janeiro de 2020.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 59.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

<u>FAZ SABER</u> a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:** Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 1.1 fls. 03)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) SILAS SANTOS DE ALMEIDA (CPF/CNPJ 763.474.949-49)
End. Executado (a) (01) Rua Waldomiro Batista de Araújo, 934, Jardim das Palmeiras,

Londrina/PR CEP: 86.083-580 (mov. 1.1 fls. 03)

Depositário Fiel (1) Depositário Público da Comarca

End. da Guarda (01) Rua Waldomiro Batista de Araújo, 934, Jardim das Palmeiras,

Londrina/PR (mov. 42.1 fls. 161)

Penhora realizada 07/06/2017 (mov. 42.1 fls. 161)

Débito Primitivo R\$ 745,24 - 09/11/2016 (mov. 25.2 fls. 129 a 133)

Débito Atualizado R\$ 1.122,56 - 05/12/2019

Avaliação Primitiva R\$ 180.000,00 - 04/06/2015 (mov. 65.1 fls. 204)

Avaliação Atualizada R\$ 224.105,38 - 05/12/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.5/40.550 – ÔNUS HIPOTECA EM 1º GRAU - Contrato por Instrumento Particular de Compra e Venda de terreno e Construção e Mutuo com Obrigação e Hipoteca – Carta de Crédito Individual. Credora: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF. Devedor: SILAS SANTOS DE ALMEIDA e SONIA REGINA FAZOLO DE ALMEIDA.

R.7/40.550 - PENHORA - Processo nº 0020326-45.2005.8.16.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais desta Comarca. Executado: SILAS SANTOS DE ALMEIDA. Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA/PR.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)SILAS SANTOS DE ALMEIDA (CPF/CNPJ 763.474.949-49 e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

OBSERVAÇÕES:

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 20 de Janeiro de 2020.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 59.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local:Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, por lance não inferior ao valor da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:**Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0022676-06.2005.8.16.0014 - Execução Fiscal

0086578-49.2013.8.16.0014 0034413-88.2014.8.16.0014

Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) MARLENE VIEIRA HONORATO (CPF/CNPJ 572.602.309-91) End. Executado(a) (01) Rua Basquetebol , nº 320, Jardim Olímpico , Londrina/PR CEP:

86.056-310

Adv. Executado Manoel Geraldo Toledo Costa (OAB/PR. 4.219) (mov. 1.2 fls.

20/94) (Autos 86578)

Depositário Fiel (1) DEPOSITÁRIO PÚBLICO DE LONDRINA

End. da Guarda (01) Rua Basquetebol, nº 320, Jardim Olímpico, Londrina/PR CEP:

86.056-310

Penhora realizada 04/12/2015 (mov. 26.4 fls. 55) (0086578-49)

Débito Primitivo R\$ 7.204,19 - 06/09/2018 (mov. 62.2 fls.160)(22.676)
Debito Primitivo R\$ 2.761,23 - 06/09/2018 (mov. 62.4 fls.163)(86678)
Debito Primitivo R\$ 1.597,62 - 06/09/2018 (mov. 62.3 fls.161) (34413)

Débito Atualizado R\$ 8.651,51 - 19/12/2019

Avaliação Primitiva R\$ 106.714,34 - 04/01/2019 (mov. 73.1 fls. 178/179)

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.3/56.584 – PENHORA – extraído dos Autos nº 0086578-49.2013.8.16.0014 de Execução Fiscal da 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina/Pr. Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executada: MARLENE VIEIRA HONORATO.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)MARLENE VIEIRA HONORATO(CPF/CNPJ 572.602.309-91), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico <u>www.nakakogueleiloes.com.br</u>, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.

- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário. Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 20 de janeiro de 2020.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 59.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local:Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local:Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda

a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0023034-34.2006.8.16.0014 - Execução Fiscal

0003923-25.2010.8.16.0014 0004882-88.2013.8.16.0014 0029183-94.2016.8.16.0014 0008997-79.2018.8.16.0014

Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 mov. 1.1 fls. 03)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) ALEXANDRE DOS SANTOS MENDES (CPF/CNPJ

236.680.409-15)

End. Executado(a) (01) Rua Cristiano Machado, 20, Jardim Bancários , Londrina/PR

CEP: 86.062-000 mov. 1.1 fls. 03)

Depositário Fiel (1) Depositário Público da Comarca

End. da Guarda (01) Rua Cristiano Machado, 50, Ap. 101, Jardim Bancário,

Londrina/PR CEP: 86.062-000 (mov. 62.1 fl. 152)

Penhora realizada 14/03/2017 (mov. 8.1 fl. 85)

Débito Primitivo R\$ 3.254,03 - 12/08/2013 (mov. 1.2 fl. 49)

 Débito Primitivo
 R\$ 4.740,28 - 05/12/2012 (mov. 1.2 fl. 24) (03923)

 Débito Primitivo
 R\$ 5.685,62 - 07/11/2014 (mov. 54.1 fl. 133) (04882)

 Débito Primitivo
 R\$ 3.146,91 - 16/09/2016 (mov. 18.1 fl. 33) (29183)

 Débito Primitivo
 R\$ 2.645,12 - 26/04/2018 (mov. 17.2 fl. 31) (08997)

Débito Atualizado R\$ 25.532,11 - 17/12/2019

Avaliação Primitiva R\$ 140.000,00 - 25/02/2016 (mov. 62.1 fl 152) (4882)

Avaliação Atualizada R\$ 162.334,27 - 17/12/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.2/20.762 - HIPOTECA - Contrato Particular de Venda e Compra com Garantia Hipotecária, cessão e Outorga Avençada, datado de Curitiba/PR. em 18.07.1983, devidamente legalizado, arquivado por cópia. Credor: BANCO ITAU S/A - CRÉDITO IMOBILIÁRIO. Devedores: ALEXANDRE DOS SANTOS MENDES e sua mulher EVA ROMUALDO MENDES.

R.3/20.762 – HIPOTECA – Escritura Pública de Garantia Hipotecária, de 06.09.1983, de fls. 242, do livro 19-E do Tabelionato Distrital de Lerroville, desta Comarca. Credor: IDELVAN DOS SANTOS. Devedores: ALEXANDRE DOS SANTOS MENDES e sua mulher EVA ROMUALDO MENDES.

R.4/20.762 - LOCAÇÃO - Locatário: IDELVAN DOS SANTOS - Locadores: ALEXANDRE DOS SANTOS MENDES e EVA ROMUALDO MENDES

R.5/20.762 – PENHORA – Autos nº 718/87 - 5ª Vara Cível local. Exequente: FININVEST – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO. Executada: EVA ROMUALDO MENDES.

R.6/20.762 – ARRESTO – Autos nº 085/93 - 3º Vara Cível desta Comarca. Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executado: ALEXANDRE DOS SANTOS MENDES.

R.7/20.762 – ARRESTO – Autos nº 150/1998 - 5ª Vara Cível da Comarca de Londrina. Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executado: ALEXANDRE DOS SANTOS MENDES e EVA ROMUALDO MENDES.

R.8/20.762 – PENHORA – Autos nº 0004882-88.2013.8.16.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina/PR. Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executada: ALEXANDRE DOS SANTOS MENDES.

R.9/20.762 – PENHORA – Autos nº 0029183-94.2016.8.16.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais da Comarca de Londrina/PR. Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executada: ALEXANDRE DOS SANTOS MENDES.

R.10/20.762 – PENHORA – Autos nº 0023034-34.2006.8.16.0014 - 2º Vara de Execuções Fiscais da Comarca de Londrina/PR. Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executada: ALEXANDRE DOS SANTOS MENDES.

R.11/20.762 – PENHORA – Autos nº 0019474-21.2005.8.16.0014 - 1º Vara de Execuções Fiscais da Comarca de Londrina/PR. Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executada: ALEXANDRE DOS SANTOS MENDES.

R.12/20.762 – PENHORA – Autos nº 0027147-60.2008.8.16.0014 - 1ª Vara de Execuções Fiscais da Comarca de Londrina/PR. Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executada: ALEXANDRE DOS SANTOS MENDES.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)ALEXANDRE DOS SANTOS MENDES (CPF/CNPJ 236.680.409-15), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;

- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 20 de janeiro de 2020.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 59.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

<u>FAZ SABER</u> a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:**Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0023223-46.2005.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) **LOTEADORA TUPY S/S LTDA. (CPF/CNPJ 77.242.642/0001-**

21)

End. Executado(a) (01) Rua Benjamin Constant nº 413, Centro – Londrina/PR. CEP.

86.010-350

Adv. Executado FABIO RINO (OAB/SP 134.716) (mov.129.2 fl. 494)

Depositário Fiel (1) Deposito Publico da Comarca

End. da Guarda (01) Rua Antônio Segretti, s/n, Itapoã, Londrina/PR CEP: 86043-190

(mov. 102.1 fl. 448)

Penhora realizada 22/08/2018 (mov. 116.1 fl. 470)

Débito Primitivo R\$ 461,11 - 08/05/2018 (mov. 102.2 fl. 449)

Débito Atualizado R\$ 591,02 - 18/12/2019

Avaliação Primitiva R\$ 67.317,07 - 15/10/2019 (mov. 150.2 fl. 525

Avaliação Atualizada R\$ 67.894,51 - 18/12/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.1/49.467 - PENHORA - Autos: 0036592-05.2008.8.16.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina - Executada: LOTEADORA TUPY S/C LTDA - Exequente: MUNICIPIO DE LONDRINA

R.2/49.467 - PENHORA - Autos: 0061591-12.2014.8.16.0014- 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina - Executada: LOTEADORA TUPY S/C LTDA - Exequente: MUNICIPIO DE LONDRINA

R.3/49.467 - PENHORA - Autos: 0024322-17.2006.8.16.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina - Executada: LOTEADORA TUPY S/C LTDA - Exequente: MUNICIPIO DE LONDRINA

R.4/49.467 - PENHORA - Autos: 0023223-46.2005.8.16.0014- 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina - Executada: LOTEADORA TUPY S/C LTDA - Exequente: MUNICIPIO DE LONDRINA

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)LOTEADORA TUPY S/S LTDA.(CPF/CNPJ 77.242.642/0001-21), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e

- baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário. Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 20 de janeiro de 2020.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 59.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

<u>FAZ SABER</u> a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:**Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0024125-96.2005.8.16.0014 - Execução Fiscal

0068682-90.2013.8.16.0014 0060744-73.2015.8.16.0014 0018773-40.2017.8.16.0014

Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 9.1 fl. 18) (68682)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) **JOÃO CARLOS SUPERBI (CPF/CNPJ 532.315.549-34)**

End. Executado(a) (01) Rua Álvaro Loureiro, 510, Conj. Armindo Guazzi, Londrina/PR

CEP: 86.037-340 (mov. 9.1 fl. 18) (68682)

Depositário Fiel (1) Depositário Público da Comarca

End. da Guarda (01) Rua Álvaro Loureiro , 510, Conj. Armindo Guazzi , Londrina/PR

CEP: 86.037-340 (mov. 8.2 fl. 83

Penhora realizada 10/07/2017 (mov. 8.2 fl. 83)

Débito Primitivo R\$ 3.927.65 - 10/09/2014 (mov. 1.2 fl. 67/68)

Débito Primitivo R\$ 667,93 - 02/06/2014 (mov. 17.1 fl. 31) (68682) Débito Primitivo R\$ 361,34 - 08/09/2015 (mov. 1.1 fl. 03) (60744) Débito Primitivo R\$ 861,40 - 12/09/2017 (mov. 15.1 fl. 30) (18773)

Débito Atualizado R\$ 11.948,68 - 17/12/2019

Avaliação Primitiva R\$ 110.000,00 - 10/07/2017 (mov. 8.2 fl. 83)

Avaliação Atualizada R\$ 123.032,63 - 17/12/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.2/18.349 — HIPOTECA — Credora: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA-COHAB-LD — Devedores: JOÃO CARLOS SUPERBI e MARLENE DA SILVA — Arquivado sob o nº 3.705

AV.2-A/18.348 — CAUÇÃO DE CRÉDITO — Devedor: JOÃO CARLOS SUPERBI e MARLENE DA SILVA SUPERBI - Credora: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA-COHAB-LD. Firmado com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

R.4/18.349 – PENHORA – Autos 0068682-90.2013.8.16.0014 – 2ª VARA DE EXECUÇÕES FISCAIS DE LONDRINA – Executado: JOÃO CARLOS SUPERBI

R.5/18.349 — PENHORA — Autos 0024125-96.8.16.0014 - 2ª VARA DE EXECUÇÕES FISCAIS DE LONDRINA - Exequente: MUNICIPIO DE LONDRINA — Executado: JOÃO CARLOS SUPERBI e MARLENE DA SILVA SUPERBI

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)JOÃO CARLOS SUPERBI (CPF/CNPJ 532.315.549-34), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico <u>www.nakakogueleiloes.com.br</u>, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;

- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 20 de janeiro de 2020.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 59.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:** Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0026886-51.2015.8.16.0014 - Execução Fiscal

0011949-65.2017.8.16.0014

Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)
End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 1.1 fls. 03)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) **WALDYR HOGREFE** (CPF/CNPJ 115.301.549-87)

End. Executado(a) (01) Rua Vênus, 560, Jardim do Sol, Londrina/PR CEP: 86.070-

300 (mov. 1.1 fls. 03)

Depositário Fiel (1) Depositário Público da Comarca

End. da Guarda (01) Rua Vênus, 560, Jardim do Sol , Londrina/PR CEP: 86070-300

(mov. 31.1 fls. 57)

Penhora realizada 22/02/2017 (mov. 31.1 fls. 57)

Débito Primitivo R\$ 967,35 - 10/10/2017 (mov. 53.3 fls. 95)

R\$ 3.857,47 - 22/02/2017 (mov. 1.1 fls. 03) (11949)

Débito Atualizado R\$ 6.942,60 - 04/12/2019

construídas em alvenaria, cobertas com telhas romana, com garagem e varanda, contendo: casa 01 – uma sala, uma cozinha, dois quartos e um banheiro: casa 02 – uma sala, uma cozinha, dois quartos, uma dispensa e um banheiro, imóvel seguro, com portão eletrônico. Terreno com declive, imóveis construídos abaixo do nível da rua. Matrícula nº 4.852 do 2º CRI de Londrina/PR. Venda "Ad Corpus".

Avaliação Primitiva R\$ 240.000,00 - 16/08/2019 (mov. 68.2 fl. 118)

Avaliação Atualizada R\$ 241.006,67 - 04/12/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.3/4.852 – PENHORA – Processo nº 0026886-51.2015.8.16.0014 de Execução Fiscal da 2ª Vara de Execuções Fiscais desta Comarca. Executado: WALDIR HOGREFE. Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA/PR

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)WALDYR HOGREFE (CPF/CNPJ 115.301.549-87, e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.

- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 20 de Janeiro de 2020.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 59.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:**Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50%. da avaliação.

Autos nº. 0026905-72.2006.8.16.0014 - Execução Fiscal

0031214-19.2018.8.16.0014

Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) SENNA CONSTRUÇÕES LTDA. (CPF/CNPJ

77.515.351/0001-60)

End. Executado(a) (01) Rua Piauí nº 598, Centro— Londrina/PR - CEP 86010-909 Adv. Executado Elisangela Florêncio de Farias (OAB/PR 35.578) mov. 1.3 fls.

93

Depositário Fiel (1) DEPOSITÁRIO PÚBLICO DE LONDRINA

End. da Guarda (01) Rua: Aparecida F Piantini, Lote nº 25, Quadra nº13, Jardim

Planalto, Londrina/PR CEP: 86084-285

Penhora realizada 08/06/2017 (mov. 15.2 fls. 132)

Débito Primitivo R\$ 677.69 - 06/09/2007 (mov. 1.2 fls. 34) (26.905)

R\$ 3.077,24 - 09/07/2019 (mov. 64.2 fls. 214/215) (31.214)

Débito Atualizado R\$ 6.626,30 - 17/12/2019

Avaliação Primitiva R\$ 66.617,14 - 06/11/2017 (mov. 33.1 fls. 159/160)

Avaliação Atualizada R\$ 73.960,66 - 17/12/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.1/95.171 – PENHORA – extraído do Processo nº 0026905-72.2006.8.16.0014 de Execução Fiscal da 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina/Pr. Executada: SENA CONSTRUÇOES LTDA. Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA. Proprietária: ROYAL – LOTEADORA E INCORPORADORA LTDA.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)SENNA CONSTRUÇÕES LTDA. (CPF/CNPJ 77.515.351/0001-60), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão.
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 20 de janeiro de 2020.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 59.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

<u>FAZ SABER</u> a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local:Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, por lance não inferior ao valor da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:**Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0028442-06.2006.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)
End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 53.1 fls. 198)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) ROBERT TOSHIYUKI OTAKI (CPF/CNPJ 005.287.978-08)
End. Executado(a) (01) Rua Prof. João Cândido nº 1380, Apto 1504, Centro –
Londrina/PR. CEP 86.010-001 (mov. 53.1 fls. 198)

Adv. Executado Ana Carla da Costa Mendonça (OAB/PR. 36.329) (mov. 1.2 fls.

32).

Depositário Fiel (1) Depositário Público de Londrina

End. da Guarda (01) Av. das Américas nº 100, Ap. 302, bl. 01, Conj. Residencial

Vale do Cambezinho – Londrina/PR CEP 86.040-410 (mov. 53.1 fls. 198)

Penhora realizada 26/06/2018 (mov. 53.1 fls. 198)

Débito Primitivo R\$ 50,25 - 25/09/2018 (mov. 69.2 fls. 262)

Débito Atualizado R\$ 59,97 - 19/12/2019

 de costura, cozinha/área de serviço, banheiro e uma circulação, dentro das seguintes divisas e confrontações: Confrontando-se a frente (observador olhando de dentro do prédio para a entrada do mesmo) com o apartamento nº 301; lateral direita com o recuo junto a Av. das Américas; fundos com o lote de terras nº 02; lateral esquerda com a escada de acesso aos demais pavimentos e hall social. Cujo Edifício foi construído sobre o lote de terras nº 01, subdivisão do lote nº 40-E, da Gleba Ribeirão Cambé, deste Município e Comarca. Matricula nº 17.048 do 3ª CRI de Londrina/PR. Venda "Ad Corpus".

Avaliação Primitiva R\$ 63.138,62 - 25/09/2018 (mov. 69,3 fls. 262)

Avaliação Atualizada R\$ 65.787,31 - 19/12/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.1/17.048 – COMPRA E VENDA – Transmitente: CAIXA ASSISTÊNCIA E PENSÕES DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA – CAPSML – Adquirente: ROBERT TOSHIYUKI OTAKI e sua esposa EUZA EMIKO TAKAGI OTAKI.

R.5/17.048 – Protocolo nº 170.077 – PENHORA. Extraído dos autos nº 235/2001 de 5ª Vara Cível de Londrina/PR. Credor: CONJUNTO RESIDENCIAL VALE DO CAMBEZINHO I. Devedor: ROBERT TOSHIYUKI OTAKI.

R.10/17.048 – Protocolo nº 173.320 – CARTA DE ADJUDICAÇÃO. Transmitente: ROBERT TOSHIYUKI OTAKI e sua esposa EUZA EMIKO TAKAGI OTAKI. Adquirente: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA – COHAB-LD. Extraído dos autos de Execução Hipotecária nº 0012521-46.2002.8.16.0014 da 1ª Vara de Fazenda Pública de Londrina/PR.

R.11/17.048 – Protocolo nº 178.448 – PENHORA. Extraído dos autos nº 0028442-06.2006.8.16.0014 de execução Fiscal da 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina/PR. Executado: - ERT TOSHIYUKI OTAKI. Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA-PR. Proprietária: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA – COHABLD.

R.12/17048 - COMPRA E VENDA - Transmitente: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA - Adquirentes: THAISA MORAIS ALEXANDRE e EDNA DO ROSARIO MORAIS.

R.13/17.048 - hipoteca - Credora; COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA - Devedoras; THAISA MORAIS ALEXANDRE e EDNA DO ROSARIO MORAIS.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)ROBERT TOSHIYUKI OTAKI(CPF/CNPJ 005.287.978-08), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

OBSERVAÇÕES:

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 20 de janeiro de 2020.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 59.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local:Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:**Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0028522-18.2016.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)
End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 40.1 fl. 75)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) GEOESPAÇO - CONSTRUÇÃO CIVIL (CPF/CNPJ

01.954.501/0001-70)

End. Executado(a) (01) Rua Dr. Elias César, 140, Jdim Caiçaras, Londrina/PR CEP:

86015-640 (mov. 40.1 fl. 75)

Executado (a) (02) **ONICIO ALVES JUNIOR (CPF/CNPJ 330.805.349-72)**

End. Executado(a) (02) Rua Dr. Elias César, 140, Jdim Caiçaras , Londrina/PR CEP:

86015-640 (mov. 12.1 fl. 24)

Depositário Fiel (1) Depositário Público da Comarca

End. da Guarda (01) Rua Dr. Elias César, 140, Apto. 31, Ed. Coralina, Jdim

Caiçaras , Londrina/PR CEP: 86015-640 (mov. 74.1 fl. 129) Penhora realizada 13/02/2017 (mov. 31.1 fl. 57)

Débito Primitivo R\$ 2.611,60 - 14/09/2016 (mov. 22.1 fl. 40)

Débito Atualizado R\$ 4.043,86 - 07/01/2020

Avaliação Primitiva R\$ 230.000,00 - 29/08/2018 (mov. 74.1 fl. 129)

Avaliação Atualizada R\$ 241.729,35 - 07/01/2020

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.1/91.461 – PENHORA – Autos 0026405-98.2009.8.16.0014 – 7ª Vara Cível de Londrina – Exequente: EDIFICIO CORALINA – Executada: THAIS CRISTINA CUSTODIO CORDEIRO

R.2/91.461 - ARRESTO - Autos 0004963-37.2013.8.16.0014 - 1^a Vara de Execuções Fiscais de Londrina - Autor: MUNICIPIO DE LONDRINA - Réu: GEOESPAÇO - CONSTRUÇÃO CIVEL LTDA

R.3/91.461 – PENHORA – Autos 0028522-18.2016.8.16.0014 – 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina – Exequente: MUNICIPIO DE LONDRINA – Executado: GEOESPAÇO – CONSTRUÇÃO CIVEL LTDA

AV.4/91.461 – CONVERSÃO ARRESTO EM PENHORA – Autos 0004963-37.2013.8.16.0014 – 1ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina – Constante no R.2/91.461

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)GEOESPAÇO – CONSTRUÇÃO CIVIL (CPF/CNPJ 01.954.501/0001-70), ONICIO ALVES JUNIOR (CPF/CNPJ 330.805.349-72), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico <u>www.nakakogueleiloes.com.br</u>, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908,

- parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 20 de janeiro de 2020.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 59.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, por lance não inferior ao valor da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:**Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0030050-92.2013.8.16.0014 - Execução Fiscal

0026651-84.2015.8.16.0014 0044186-55.2017.8.16.0014

Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)
End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 61.1 fl.114)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) ROSECLEIA DE FÁTIMA VIZU (CPF/CNPJ 692.215.299-91) End. Executado(a) (01) Rua Paulo Roberto Martins , 150, Jardim Neman Sahyun , Londrina/PR CEP: 86041-274 (mov. 61.1 fl.114)

Adv. Executado Almir Rogério Ribeiro da Silva (OAB/PR 61.544) (mov.35.2 fl.

68)

Depositário Fiel (1) Depositário Público da Comarca

End. da Guarda (01) Rua Paulo Roberto Martins, 150, Jardim Neman Sahyun,

Londrina/PR CEP: 86041-274 (mov. 61.1 fl.114)

Penhora realizada 04/07/2016 (mov. 61.1fl. 115)

Débito Primitivo R\$ 1.624,21 - 13/01/2015 (mov. 27.1 fl. 51)

Débito Primitivo R\$ 4.249,90 - 08/11/2016 (mov. 30.1 fl. 60) (0026651) Débito Primitivo R\$ 2.398,87 - 27/06/2017 (mov. 1.1 fl. 03) (0044186)

Débito Atualizado R\$ 13.337,98 - 03/01/2020

Avaliação Primitiva R\$ 180.000,00 - 04/07/2016 (mov. 61.1 fl. 115)

Avaliação Atualizada R\$ 202.166,07 - 03/01/2020

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.3/28369 - PENHORA - Autos 0030050-92.2013.8.16.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina - Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA - Executado: ROSECLEIA DE FÁTIMA VIZU - Proprietária: IVANETE AFONSO

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)ROSECLEIA DE FÁTIMA VIZU (CPF/CNPJ 692.215.299-91), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;

- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 20 de janeiro de 2020.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 59.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

<u>FAZ SABER</u> a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:**Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0030165-16.2013.8.16.0014 - Execução Fiscal

0034878-97.2014.8.16.0014 0026015-84.2016.8.16.0014

Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 35.2 fl. 71)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) SANDY GALLIANO MORENO CASEMIRO (CPF/CNPJ

037.131.319-88)

End. Executado(a) (01) Av. Winston Churchill, 385, Fugman, Londrina/PR CEP: 86076-

180 (mov. 35.2 fl. 71)

Depositário Fiel (1) Depositário Público da Comarca

End. da Guarda (01) Rua Jerusalém , 180, Ap. 901, Portal do Lago , Londrina/PR

CEP: 86050-520 (mov. 35.1 fls. 69)

Penhora realizada 12/12/2016 (mov. 35.1 fl. 69)

Débito Primitivo R\$ 1.881,00 - 13/09/2017 (mov. 47.3 fl. 90)

Débito Primitivo R\$ 4.236,74 - 15/05/2017 (mov. 20.2 fl. 39) (34878) Débito Primitivo R\$ 3.930,57 - 16/09/2016 (mov. 18.1 fl. 33) (26015)

Débito Atualizado R\$ 14.881,79 - 26/12/2019

Avaliação Primitiva R\$ 440.000,00 - 09/01/2017 (mov. 35.1 fl. 70)

Avaliação Atualizada R\$ 487.604,49 - 26/12/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.4/64.235 – ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – Escritura Pública de Mútuo de Dinheiro com Obrigações e Alienação Fiduciária em Garantia de fls. 158, do Livro 477-N, do 4º Tabelionato local. Credora: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF. Devedores: ANDRÉ GALLIANO MORENO CASEMIRO e sua mulher PAOLA CHRISTINE DE ARAUJO VIDOTTI CASEMIRO. Interveniente/Anuente: SANDY GALLIANO MORENO CASIMIRO. R.5/64.235 – PENHORA – Autos nº 0030165-16.2013.8.16.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais Londrina/PR. Exequente. MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executado: SANDY GALLIANO MORENO CASIMIRO.

R.6/64.235 – PENHORA – Autos nº 0026015-84.2016.8.16.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais da Comarca de Londrina/PR. Exequente. MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executado: SANDY GALLIANO MORENO CASIMIRO.

R.7/64.235 – PENHORA – Autos nº 0024259-69.2018.8.16.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina/PR. Exequente. MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executado: SANDY GALLIANO MORENO CASIMIRO

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)SANDY GALLIANO MORENO CASEMIRO (CPF/CNPJ 037.131.319-88), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico <u>www.nakakogueleiloes.com.br</u>, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.

- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 20 de janeiro de 2020.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 59.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:** Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50%. da avaliação.

Autos nº. 0030522-88.2016.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 1.1 fls. 03)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) Cooperativa Hab. Bandeirantes de Londrina - COHABAN (CPF/CNPJ 76.329.549/0001-96)

End. Executado(a) (01) Rua Leontina da Conceição Gayon , 100, Apto. 404, Bloco 09,

Residencial Santos Dumont, Londrina/PR CEP: 86.037-140 (mov. 1.1 fls. 03)

Executado (a) (02) Flávia Alexandra Alvarenga Neves (CPF/CNPJ

020.532.109-74)

End. Executado(a) (02) Rua Leontina da Conceição Gyion , 68, Apto. 103, Bloco 16,

Ernani de Moura Lima, Londrina/PR CEP: 86.037-140 (mov. 1.1 fls. 03)

Depositário Fiel (1) Depositário Público da Comarca

End. da Guarda (01) Rua Leontina da Conceição Gayon, 100, Apto. 404, Bloco A

09, Residencial Santos Dumont, Londrina/PR (mov. 56.1 fl. 107) Penhora realizada 26/05/2017 – (mov. 31.1 fl. 64)

Débito Primitivo R\$ 1.669,89 - 28/09/2016 (mov. 22.1 fls. 46)

Débito Atualizado R\$ 2.546,49 - 02/12/2019

Avaliação Primitiva R\$ 36.000,00 - 17/04/2018 (mov. 56.2 fls. 109/110)

Avaliação Atualizada R\$ 38.870,54 - 02/12/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

Av.1/49.588 – ÔNUS ANTERIOR, HIPOTECA – registrada sob nº 6/4.092 RG, deste ofício a favor EMPRESA GESTORA DE ATIVOS – EMGEA e PENHORA registra sob nº 21/4.092 deste ofício, extraída dos autos 2008.70.01.000105-1, da 1ª Vara Federal de Londrina. Exequente: EMPRESA GESTORA DE ATIVOS – EMGEA executada: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA – COHABAN.

R.2/49.588 – PENHORA – Autos 0030522-88.2016.8.16.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais desta Comarca. - Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA - Executado: JOÃO CARLOS FIDELIS. Proprietária: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA – COHAB-LD.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)Cooperativa Hab. Bandeirantes de Londrina - COHABAN (CPF/CNPJ 76.329.549/0001-96), Flávia Alexandra Alvarenga Neves (CPF/CNPJ 020.532.109-74 e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que

as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

OBSERVAÇÕES:

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 20 de Janeiro de 2020.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 59.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local:Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, por lance não inferior ao valor da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:**Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 60% da avaliação.

Autos nº. 0030877-45.2009.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) ESTADO DO PARANÁ (CPF/CNPJ 76.416.940/0001-28)

End. Exequente Av.Santos Dumont, 1187- Londrina/PR - CEP 86010-450 (mov.

1.1 fl. 03)

Adv. Exeguente MARCOS MASSASHI HORITA (OAB/PR 48.119)

Executado (a) (01) I.M.EL SAYED & FILHOS LTDA. (LOKAU JEANS)

(CPF/CNPJ 82.480.666/0001-59)

End. Executado(a) (01) Rua professor João Candido (mov. 1.1 fl. 03), 239, Centro,

Londrina/PR CEP: 86.010-000 (mov. 1.1 fl. 03) Depositário Fiel (1) Kleiton Robson Bifon

End. da Guarda (01) Rua professor João Candido, 239, Centro, Londrina/PR CEP:

86010-000 (mov. 22.1 e 22.2 fls. 136/137)

Penhora realizada 16/02/2019 (mov. 22.1 e 22.2 fls. 136/137) Débito Primitivo R\$ 5.009,90 - 30/08/2019 (mov. 9.1 fl. 110)

Débito Atualizado R\$ 5.258,72 - 26/12/2019

tamanhos: P ao GG, slin fit, referencia 10.601. Valor cada uma em R\$ 60,00.

Avaliação Primitiva R\$ 6.000,00 - 16/02/2019 (mov. 22.1 e 22.2 fls. 136/137)

Avaliação Atualizada R\$ 6.228,18 - 26/12/2019

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)I.M.EL SAYED & FILHOS LTDA. (LOKAU JEANS) (CPF/CNPJ 82.480.666/0001-59), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública,

independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico <u>www.nakakogueleiloes.com.br</u>, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 20 de janeiro de 2020.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 59.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

<u>FAZ SABER</u> a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local:Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, por lance não inferior ao valor da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:**Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 60% da avaliação.

Autos nº. Vara Exequente (01) End. Exequente 1.1 fl. 03) 0031013-42.2009.8.16.0014 - Execução Fiscal

2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

ESTADO DO PARANÁ (CPF/CNPJ 76.416.940/0001-28)

Av. Santos Dumont, 1187- Londrina/PR - CEP 86010-450 (mov.

Adv. Exequente MARCOS MASSASHI HORITA (OAB/PR 48.119) Executado (a) (01) EZEQUIEL BALBINO DOS SANTOS FI (CPF/CNPJ 00.796.591/0001-55) Rua José da Silva, 200, Jardim Taborda, Londrina/PR CEP: End. Executado(a) (01) 86.042-280 (mov. 1.1 fl. 03) Depositário Fiel (1) Ezequiel Balbino dos Santos End. da Guarda (01) Rua José da Silva, 200, Jardim Taborda, Londrina/PR CEP: 86.042-280 (mov. 1.2 fl. 49) Penhora realizada 13/11/2012 (mov. 1.2 fls. 49) Débito Primitivo R\$ 4.694,18 - 28/06/2017 (mov. 25.1 fl. 108) R\$ 6.787.92 - 26/12/2019 **Débito Atualizado** Qualificação do(s) Bem (01)R\$ 1.097,07 Uma mesa de base "H", com tampão de vidro transparente de 10mm de espessura, medindo 1,70m x 0,90m, estrutura de madeira Maciça fabricação exclusiva, estando em bom estado. Qualificação do(s) Bem (02)R\$ 1.448,13 06 (seis) Cadeiras em madeira maciça, com encosto frisados, assentos estofados, fabricação exclusiva, estando em bons estados. Preço unitário R\$ 220,00. Qualificação do(s) Bem (03)R\$ 877,66 Um balção de madeira maciça, com quatro portas, com acabamentos, fabricação exclusiva, estando em bom estado. Avaliação Primitiva Bem (01)R\$ 1.000,00 - 23/01/2018 (mov. 29.1 fls. 115/116) Avaliação Primitiva Bem (02) R\$ 1.320,00 - 23/01/2018 (mov. 29.1 fls. 115/116)

Avaliação Primitiva Bem (03) R\$ 800,00 - 23/01/2018 (mov. 29.1 fls. 115/116)

Avaliação Atualizada R\$ 3.422,86 - 26/12/2019

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)EZEQUIEL BALBINO DOS SANTOS FI (CPF/CNPJ **00.796.591/0001-55)**, e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;

- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 20 de janeiro de 2020.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 59.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

<u>FAZ SABER</u> a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local:Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:**Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0031173-52.2018.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 58.1 fl. 106)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) **ANDRÉ LUIZ DUTRA (CPF/CNPJ 778.487.309-30)**

End. Executado(a) (01) Rua Samuel Moura, 919, Judith, Londrina/PR CEP: 86065-140

(mov. 58.1 fl. 106)

Depositário Fiel (1) Depositário Público da Comarca

End. da Guarda (01) Rua Haroldo de Freitas, 30, Bairro Jardim Império do Sol,

Londrina/PR CEP: 86072-360 (mov. 46.1 fl. 86)

Penhora realizada 27/09/2018 (mov. 25.1 fl. 48)

Débito Primitivo R\$ 2.062,63 - 20/09/2018 (mov. 23.2 fl. 44)

Débito Atualizado R\$ 2.469,26 - 10/12/2019

Data de terras sob nº 09/A (nove/A), da quadra nº 02 (dois), com área de 154,62 metros quadrados, da subdivisão da data nº 09, que media no seu todo 311,56 m2, este da subdivisão de uma área maior que media 1.138,94 m2, este constituída pelas datas sob nºs 09, 10 e 11, que mediam 364,22 m2, 383,85 m2, 390,87 m2 respectivamente, todas da mesma quadra, situada no JARDIM IMPÉRIO DO SOL, nesta cidade, da subdivisão do lote nº 333/332/A parte da Gleba Ribeirão Jacutinga, neste Município e Comarca. Dentro das seguintes divisas e confrontações: A Nordeste: com a data 02 com 7,05m; A Leste: com a data 08 cm 22,15m; A Sudoeste: com a Rua Aroldo de Freitas com 6,98m; A Oeste: com data 09B com 22,495m. BENFEITORIAS: A área construída de 123,67m2, sendo residência sobrado e composta de, na parte superior três dormitórios, sendo uma suíte frontal com sacada, banheiro social, escada, no piso térreo contendo lavabo, cozinha, duas salas, área de serviços gerais/lavanderia e varanda ao fundos com quintal, na parte frontal garagens, quintal, portão de acesso com acionamento eletrônico, cerca elétrica, imóvel vazio/inabitado, estando em mau estado de conservação. Matricula nº 54.238 do 2º CRI de Londrina/PR. Venda "Ad Corpus".

Avaliação Primitiva R\$ 210.000,00 - 31/07/2019 (mov. 46.1 fls. 86/87)

Avaliação Atualizada R\$ 212.149,08 - 10/12/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.3/54.238 – PENHORA – Processo nº 0031173-52.2018.8.16.0014 2ª Vara de Execuções Fiscais desta Comarca. Exequente. MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executada. ANDRÉ LUIZ DUTRA.

R.4/54.238 – PENHORA – Processo nº 0036853-86.2016.8.16.0014 - 1ª Vara de Execuções Fiscais desta Comarca. Exequente. MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executada. ANDRÉ LUIZ DUTRA.

R.5/54.238 - PENHORA - Processo nº 0037666-84.2014.8.16.0014 - 1ª Vara de Execuções Fiscais desta Comarca. Exequente. MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executada. ANDRÉ LUIZ DUTRA.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)ANDRÉ LUIZ DUTRA (CPF/CNPJ 778.487.309-30), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e

- baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário. Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO

NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA,Londrina, 20 de janeiro de 2020.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 59.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

<u>FAZ SABER</u> a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:**Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. Vara Exequente (01) 01.613.167/0001-90) 0032997-90.2011.8.16.0014 - Execução Fiscal 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR MUNICÍPIO DE TAMARANA/PR

(CPF/CNPJ

End. Exequente Rua Izaltino José Silvestre, 643, Centro, Tamarana/PR CEP:

86.125-000 (mov. 40.2 fls. 105)

Adv. Exequente Sávio Araújo de Lemos Silva (OAB/PR. 61.361) e Jéssica Cris

Afonso (OAB/PR. 96.661) (fl. 01)

Executado (a) (01) **JOSÉ JUNY (CPF/CNPJ 024.528.399-49)**

End. Executado(a) (01) Rua Caingas, 188, Vila Ziober, Londrina/PR CEP:: 86026-150

(mov. 40.2 fls. 105)

Adv. Executado Thiago Caversan Antunes (OAB/PR. 38.469) e Angelita

Caroliny Vilela Salvador (OAB/PR. 79.939) (mov. 40.2 fl. 105) Depositário Fiel (1) Depositário Público da Comarca

End. da Guarda (01) Avenida Jose Fabiano, Esq. c/ Saladmo Prestes, Jardim Juny,

Tamarana/PR CEP: 86.125-000 (mov. 23.2 fls. 69)

Penhora realizada 13/12/2017 (mov. 32.1 fl. 86)

Débito Primitivo R\$ 6.212,26 - 10/07/2017 (mov. 23.2 fl. 69)

Débito Atualizado R\$ 8.944,82 - 13/12/2019

Avaliação Primitiva R\$ 75.000,00 - 16/08/2019 (mov. 73.2 fl. 196)

Avaliação Atualizada R\$ 75.838,02 - 13/12/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.1/50.072 – PENHORA – Autos nº 0032977-90.2011.8.16.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina. Exequente. MUNICÍPIO DE TAMARANA. Executada. JOSÉ JUNY.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es) JOSÉ JUNY (CPF/CNPJ 024.528.399-49), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

OBSERVAÇÕES:

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico <u>www.nakakogueleiloes.com.br</u>, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 20 de janeiro de 2020.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 59.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

<u>FAZ SABER</u> a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:**Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0034691-21.2016.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 1.1 fl. 03)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) TEIXEIRA E HOLZMANN LTDA. (CPF/CNPJ

00.883.622/0001-05)

End. Executado(a) (01) Rua Montevideo, 20, Parque Guanabara, Londrina/PR CEP:

86.050-020 (mov. 1.1 fl. 03)

Depositário Fiel (1) Depositário Público da Comarca

End. da Guarda (01) Av. Robert Kock, s/nº (+ - 1.080), Gonden Park Residence,

Londrina/PR CEP: 86038-350 (mov. 47.1 fl. 90)

Penhora realizada 09/02/2017 (mov. 22.1 fl. 38)

Débito Primitivo R\$ 3.807,42 - 09/05/2016 (mov. 1.1 fl. 03)

Débito Atualizado R\$ 6.204,13 - 11/12/2019

Avaliação Primitiva R\$ 300.000,00 - 29/01/2018 (mov. 47.1 fls. 90/91)

Avaliação Atualizada R\$ 328.863,34 - 11/12/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.3/33.376 – CÉDULA DE CREDITO BANCÁRIO – Título, Instrumento Particular de Cédula de Crédito Bancário Mútuo nº 000011761/11. Credor: BANCO BVA S/A. Emitente/fiduciante: TEIXEIRA & BOLTZMANN. Avalistas: MARCOS FABIAN HOLTZMANN e IVANA ZELINDA TEIXEIRA BOLTZMANN.

R.5/33.376 – ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – Instrumento particular de Constituição de Alienação Fiduciária em Garantia – Bem Imóvel nº 000011761/11. Credor: BANCO BVA S/A. Emitente/fiduciante: TEIXEIRA & HOLTZMANN. Avalistas: MARCOS FABIAN HOLTZMANN e IVANA ZELINDA TEIXEIRA HOLTZMANN.

R.7/33.376 – PENHORA – extraído do Processo nº 0034691-21.2016.8.16.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais desta Comarca de Londrina/Pr. Exequente. MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executada: TEIXEIRA & HOLTZMANN LTDA.

R.8/33.376 – PENHORA – Processo nº 48161-90.2014.8.16.0014 - 10ª Vara Cível Comarca de Londrina/Pr. Exequente. FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISETORIAL ITÁLIA. Executados: TEIXEIRA & HOLZMANN LTDA., IVANA ZELINDA TEIXEIRA HOLZMANN e MARCOS FABIANO HOLZMANN.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)TEIXEIRA E HOLZMANN LTDA. (CPF/CNPJ 00.883.622/0001-05), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico <u>www.nakakogueleiloes.com.br</u>, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.

- O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 20 de janeiro de 2020.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 59.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

<u>FAZ SABER</u> a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:**Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. Vara 0034820-70.2009.8.16.0014 - Execução Fiscal 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 1.1 fls. 03)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) ESPÓLIO DE JOSÉ LUCAS CRUVINEL (REPR. POR SONIA MARIA RIBEIRO CRUVINEL) (CPF/CNPJ 209.988.569-91)

End. Executado(a) (01) Av. Odilon Borges de Carvalho, 776, Jdim. Sangri-la ,

Londrina/PR CEP: 86.070-090 (mov. 1.1 fls. 03)

Adv. Executado Aline Daniele Ribeiro (OAB/SP 74.717) (mov.18.1 fl. 85)

End. da Guarda (01) Av. Odilon Borges de Carvalho, 776, Jdim. Sangri-la .

Londrina/PR CEP: 86.070-090 (mov. 7.1 fls. 64)

Penhora realizada 20/11/2015 (mov. 7.1 fls. 64)

Débito Primitivo R\$ 1.218,16 - 18/03/2015 (mov. 1.2 fls. 51)

Débito Atualizado R\$ 2.410,96 - 05/12/2019

Avaliação Primitiva R\$ 255.000,00 - 20/11/2015 (mov. 7.1 fls. 65)

Avaliação Atualizada R\$ 303.529,10 - 05/12/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.4/8.428 – PENHORA – Autos nº 0034820-70.2009.8.16.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais desta Comarca. Executado: ESPÓLIO DE JOSÉ LUCAS CRUVINEL. Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA/PR.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)ESPÓLIO DE JOSÉ LUCAS CRUVINEL (REPR. POR SONIA MARIA RIBEIRO CRUVINEL)(CPF/CNPJ 209.988.569-91), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

OBSERVAÇÕES:

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico <u>www.nakakogueleiloes.com.br</u>, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 20 de janeiro de 2020.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 59.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:**Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0043792-82.2016.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 1.1 fl. 03)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) TELMA DOS SANTOS VALENTIM (CPF/CNPJ 033.531.119-

99)

End. Executado(a) (01) Rua Manoel Canuto Gouveia Filho, 223, Jardim Primavera,

Londrina/PR CEP: 86.086-510 (mov. 1.1 fl. 03)

Depositário Fiel (1) Depositário Público da Comarca

End. da Guarda (01) Rua Manoel Canuto Gouveia Filho, 223, Jardim Primavera,

Londrina/PR CEP: 86.086-510 (mov. 44.1 fl. 74)

Penhora realizada 01/11/2018 (mov. 44.1 fl. 74)

Débito Primitivo R\$ 435,51 - 22/03/2017 (mov. 15.2 fl. 29).

Débito Atualizado R\$ 637,51 - 23/12/2019

Avaliação Primitiva R\$ 90.000,00 - 05/08/2019 (mov. 63.1 fls. 111/112)

Avaliação Atualizada R\$ 90.942,62 - 23/12/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.4/62.845 – PENHORA – Processo nº 0043792-82.2016.8.16.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais desta Comarca. Exequente. MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executada. TELMA DOS SANTOS VALENTIM.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)TELMA DOS SANTOS VALENTIM (CPF/CNPJ 033.531.119-99), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908,

- parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário. Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 20 de janeiro de 2020.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 59.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local:Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, por lance não inferior ao valor da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:**Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº.

0040090-02.2014.8.16.0014 0043056-64.2016.8.16.0014

Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) Município de Londrina (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 28.2 fls. 55)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) ANGELA MASSONI DE SOUZA (CPF/CNPJ 330.133.579-91)

End. Executado(a) (01) Praça Gabriel Martins, nº 39, Apto. 1301, Edifício Caminhoto -

Centro- Londrina/PR CEP 86.010-010 (mov. 28.2 fls. 55)

Adv. Executado Guilherme de Almeida Rego Okuno(OAB/PR 70.111)(mov.

28.2, fls. 35) Thiago Brunetti Rodrigues (OAB/PR 51.965) e Alan Oliveira Dantas de Souza

(OAB/PR 51.172) (mov. 68.1 fls. 133)

Depositário Fiel (1) Ângela Massoni de Souza

End. da Guarda (01) Rua: Estoril, s/nº, São Francisco de Assis, Londrina/PR CEP:

86067-110 (mov. 41.2 fl. 92)

Penhora realizada 13/07/2016 (mov. 41.2 fl. 92)

Débito Primitivo R\$ 2.110,96 - 23/10/2019 (mov.141.2 fls. 307/308) Débito Primitivo R\$ 1.737,56 - 05/04/2015 (mov. 22.2 fl. 39) (40090) Débito Primitivo R\$ 811,70 - 15/06/2016 (mov. 1.1 fl. 03) (43056)

Débito Atualizado R\$ 6.907,52 - 07/01/2020

Avaliação Primitiva R\$ 160.000,00 - 13/07/2016 (mov. 41.2 fls. 92)

Avaliação Atualizada R\$ 179.638,01 - 07/01/2020

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.9/10.158 - COMPRA E VENDA - Adiquirente: ANGELA MASSONI DE SOUZA e SUELI APARECIDA DE SOUZA

R.10/10.158 — PENHORA — Autos nº 0056153-39.2013.8.16.0014 da 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina. EXECUTADO — Ângela Massoni de Souza — EXEQUENTE — Município de Londrina.

R.11/10.158 – Arresto – Executada: Angela Massoni de Souza – Exequente Município de Londrina. Da 1ª Vara de Execuções Fiscais da Comarca de Londrina/PR referente ao Processo nº 0034666-08.2016.8.16.0014.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)ANGELA MASSONI DE SOUZA(CPF/CNPJ 330.133.579-91), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente

serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

OBSERVAÇÕES:

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 20 de janeiro de 2020.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 59.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

<u>FAZ SABER</u> a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:**Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0059420-48.2015.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LÓNDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)
End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 10.1 fl. 20)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) SERGIO HENRIQUE DE OLIVEIRA (CPF/CNPJ

078.412.708-52)

End. Executado(a) (01) Rua Serra Grande, 360, Jardim Bandeirantes , Londrina/PR

CEP: 86065-320 (mov. 10.1 fl. 20)

Adv. Executado Letícia Maçolla (OAB/PR. 97.317), Diogo Maia Rocha da Silva

(OAB/PR. 69.119) e William Maia Rocha da Silva (OAB/PR.45.182) (mov. 48.3 fl. 100)

Depositário Fiel (1) Depositário Público da Comarca

End. da Guarda (01) Rua Mário Sérgio Carmagnani, 355, Residencial Bernardo

Trindade , Londrina/PR CEP: 86037-380 (mov. 62.1 fl. 137 Penhora realizada 26/04/2017 (mov. 28.1 fl. 53) Débito Primitivo R\$ 1.290,82 - (mov. 40.2 fl. 80) Pébito Atualizado R\$ 1.842,41 - 16/12/2019

Avaliação Primitiva **Avaliação Atualizada**

R\$ 130.000,00 - 06/08/2018 (mov. 62.1 fl. 137)

R\$ 136.974,14 - 16/12/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.3/37.524 – ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – Contrato sob nº 855550971094 por Instrumento Particular de Compra e Venda de Unidade Isolada e Mútuo com Obrigações e Alienação Fiduciária. Credora: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF. Devedores: SÉRGIO HENRIQUE DE OLIVEIRA e sua mulher ADRIANA LEME DE OLIVEIRA.

R.5/37.524 – PENHORA – Autos nº 0059420–48.2015.8.16.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais – Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina. Exequente. MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executado. SÉRGIO HENRIQUE DE OLIVEIRA.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)SERGIO HENRIQUE DE OLIVEIRA (CPF/CNPJ 078.412.708-52), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.

- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 20 de janeiro de 2020

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 59.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

<u>FAZ SABER</u> a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local:Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda

a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0061433-83.2016.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 58.2 fl. 110)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA - COHAB-LD

(CPF/CNPJ 78.616.760/0001-15)

End. Executado(a) (01) Rua Pernambuco, 1002, Centro , Londrina/PR CEP: 86020-120

(mov. 58.2 fl. 110)

Adv. Executado Denise Teixeira Rebello (OAB/PR 13.891), Ludmeire Camacho (OAB/PR. 27.735), Rômulo Henrique Perim Alvarenga (OAB/PR 43.334) e Juliana Estrofe Beleze (OAB/PR 37.045) (mov. 58.2 fl. 110)

Executado (a) (02) ESPÓLIO DE VICENTE DOS REIS (REPR. POR CLAUDIA DOS REIS BARATTO (CPF/CNPJ 064.974.628-72)

End. Executado(a) (02) Rua Joaquim Teixeira Leite, 342, Conj. Hab. Presidente, Itamati

, Londrina/PR CEP: 86.061-260 (mov. 63.1 fl. 148)

Adv. Executado Douglas Guergolette Alfieri (OAB/PR. 75.651) e Danilo Tragino

da Silva (OAB/PR. 76.776 (mov. 63.2 fl. 149)

Depositário Fiel (1) Depositário Público da Comarca

End. da Guarda (01) Rua Joaquim Teixeira Leite, 342, Conj. Hab. Presidente,

Itamati , Londrina/PR CEP: 86.061-260 (mov. 11.1 fl. 25) Penhora realizada 06/02/2018 (mov. 20.1 fl. 39)

Débito Primitivo R\$ 6.352,30 - 09/09/2016 (mov. 1.1 fl. 3)

Débito Atualizado R\$ 9.825,29 - 16/12/2019

Londrina/PR. Venda Ad Corpus"

Avaliação Primitiva R\$ 330.000,00 - 27/08/2019 (mov. 52.1 fl. 98)

Avaliação Atualizada R\$ 333.918,49 - 16/12/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

Av.15.625/A – ÔNUS – fica averbado o ônus existente na data da matrícula do imóvel a saber: Hipoteca – Registro 1/1809 do livro 02, Cartório R.1.1º.

R.4/15.625 – PENHORA – Autos nº 0076032 – 03.2011.8.16.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina/PR. Exequente. MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executado: ESPÓLIO DE VICENTE DOS REIS.

R.5/15.625 – PENHORA – Autos nº 0061433 – 83.2016.8.16.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais da Comarca de Londrina/PR. Exequente. MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executados: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA – COHA-LD. e VICENTE DOS REIS.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s)

bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA – COHAB-LD(CPF/CNPJ 78.616.760/0001-15), ESPÓLIO DE VICENTE DOS REIS (REPR. POR CLAUDIA DOS REIS BARATTO (CPF/CNPJ 064.974.628-72), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico <u>www.nakakogueleiloes.com.br</u>, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil. na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.

- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 20 de janeiro de 2020.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 59.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, por lance não inferior ao valor da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:**Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0072562-17.2018.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICÍPIO DE CAMBÉ (CPF/CNPJ 75.732.057/0001-84)
End. Exequente Rua Otto Gaertner, 65 – Cambé – PR – CEP: 86181-300 (mov.

1.11fl. 17)

Adv. Exequente Marcos de Morais (OAB/PR 49.694)

Executado (a) (01)

End. Executado(a) (01)

BRUNO YWAO MORIKAWA (CPF/CNPJ 360.427.309-91)

Rua Adriano Marino Gomes nº 580— Londrina/PR. CEP

86.041-540 (mov. 1.11fls. 17)

Depositário Fiel (1) Bruno Ywao Morikawa (CPF 360.429.309-91)

End. da Guarda (01) Rua Adriano Marino Gomes, 580, Parque Res. Joao Piza,

Londrina/PR CEP: 86041-540 (mov. 1.11fl. 17)

Penhora realizada 21/03/2015 (mov. 1.1fl. 16)

Débito Primitivo R\$ 17.255,26 - 10/09/2018 (mov. 1.4fls. 06/07).

Débito Atualizado R\$ 20.728.78 - 17/12/2019

Avaliação Primitiva R\$ 26.000,00 - 21/03/2015 (mov. 1.1 fls. 16)

Avaliação Atualizada R\$ 33.272,81 - 17/12/2019

- DÉBITOS DETRAN - R\$ 1.199.75 - ATÉ 17/12/2019

- ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – RESTRIÇÃO BAIXADA (QUITADA)

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es) BRUNO YWAO MORIKAWA(CPF/CNPJ 360.427.309-91), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico <u>www.nakakogueleiloes.com.br</u>, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.

- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 20 de janeiro de 2020.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 59.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

<u>FAZ SABER</u> a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a

venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:** Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0078748-66.2012.8.16.0014 - Execução Fiscal

0053794-43.2018.8.16.0014

Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)
End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov.72.1 fl. 140)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) **SIVALDO DAL RY (CPF/CNPJ 174.191.409-44)**

End. Executado(a) (01) Rua Alice Sumiko Okajima, 262, Antares, Londrina/PR CEP:

86036-580 (mov.72.1 fl. 140)

Depositário Fiel (1) Depositário Público da Comarca

End. da Guarda (01) Rua Alice Sumiko Okajima, 262, Antares, Londrina/PR CEP:

86036-580 (mov. 37.2 fls. 86)

Penhora realizada 09/02/2017 (mov. 37.2 fls. 86)

Débito Primitivo R\$ 3.291,18 - 29/04/2013 (mov. 13.1 fls. 26)

R\$ 1.933,29 - 31/07/2018 (mov. 1.1 fls. 03) (53794)

Débito Atualizado R\$ 10.849,25 - 10/12/2019

Avaliação Primitiva R\$ 180.000,00 - 09/02/2017 (mov. 37.2 fls. 86)

Avaliação Atualizada R\$ 198.762,76 - 10/12/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.8/25.646 – PENHORA – autos nº 0078748-66.2012.8.16.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina. Exequente. MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executada. SILVALDO DAL RY.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)SIVALDO DAL RY (CPF/CNPJ 174.191.409-44) e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com

a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

OBSERVAÇÕES:

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico <u>www.nakakogueleiloes.com.br</u>, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 20 de Janeiro de 2020.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

E0014EF002 54 59.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

<u>FAZ SABER</u> a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local:Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:**Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0081913-24.2012.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)
End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 13.1 fls. 29)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) PRYSCILLA PODESTA ROMERO (CPF/CNPJ 879.938.309-

82)

End. Executado(a) (01) Av. Onze de Maio, 1533, Vila Formosa, Presidente

Prudente/SP CEP: 19.050-050 (mov. 13.1 fls. 29)

Depositário Fiel (1) Depositário Público da Comarca

End. da Guarda (01) Rodovia Celso Garcia Cid, 815, Jardim Sabará, Londrina/PR

CEP: 86066-230 (mov. 99.1 fls. 170)

Penhora realizada 21/02/2017 (mov. 67.1 fls. 122)

Débito Primitivo R\$ 7.646,51 - 01/04/2014 (mov. 32.1 fls. 66)

Débito Atualizado R\$ 17.299,73 - 09/12/2019

Avaliação Primitiva R\$ 440.000,00 - 11/12/2018 (mov. 99.1 fls. 170/171)

Avaliação Atualizada R\$ 459.422,35 - 09/12/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.3/36.484 – PENHORA - Processo nº 2000.90480-8 – 10ª Vara Seção Judiciária do Distrito Federal . Requerente: JUSTIÇA FEDERAL- Requerido: MARCELO MOACIR BORELLI

R.4/36.484 – PARTILHA - Processo nº 58/2001 – Juízo de Direto da Comarca de Centenário do Sul/PR - Adquirente: PRYSCILA PODESTA ROMERO – Transmitente: MARCELO MOACIR BORELI

R.5/36.484 – PENHORA - Processo nº 81913-24.2012.8.18.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais desta Comarca de Londrina. Exequente: MUNICIPIO DE LNDRINA. Executada: PRYCILA PÓDESTA ROMERO.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)PRYSCILLA PODESTA ROMERO (CPF/CNPJ 879.938.309-82), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico <u>www.nakakogueleiloes.com.br</u>, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;

- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão.
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 20 de janeiro de 2020.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 59.DOC

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:**Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50%. da avaliação.

Autos nº. 0086548-14.2013.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 1.1 fls. 03)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) **OLÍCIO GONÇALVES (CPF/CNPJ 278.122.009-49)**

End. Executado(a) (01) Rua Dolores Garcia Nieiro, 235, Jardim Monte Belo ,

Londrina/PR CEP: 86.041-600 (mov. 1.1 fls. 03)

Depositário Fiel (1) Depositário Público da Comarca

End. da Guarda (01) Rua Dolores Garcia Nieiro, 235, Jardim Monte Belo,

Londrina/PR CEP: 86.041-600 (mov. 46.1 fls. 94)

Penhora realizada 09/03/2017 (mov. 30.1 fl. 60)

Débito Primitivo R\$ 3.637,24 - 13/01/2015 (mov. 22.1 fl. 45)

Débito Atualizado R\$ 7.461,27 - 05/12/2019

Avaliação Primitiva R\$ 298.900,00 - 11/06/2018 (mov. 46.1 fls. 94)

Avaliação Atualizada R\$ 317.050,93 - 05/12/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.3/17.576 – PENHORA – Autos 0086548-14.2013.8.16.0014 – 2ª VARA DE EXECUÇÕES FISCAIS DE LONDRINA – Exequente: MUNICIPIO DE LONDRINA – Executado: OLICIO GONÇALVES

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es) OLÍCIO GONÇALVES (CPF/CNPJ 278.122.009-49), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação

e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

OBSERVAÇÕES:

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 01 de Janeiro de 2020.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 59.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

<u>FAZ SABER</u> a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local:Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:**Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0088679-59.2013.8.16.0014 - Execução Fiscal

0036290-92.2016.8.16.0014

Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)
End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov. 43.1 fl. 73)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) ENIO ANGELO INOCENTE (CPF/CNPJ 326.372.769-91)
End. Executado(a) (01) Av. da Liberdade , 930, Vila Antônio Benzoni Vicentini –,

Londrina/PR CEP: 86.077-180 (mov. 43.1 fl. 73)

Depositário Fiel (1) Depositário Público da Comarca

End. da Guarda (01) Av. da Liberdade , 930, Vila Antônio Benzoni Vicentini ,

Londrina/PR CEP: 86077-080 (mov. 85.2 fls. 142)

Penhora realizada 28/11/2018 (mov. 85.2 fl. 142)

Débito Primitivo R\$ 7.782,24 - 10/10/2019 (mov. 119.3 fls. 211/216)

Débito Primitivo R\$ 9.699,62 - 10/10/2019 (mov. 119.2 fls. 207/210) (36290)

Débito Atualizado R\$ 17.993,97 - 13/12/2019

Qualificação do(s) Bem (01)R\$ 606.315,57 Lote de terras sob nº 15 (quinze), da quadra nº 04 (quatro), medindo a área de 360,87 metros quadrados, situada na VILA ANTONIO BENZONI VICENTINI, nesta cidade, da subdivisão do lote nº 25/3, este por sua vez da subdivisão do lote nº 25, da Gleba Ribeirão Jacutinga, neste Município e Comarca, dentro das seguintes divisas e confrontações: Frente para a rua 1, com 17,86 metros; Frente para a Av. da Liberdade, com 9,23 metros, na confluência da Rua 1 com a Avenida da Liberdade, fazendo esquina numa curva de 9,55 metros; de um lado com a data nº 14, com 15,00 metros; de outro lado com a data nº 16 com 23,24 metros. BENFEITORIAS: Edificação aproximada de 350m2, sendo 02 edificações distintas, na frente do imóvel foi edificado um sobrado com dois pavimentos medindo 14 x 10 metros cada, totalizando 280 metros quadrados de construção em sua parte inferior contendo sala comercial com 02 portas de ferro, dois banheiros e em sua parte superior utilizada como residência contendo 03 quartos, banheiro social, cozinha, sala e área de serviço, garagem, construção com acabamento mediano em bom estado de conservação. Nos fundos do terreno foi edificada uma edícula de aproximadamente 70 metros quadrados, contendo dois guartos, sala, cozinha, banheiro e garagem, construção com acabamento simples, igualmente em bom estado de conservação. Matricula nº 49.581 do 2º CRI de Londrina/PR. Venda "Ad Corpus".

Avaliação Primitiva R\$ 600.000,00 - 23/09/2019 (mov. 114.1 fl. 200)

Avaliação Atualizada R\$ 606.315,57 - 13/12/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.4/49.581 – PENHORA – Processo nº 0088679-59.2013.8.16.0014 e apenso 0036290-92.2016.8.16.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais desta Comarca. Exequente. MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executado. ENIO ANGELO INOCENTE.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)ENIO ANGELO INOCENTE (CPF/CNPJ 326.372.769-91), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

OBSERVAÇÕES:

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 20 de janeiro de 2020.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 59.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

<u>FAZ SABER</u> a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 03 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na Local:Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, por lance não inferior ao valor da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020 às 09:30, que se realizará na **Local:**Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Autos nº. 0031150-77.2016.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA – COHAB LD (CPF/CNPJ 78.616.760/0001-15)

End. Executado(a) (01) Rua Pernambuco , 1005, Centro, Londrina/PR CEP: 86.020-

121

Adv. Executado Denise Teixeira Rebello (OAB/PR 13.891), Rômulo Henrique Perim Alvarenga (OAB/PR 43.334 e Juliana Estrope Beleze (OAB/PR 27.045) (mov.58.2 fl. 113)

Executado (a) (02) ESPÓLIO DE MARIA JOSÉ PADILHA MOURA (REPR. LEONICE MARQUES DE MOURA) (CPF/CNPJ 638.805.049-20)

End. Executado(a) (02) Av. Jamil Scaff, 43, Cj. Hab. Alexandre Urbanas, Londrina/PR

CEP: 86.037-000 (mov. 1.1 fl. 03)

Depositário Fiel (1) Depositário Público da Comarca

End. da Guarda (01) Av. Jamil Scaff , 43, Cj. Hab. Alexandre Urbanas, Londrina/PR

CEP: 86.037-000 (mov. 44.2fl. 88)

Penhora realizada 23/02/2017(mov. 35.1fl. 62)

Débito Primitivo R\$ 1.617,27 - 13/09/2016 (mov. 22.1fl. 40)

Débito Atualizado R\$ 2.504,85 - 20/12/2019

Avaliação Primitiva R\$ 180.000,00 - 27/06/2017 (mov. 44.2 fl. 88)

Avaliação Atualizada R\$ 201.016,26 - 20/12/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

AV.1/16.669 – AV. DOS ÔNUS ANTERIORES: , de acordo com o Art, 230 da Lei dos Regisros Públicos , fica averbadio os ônus anteriores que pesam sobre o imóvel, são os contantes da Av. 1.15.920.

R.3/16.669 — PENHORA — Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA; Executada: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA — COHAB LD — Autos 0031150-77.2016.8.16.0014 — 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina.

R.4/16.669 – PENHORA – Autos 0070289-65.2018.8.16.0014 – 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina – Exequente: MUNICIPIO DE LONDRINA PR – Executado: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA-COHAB-LD e ESPÓLIO DE MARIA JOSÉ PADILHA MOURA

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA – COHAB LD(CPF/CNPJ 78.616.760/0001-15), ESPÓLIO DE MARIA JOSÉ PADILHA MOURA (REPR. LEONICE MARQUES DE MOURA) (CPF/CNPJ 638.805.049-20), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

OBSERVAÇÕES:

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 02 de janeiro de 2020.

LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL
LE0014EF002 54 59.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 03 de março de 2020às 09:30, que se realizará na Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA:Dia 13 de março de 2020às 09:30, que se realizará na **Local:**Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangri-Lá, Londrina - Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50%. da avaliação.

Autos nº. 0030246-04.2009.8.16.0014 - Execução Fiscal Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina-PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)
End. Exequente Av. Duque de Caxias nº 735, Centro Cívico - Jardim Mazzei II -

Londrina/PR CEP. 86.015-901 (mov.11.1 fl. 56)

Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão

(OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) NOVA OLINDA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (CPF/CNPJ 78.034.071/0001-00)

Ènd. Executado(a) (01) Rua Figueira, 580, sala 03, Jardim Santa Rita I, Londrina/PR

CEP: 86072-160 (mov.11.1 fl. 56)

Adv. Executado Danielle Alvarez Silva (OAB/PR 57.906) (mov. 11.2 e 53.1 fls.

62 e 207)

Depositário Fiel (1) Depositário Público da Comarca

End. da Guarda (01) R. Tangânica, 2614, Ouro Verde, Londrina/PR CEP: 86073-170

(mov. 61.5 fls. 224)

Penhora realizada 20/02/2017 (mov. 34.1 fls. 154)

Débito Primitivo R\$ 3.306,81 - 27/08/2014 (mov. 1.2 fls. 33)

Débito Atualizado R\$ 7.171,44 - 18/11/2019

Avaliação Primitiva R\$ 150.000,00 - 30/05/2019 (mov. 61.5 fls. 224)

Avaliação Atualizada R\$ 151.063,23 - 18/11/2019

ÔNUS DA MATRÍCULA:

R.1/89.489 – PENHORA – autos nº 0072806-87.2011.8.16.0014 - 1ª Vara de Execuções Fiscais desta Comarca. Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executados: NOVA OLINDA EMPREENDIMENTOS MOBILIÁRIOS LTDA.

R.2/89.489 - PENHORA - Processo nº 0036161-87.2016.8.16.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais desta Comarca. Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA.

Executados: NOVA OLINDA EMPREENDIMENTOS MOBILIÁRIOS LTDA e ANGELA MARIA SCHIAVON.

R.3/89.489 — PENHORA — Processo nº 0030246-04.2009.8.16.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais desta Comarca. Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executados: NOVA OLINDA EMPREENDIMENTOS MOBILIÁRIOS LTDA.

R.5/89.489 - PENHORA - Processo nº 0021908-46.2006.8.16.0014 - 1ª Vara de Execuções Fiscais desta Comarca. Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executados: NOVA OLINDA EMPREENDIMENTOS MOBILIÁRIOS LTDA. e DAVID FERNANDO DA SILVA CARDOSO.

R.7/89.489 – PENHORA – Processo nº 0042396-02.2018.8.16.0014 - 2ª Vara de Execuções Fiscais desta Comarca. Exequente: MUNICÍPIO DE LONDRINA. Executados: NOVA OLINDA EMPREENDIMENTOS MOBILIÁRIOS LTDA e ANGELA MARIA SCHIAVON.

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)NOVA OLINDA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA(CPF/CNPJ 78.034.071/0001-00), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

- 1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão.
- 2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
- 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:
 - (a) até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;
 - (b) até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do item anterior.
 - A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses.
 - O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.

- 4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
- 5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
- 6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
- 7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
- 8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
- 9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 20 de novembro de 2019.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 59.DOC